

RUI DE ALARCÃO

# Reitorado

I

*discursos de posse  
e de abertura solene das aulas*



Coimbra • Imprensa da Universidade • 1999

(Página deixada propositadamente em branco)

RUI DE ALARCÃO

# Reitorado

I

*discursos de posse  
e de abertura solene das aulas*



Coimbra • Imprensa da Universidade • 1999

**Coordenação editorial**  
Imprensa da Universidade de Coimbra

**Concepção gráfica**  
[António Barros]

**Paginação**  
[António Resende]

**Execução gráfica**  
Gráfica de Coimbra, Lda  
Palheira - Assafarge  
3006 Coimbra Codex

**ISBN**  
972-98225-0-6

**Depósito Legal**  
139111/99

© 1999, Imprensa da Universidade de Coimbra

Obra publicada  
com o patrocínio exclusivo da



*preâmbulo*

(Página deixada propositadamente em branco)

A Imprensa da Universidade de Coimbra edita finalmente o primeiro livro depois de 65 anos de interrupção na sua longa existência. Trata-se de um livro assinado pelo Professor Doutor Rui de Alarcão, o que, sem dúvida, assume um significado muito especial.

Na verdade, o Autor, Reitor da Universidade desde 1982 até 1998, foi um entusiasta do reaparecimento da Imprensa. Com efeito, o estudo da possibilidade de se transformar o Serviço de Documentação e Publicações da Reitoria numa Editora Universitária iniciou-se durante o seu Reitorado. Em 1985 e 1986, estabeleceram-se contactos com diversas Universidades que já editavam trabalhos didácticos e de investigação. Seguiram-se estudos, informações, relatórios, mas as dificuldades eram grandes e o renascimento da Imprensa tardava.

Agora que, finalmente, se revelou possível ultrapassar algumas dificuldades e criar uma estrutura muito simples para suporte da antiga e prestigiosa sigla da Imprensa da Universidade de Coimbra, parece, portanto, natural que o primeiro livro editado seja da autoria do Professor Doutor Rui de Alarcão.

O seu conteúdo é um conjunto de discursos em que ressaltam os momentos mais importantes da vida da Universidade durante os 16 anos em que desempenhou o cargo de Reitor. Salientam-se neles os seus brilhantes raciocínios, a sua incessante busca de consensos, o seu respeito pela opinião dos outros, a sua habilidade no domínio das relações com o Poder em momentos tão variados e frequentemente tão difíceis. Ao mesmo tempo, vê-se bem como, ao longo desses 16 anos, a Universidade aumentou o seu espaço físico para mais do dobro, consolidou a sua posição no contexto

nacional e internacional, viu os seus serviços de apoio social crescerem em quantidade e principalmente em qualidade, viu nascer dezenas de revistas científicas, viu aparecer de novo ou renovarem-se vários museus, viu institucionalizar-se a autonomia, etc..

Independentemente dos livros que virão a ser editados e que terão como objectivo principal difundir trabalhos com carácter pedagógico-didáctico, este livro em que se encontram discursos proferidos pelo Professor Doutor Rui de Alarcão, até agora dispersos por numerosas publicações, corresponde a um documento fundamental para a compreensão da nossa história recente e abre uma linha editorial voltada para a História da Universidade.

Fernando Rebelo  
*Reitor da Universidade de Coimbra*



A Imprensa da Universidade de Coimbra foi instituída por D. João III, por alvará régio de 21 de Março de 1548. No século XVIII, o Marquês de Pombal empenhou-se numa Imprensa da Universidade renovada e grandiosa.

Sem adjectivos que pudessem colorir razões, o corpo do artigo 38º do Decreto-Lei 24.124 de 30 de Junho determinou o fim desta instituição: “A partir de 1 de Setembro de 1934 consideram-se extintos os serviços da Imprensa da Universidade de Coimbra”. Ainda que então fosse servida pelo grande humanista e seu último director, o Professor Doutor Joaquim de Carvalho, e vivesse um dos períodos de mais intensa e meritória actividade!... Os Estatutos da Universidade de Coimbra de 1989 instituíram de novo a Imprensa da Universidade. A sua reactivação efectiva teve lugar em finais de 1998, pela vontade preclara do Magnífico Reitor, Professor Doutor Fernando Rebelo.

Com a primeira obra agora editada, “Reitorado - I. Discursos de posse e de abertura solene das aulas”, da autoria do Professor Doutor Rui de Alarcão, a Imprensa assume um dos seus deveres – transportar, para o futuro, documentos e história da Universidade de Coimbra – e o compromisso sério com a excelência. Assunção de deveres e compromisso com a excelência que serão apanágio da chancela que a adorna.

Honra-nos a densidade do passado da Imprensa da Universidade de Coimbra e cabe-nos o dever incontornável de o honrar, servindo o futuro. Fazê-lo, significa solidariedade consciente com as gerações vindouras. Doutra modo, seria delapidar o tesouro cultural que sucessivas gerações souberam acrescentar com o seu esforço, seria prolongar o hiato imposto arbitrariamente por um passado autoritário. Aqui e agora, a omissão

pareceria um “legitimar” da arbitrariedade. Dinamizar e servir a Imprensa da Universidade de Coimbra, é uma das formas nobres de continuar a ruptura com esse passado e de servir a cultura. Aos autores caberá, e já cabe na pessoa do Professor Doutor Rui de Alarcão, a forma suprema da afirmação desta vontade!

Fernando J. Regateiro  
*Director da Imprensa da Universidade de Coimbra*

**1.** A *Imprensa da Universidade de Coimbra*, recentemente criada ou recriada, entendeu inaugurar a sua actividade editorial com um livro da minha autoria, que abre a série “Documentos e História da Universidade de Coimbra” e se intitula “Reitorado I – Discursos de posse e de abertura solene das aulas”.

Estes discursos, proferidos nas tomadas de posse como reitor, e nas cerimónias de inauguração oficial do ano lectivo a que presidi, foram publicados isoladamente, em seu devido tempo, mas só agora se resolveu reuni-los em volume, que constitui precisamente o primeiro de uma série de textos relativos ao exercício das minhas funções enquanto reitor.

**2.** O volume agora trazido a público tem o conteúdo que acabo de referir. Seguir-se-á um volume de maior tomo, contendo discursos, alocações e outros dizeres — ou respectivos resumos — ocorridos em variadas ocasiões da vida universitária, bem como as mais significativas entrevistas dadas a órgãos da comunicação social e ainda textos ou referências de outra índole respeitantes à actividade reitoral. Editar-se-á também um terceiro volume, respeitante aos “Serviços de Acção Social”, a que presidi por inerência, e que contará com a colaboração do Dr. António Luzio Vaz, Administrador desses serviços durante os meus mandatos.

**3.** Cumpre-me agradecer ao Magnífico Reitor, Prof. Doutor Fernando Rebelo, a sua pronta e completa disponibilidade para patrocinar esta publicação e para a integrar na *Imprensa da Universidade*, a cujo funcionamento efectivo está dando forma, com determinação e presteza. Igualmente me

penhoraram as palavras que teve a gentileza de escrever a abrir a presente obra.

Agradeço também ao Prof. Doutor Fernando Regateiro, em boa hora escolhido para dirigir a *Imprensa*, todo o apoio e empenhamento na publicação que ora surge.

A todos aqueles que, de uma maneira ou doutra, possibilitaram ou materializaram o livro dado à estampa, expresso singelamente o meu obrigado.

4. Completada a obra, ela representará um modesto contributo para a história da Universidade de Coimbra de 1982 a 1998, precisamente o período de quase dezasseis anos em que estive à frente dela como reitor. Um período em que, a mais das inúmeras, diversificadas e complexas tarefas que incumbem, no pulsar normal da vida universitária, à Reitoria, às Faculdades e aos demais Estabelecimentos ou Serviços, houve que cuidar do aprofundamento democrático na Universidade.

No primeiro dos discursos agora reunidos em livro, salientei como “parâmetros fundamentais da actuação da reitoria”, cinco princípios: “princípio da autonomia, articulado com o princípio da legalidade; princípio da democraticidade, na linha do princípio da participação; e princípio do consenso”. No último desses discursos, asseverei “que se impõe um aprofundamento ou redimensionamento da democracia, uma reinvenção democrática, aquilo a que já sugestivamente se chamou a democratização da democracia”. Depois de assinalar a importância que para tanto assume “a contribuição das Universidades e do pensamento universitário, na linha, aliás, do papel conformador da sociedade a que a instituição universitária não pode furtar-se enquanto agente de transformação social”, frisei a necessidade de “repensar as relações entre as Universidades e o Poder — dito de outro modo, de encontrar ou prosseguir novos rumos de um relacionamento entre o poder académico e o poder político”, em ordem a “definir novos equilíbrios e novos modelos numa Universidade e numa Sociedade em acelerada mutação”.

Estas citações inculcam a coerência de um pensamento democrático para a Universidade, que é de grande importância para assegurar equilibradamente o seu desenvolvimento educativo, científico, cultural e social.

5. Desse desenvolvimento, e também do desenvolvimento físico da Universidade de Coimbra durante o meu reitorado, do que fiz, do que não fiz ou não fiz como devia, não me cabe ser juiz. Mas quem queira julgar, deve conhecer as ideias e os factos que habilitem a tal juízo. Algumas dessas ideias e desses factos, particularmente relevantes, podem colher-se no volume que sai a lume, e no mais que virá a seguir.

Relembro a esperança que confessei no remoto dia de 82 em que assumi, pela primeira vez, as funções de reitor: “Podereis estar certos de que, como rezavam as velhas fórmulas estatutárias, procurarei o proveito da Univercidade e sua homra quanto um mym for”.

6. Gostaria de dedicar este livro, especificadamente, aos docentes, investigadores, estudantes e funcionários que integraram a Universidade de Coimbra enquanto fui reitor. Dentre eles, destaco naturalmente os meus colaboradores mais próximos na reitoria, que recordarei sempre, com amizade e gratidão. E também os muitos com quem, fora desse círculo mais chegado, trabalhei directamente. Não quis referenciá-los, a todos, no topo de uma página própria. Fica aqui a grata lembrança, de uma forma mais discreta, mas não menos sentida.

Paulo

(Página deixada propositadamente em branco)

*discursos de posse*

(Página deixada propositadamente em branco)



SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO  
SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO CONSTITUCIONAL  
SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR  
SENHOR DIRECTOR-GERAL DO ENSINO SUPERIOR  
DIGNÍSSIMAS AUTORIDADES  
SENHOR PROFESSOR DECANO  
SENHOR REITOR HONORÁRIO E SENHORES REITORES  
SENHORES DOUTORES E ASSISTENTES  
SENHORES ESTUDANTES  
SENHORES FUNCIONÁRIOS  
SENHORAS E SENHORES

## I

1. Cumprida a liturgia, tão remota quanto venerável, desta Casa, acabo de ser investido no cargo de Reitor. E a cerimónia de empossamento em claustro pleno, como mandam os “Estatutos Velhos”, assume hoje uma particular autenticidade. Pois sendo eu, desde há décadas, o primeiro reitor eleito desta Universidade, o rito que aqui uma vez mais se observa não surge como coisa morta, que um apego formalista preguiçosamente manteve, e antes como algo de vivo, que exprime uma realidade insofismável: a Universidade, através do Professor Decano, dá posse ao seu Reitor, porque foi ela própria quem, afinal, o escolheu.

É este um acontecer que merece registo e lembrança. Não pela pessoa de quem se trata, que não tira do facto envaidecimento ou imodéstia. Mas porque o acontecimento significa mudança, e de monta, e é felizmente sinal de um tempo novo, na Universidade e fora dela.

2. Por esta promissora mudança muitos são responsáveis. Mas é justo que destaque o actual titular da pasta da Educação, por ter criado os mecanismos legais necessários para a eleição reitoral, aperfeiçoando o esquema que vinha do seu ilustre antecessor. Ao Prof. Fraústo da Silva exprimo, em nome da Universidade e no meu próprio, vivas saudações, que envolvem também o Senhor Secretário de Estado e o Senhor Director-Geral, agradecendo-lhes igualmente a sua honrosa e sensibilizante presença neste acto.

Um forte estímulo para o sistema electivo, nos termos em que foi estabelecido, adveio da reitoria antecedente, na linha, aliás, de uma esclarecida e perseverante defesa da autonomia universitária. Para o Prof. Ferrer Correia, cujo reitorado foi, a vários títulos, tão eminente, vão, neste momento, os meus sentimentos de admiração. E de júbilo, pela suprema distinção que lhe foi concedida com a atribuição do título, e das regalias e honras, de Reitor Honorário.

A sua acção na Reitoria contou com o apoio e coadjuvação dos Vice-Reitores Professores Luís de Albuquerque e Manuel de Oliveira Pulquério. Não é este o momento competente para apreciar a actividade desenvolvida pelos Vice-Reitores cessantes. Mas não quero deixar de exprimir aos Senhores Doutores Albuquerque e Pulquério o mais alto apreço. E um especial e grato sentimento por terem continuado, no período de sede vacante, e conforme lhes cumpria, a assegurar a gestão dos assuntos universitários, com a dedicação e o brilho de sempre.

Os agradecimentos que me cumpre fazer, e gostosamente faço, dirijo-os agora às ilustres personalidades que tanto me honraram, e à Universidade, com a sua presença. Endereço, aliás, o meu sincero obrigado a todos quantos aqui vieram ou me fizeram sentir que era como se aqui viessem.

Uma referência especial aos oradores deste acto de investidura.

Do Senhor Doutor Afonso Queiró tive ocasião, não há muito, nesta mesma Sala, de traçar o elogio. Falei do “seu tão rico perfil, profissional e humano”, acentuando o “raro merecimento da sua obra científica” e a “sua personalidade de grande dimensão humana”. É-me muito grato receber de suas mãos a investidura. E ter ouvido as palavras tão generosas, e de tão importante conteúdo e significado, que há pouco proferiu.

Grato me é também ter escutado, neste momento solene, a palavra de um estudante. Registo, Senhor Presidente da Direcção-Geral da Associação Académica, as suas preocupações e congratulo-me com o seu empenhamento na procura de solução para os problemas universitários.

## II

3. A cerimónia que hoje nos congrega aponta, de certo modo, para a autonomia da Universidade: a eleição do reitor é um dos aspectos dessa autonomia e o cerimonial a que assistimos ou em que participamos dá-nos uma imagem dessa mesma autonomia.

Ora a *autonomia* da Universidade — nos planos pedagógico, científico, administrativo e financeiro, com remate num estatuto próprio e auto-elaborado — constitui uma directiva fundamental, aliás consagrada na Constituição da República. Mas semelhante autonomia comporta importantes limites. As universidades devem ser autónomas, mas não independentes ou soberanas. Nem verdadeiramente poderia ser de outra maneira, sob pena de se trilhar um caminho perigoso, em que a “teimosia dos factos” faria regredir o processo autonómico, como, de resto, efectivamente tende a acontecer, ou aconteceu já, em países onde o processo foi levado mais longe, e até longe demais.

Quer isto dizer, além do mais, que a auto-organização e o auto-funcionamento das universidades tem de manter-se nos quadros da *legalidade*. E nem haverá motivo para receios ou temores, uma vez que se trata de uma legalidade verdadeiramente *democrática*. O poder político e a “potestas” universitária hão-de saber encontrar, com lucidez, o ponto de equilíbrio entre as exigências da Universidade, da Sociedade e do Estado.

Assim se nos depara, no âmbito dos princípios fundamentais de uma política universitária, o *princípio da autonomia*, articulado com o *princípio da legalidade*. Legalidade esta, insista-se, de cariz *democrático*.

4. Esta legalidade “democrática” chama a terreiro um outro princípio, de capital importância na estruturação de uma política universitária: o *princípio da democraticidade*. Democraticidade a traduzir-se em vários

planos, entre os quais avulta o do acesso ao ensino superior e prossecução nele — aspectos onde deverá revelar-se, até por imperativo da Lei Fundamental do País, o propósito de corrigir as desigualdades sociais — e o da designação e exercício de poderes dos titulares dos órgãos universitários.

É, porém, sabido que a democracia é hoje, cada vez mais, entendida como participativa. Não há razão para que, no seio da Universidade, as coisas se entendam de outro modo — eu diria até que sobejam razões para que uma tal participação tenha, no sector universitário, uma expressão particularmente forte. O *princípio da participação* — vertente actual da clássica ideia de fraternidade —, que foi largamente actuado nas universidades depois do 25 de Abril, há-de continuar a sê-lo, sem prejuízo de ulteriores reflexões e acordos acerca dos exactos termos em que deverá ter lugar essa participação, sobretudo a intervenção participativa dos corpos constitutivos da Universidade no governo e gestão dela.

5. A participação de todos — docentes e investigadores, estudantes, funcionários e mesmo personalidades exteriores à escola —, consubstanciando a democracia participativa, não exclui, antes reclama, o *princípio do consenso*. É que a formação das decisões deve basear-se, o mais possível, num alargado consenso, e não, tranquila e mecanicamente, numa simples regra de maioria. Atribuo a este ponto a maior importância. Logo na altura da minha eleição salientei que, sem cair na ingenuidade da harmonia universal, procuraria “alargar as áreas de consenso na Universidade”, assim continuando, de resto, a política de tolerância e entendimento que foi um dos cumes do reitorado antecedente. Tolerância e entendimento tanto mais necessários e urgentes quanto é certo continuar a ter livre curso, nos mais diversos sectores da vida nacional, uma agressividade e uma intransigência que são responsáveis por boa parte dos nossos sofrimentos e frustrações, individuais e colectivos.

O que acabo de dizer significa a rejeição por meu lado, da politização e partidarização da Universidade e, portanto, de uma “Universidade ideológico-política”. Rejeição que não significa o cair num neutralismo amorfo e, ao cabo, comprometedor da evolução e do progresso.

Os grandes *princípios* que deixei enunciados — princípio da autonomia, articulado com o princípio da legalidade; princípio da democraticidade, na

linha do princípio da participação; e princípio do consenso — constituem parâmetros fundamentais da actuação da reitoria.

### III

6. Essa actuação — através do Reitor e dos Vice-Reitores, Doutores Poiares Baptista e Jorge Veiga, que muito em breve serão empossados e a quem desde já expressei, além de alta consideração, os mais gratos cumprimentos pela disponibilidade que revelaram ao aceitarem servir a Universidade em tão dificultosos lugares —, essa actuação, dizia, estender-se-á, naturalmente, a todas as áreas que são próprias da reitoria. São tantas, porém, essas áreas, e tão variadas, que falar delas aqui seria longo e fastidioso, e nem se coadunaria, aliás, com a índole habitual da cerimónia.

Não me furtarei, contudo, a enunciar algumas linhas de actuação do Reitor — que serão, a um tempo, linhas de actuação da reitoria, se e quando, de harmonia com os princípios há pouco enunciados, encontrarem os necessários apoios pessoais, institucionais e materiais.

7. Assim, no tocante ao *ensino*, e particularmente à *questão pedagógica*, penso que a reitoria tem directas responsabilidades nesta matéria, apesar de ela relevar essencialmente no âmbito das Faculdades. Deverá, desde logo, a nível da reitoria, dinamizar-se e coordenar-se o estudo destes problemas. Salientarei, a propósito, que é mister ‘activar’ o ensino e a pedagogia, de molde a, como alguém disse, “fazer do objecto da educação o sujeito da sua própria educação”.

Relativamente à *investigação científica*, constitui ela um grave, delicado problema universitário. Em meu modo de ver, a Universidade de Coimbra, e a Universidade portuguesa em geral, não pode pôr o tom dominante num modelo de “universidade científico-cultural”, em claro detrimento da “universidade técnico-profissional”. Tem de acolher e valorizar este último modelo, sem todavia subestimar aquéloutro, conjugando ambos equilibradamente.

Debatem-se entre nós, neste momento, aspectos fundamentais de uma política de investigação científica e o posicionamento, aí, da Universidade.

A reitoria não deixará de intervir, como sempre o tem feito, e como é seu direito e dever, no estudo e delineamento dessa política.

No tocante ao aspecto estritamente *cultural* da política universitária, a reitoria a que tenho a honra de presidir tentará fazer algo de assinalável. Em que sentido? Pois no sentido de uma política de cultura que reforce a missão cultural da educação e afirme a dimensão cultural da ciência. Num mundo em que tudo está posto em questão, numa época em que tantos recusam afirmar e se comprazem sistematicamente em negar, num tempo em que o progresso científico e tecnológico fez entrar o homem naquilo a que se tem chamado a “civilização do risco” — e mesmo, como já outros dizem, do “risco máximo”—, numa conjuntura assim, é imperioso e é urgente cuidar do progresso espiritual. Quem negará que é insubstituível, aí, o papel da cultura?

Uma outra tarefa que merece destaque e requer também uma sucinta referência é a da *prestação de serviços à comunidade*. Trata-se de uma dimensão da Universidade em que não se tem atentado quanto merece, mas que é realmente importante, sobretudo numa Universidade inserida num contexto sócio-económico como o que é próprio da Região-Centro. A comunidade tem obviamente a ganhar com o facto de a Universidade pôr à sua disposição serviços especializados, porventura altamente especializados. E não é menos patente, a vários títulos, o interesse de que semelhante prestação directa de serviços se reveste para a própria Universidade. É esta, por conseguinte, uma tarefa de que a reitoria não pode desinteressar-se.

---

20

8. Para além dos aspectos que acabo de referir e que envolvem pontos fulcrais da política da Universidade, gostaria de fazer alusão a outros pontos, que se situam, de certo modo, num plano instrumental dessa política ou que contendem com a gestão universitária, mais do que propriamente com a política universitária.

Penso, fundamentalmente, em problemas dos Serviços Centrais, e anexos ou afins, e em problemas das Faculdades, dos Serviços Sociais e da Associação Académica.

Os relatórios que, a meu pedido, e em ordem a permitir-me um juízo sistemático e global sobre a situação da Universidade, foram elaborados, em

cada uma daquelas áreas, pelos professores, funcionários ou estudantes que presidem aos seus destinos, dão conta de toda uma série de carências e de problemas, muitos deles, aliás, encarados e bem encaminhados em reitorados precedentes. Carências e problemas de vária índole e diversa importância, referentes à dignificação da carreira docente e de investigador, à contratação, remuneração, reclassificação e gestão do pessoal (cabendo assinalar, neste contexto, a necessidade de publicação do decreto regulamentar da Lei Orgânica dos Serviços Sociais), referentes a instalações, obras e equipamento, a reforço de verbas de funcionamento e de investimento, a subsídios, a alojamento, alimentação e ajuda económica aos estudantes, à viabilização financeira da Associação Académica, à valorização de determinados serviços, à remodelação de outros, à melhoria de certos circuitos administrativos, ao reforço, em geral, da operacionalidade dos serviços por via da modernização dos métodos de gestão, incluindo processamentos informáticos, etc..

Estas questões — e muitas outras, bastando notar que na enumeração feita não se incluem, por mera brevidade e sem em nada os subestimar, os problemas específicos de cada uma das várias Faculdades —, estas questões, dizia, serão objecto da melhor atenção e estudo, com planeamento e prioridades, em vista da sua solução, na medida do possível. A reitoria empenhar-se-á em levar as coisas a bom termo, cuidando dos interesses de todos, sem favoritismos nem discriminações.

#### IV

9. A concretização dos propósitos e planos esboçados, e do mais agora omitido, depende de factores de vária espécie, tanto de natureza pessoal — a começar pelas minhas próprias limitações — como de natureza material.

Estes condicionamentos, entre os quais avultam os financeiros, dificultam a direcção de uma Universidade como a de Coimbra, com cerca de 12.000 alunos, 1.300 funcionários e 900 docentes, e movimentando uma verba anual que ultrapassa 1.000.000 de contos.

Torna-se assim bem difícil o exercício do múnus reitoral. Não assumi, porém, este cargo a pensar que ele fosse leve, e aceitei-o com a consciência

de quem, ao ir de viagem, sente, como diz o poeta, que “o que importa é partir, não é chegar”. Conservo, todavia, a esperança — e todo o homem deve ter o seu “direito à esperança” — de realizar, à frente da reitoria, com a colaboração dos Senhores Vice-Reitores, dos órgãos de gestão e dos serviços universitários, e com a ajuda de vós todos — docentes, investigadores, estudantes, funcionários —, uma obra séria e útil, em prol da Universidade.

É neste espírito que assumo solenemente, Senhoras e Senhores, as minhas funções como Reitor. Podereis estar certos de que, como rezavam as velhas fórmulas estatutárias, “procurarey o proveito da Univercidade e sua homra quanto em mym for”.

9.11.82



SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
SENHOR DIRECTOR-GERAL DO ENSINO SUPERIOR  
DIGNÍSSIMAS AUTORIDADES  
SENHOR PROFESSOR DECANO  
SENHORES REITORES  
SENHORES DOUTORES, ASSISTENTES E INVESTIGADORES  
SENHORES ESTUDANTES  
SENHORES FUNCIONÁRIOS  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

## I

1. A presença de V. Ex.<sup>as</sup> neste acto de investidura como Reitor honra-me e sensibiliza-me. Outros, na impossibilidade de estarem aqui, me fizeram já chegar o testemunho do seu apreço ou da sua amizade. A todos expresso, neste momento, o meu sincero e vivo agradecimento.

Mas devo uma palavra especial a três de entre vós: ao Senhor Ministro da Educação e Cultura e aos dois oradores que me precederam no uso da palavra.

Quis Vossa Excelência, Senhor Professor João de Deus Pinheiro, estar presente nesta cerimónia de posse. Vejo nessa presença, para além da sua amizade, que muito prezo e retribuo, o seu empenhamento “in rebus Universitatis” e o seu interesse e cuidado pelos assuntos da Universidade de Coimbra. Na sua participação descortino também o respeito pela autonomia universitária, que Vossa Excelência, como eminente professor e reitor, sempre tem defendido e a cuja causa, como esclarecido governante, não deixará de dar importantes e urgentes contributos.

Incumbiu a V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Doutor Coteló Neiva, na sua qualidade de Professor Decano, empossar-me. Mas, no presente ensejo, não conta apenas esse “*ius antiquitatis*”, que aliás não será de somenos numa Universidade que vem de tão longes tempos e, sem embargo do seu espírito de modernidade, se ufana dos seus ritos seculares. É que V. Ex.<sup>a</sup> é um professor e cientista ilustre e prestigiado, que já foi Magnífico Reitor da nossa Universidade, o que faz com que ao decanato que ostenta acresça uma autoridade que me apraz sublinhar e da qual tiro, bem como das suas generosas palavras, mormente daquelas com que se referiu a diversos aspectos do meu ideário e da minha acção reitoral, um suplemento de gratidão e honra.

Ao Senhor Presidente da nossa mais antiga e prestigiosa associação de estudantes agradeço sensibilizadamente os termos em que se referiu à minha eleição e ao mandato que cumpri. Encontro nisso, Senhor Diogo Portugal, um testemunho mais do excelente relacionamento que tenho tido com a Associação Académica de Coimbra, designadamente com a sua Direcção-Geral, e, ao mesmo tempo, um sinal de esperança para o futuro. O bom entendimento entre a Associação Académica e a Reitoria é, ninguém o negará, de primeira importância na procura da solução para os problemas estudantis e universitários.

2. Tomo hoje posse, minhas Senhoras e meus Senhores, para exercer um segundo mandato como Reitor.

Eleito, pela primeira vez, há pouco mais de três anos, foi essa escolha agora ratificada, aliás com uma base mais ampla de apoio, como é sabido. A decisão do colégio eleitoral constituiu para mim, naturalmente, um motivo de honrosa satisfação, pela renovação e alargamento da confiança em mim depositada pela comunidade universitária — docentes e investigadores, estudantes e funcionários. Mas não constituiu em mim, posso asseverá-lo, um motivo de vaidade ou uma razão de imodéstia, pois que eu conheço, melhor do que ninguém, a pequenez das minhas forças para a grandeza das tarefas que me esperam. Seja, porém, como for, ganharei novo alento para continuar a jornada que iniciei há três anos, não esquecendo nunca o sentido da minha eleição e pondo nessa jornada todo o empenho e esforço que em

mim couber, servidos por uma melhor experiência no conhecimento das pessoas e das coisas. Isto posso prometer — e isto prometo. Não posso, obviamente, garantir os resultados.

Entre a disponibilidade de esforços e os seus resultados inserem-se as ideias e os projectos. E decerto se perguntará quais são os planos da reitoria para este segundo mandato.

**3.** O esquema eleitoral adoptado na Universidade de Coimbra — e, de resto, não só nela — não é um sistema de candidaturas propriamente dito, com obrigatoriedade de apresentação do nome dos candidatos, e respectivos programas, dentro de um certo prazo, só entre esses nomes se disputando a eleição. Recordo que o esquema proposto pela reitoria, discutido e acordado pelos representantes dos diversos corpos e estratos da Universidade e aprovado depois por despacho ministerial, não se orientou no sentido de tal sistema e antes estabeleceu a elegibilidade de todos os professores catedráticos de nomeação definitiva da Universidade de Coimbra.

Não houve, assim, no sentido rigoroso do termo, um sistema de candidaturas, com anúncio, apreciação e debate dos respectivos programas. O que significa que a eleição foi feita fundamentalmente numa base fiduciária, escolhendo os eleitores, não um programa concreto e especificado, mas uma personalidade julgada idónea, ou a mais idónea, para o desempenho do “múnus” reitoral. Se este sistema tem os seus deméritos, como todos, tem também méritos que ninguém contesta e correspondeu aliás ao juízo expresso pelos representantes da comunidade universitária em 1985, como de resto já sucedera em 82.

De harmonia com tal orientação, é mais importante, pois, a confiança depositada no reitor do que em programas propostos a sufrágio. Exprime semelhante sistema, na sua lógica, uma perspectiva eminentemente aberta e dinâmica, embora não prescinda, como é bom de ver, de ideias e princípios norteadores e de directivas programáticas. Não se vota em alguém para reitor se, naturalmente, se não conhecem as suas ideias sobre os problemas universitários, os princípios orientadores da sua actividade, o seu próprio modo de acção.

Pelo que me diz respeito, atrevo-me a pensar que a comunidade universitária me conhece há muito tempo — na docência, no desempenho de funções várias a nível de gestão, no exercício do cargo de reitor — para saber quem sou, o que penso e como actuo.

Vem isto para dizer que tendo sido eleito sem apresentar para tanto um programa mais ou menos detalhado, não irei fazê-lo agora propriamente e em rigor, o que, aliás, seria pouco ajustado à índole da cerimónia e à estreiteza do tempo que lhe deve caber. Mas não me furtarei — isso sim — a fixar o sentido global da minha acção, a estabelecer os parâmetros fundamentais da actuação da reitoria e a apontar algumas linhas programáticas julgadas mais significativas ou relevantes. À semelhança do que, afinal, há três anos fiz.

## II

4. Enunciei então como norteadores da minha acção cinco grandes princípios: o princípio da autonomia, articulado com o princípio da legalidade, já que “a auto-organização e o auto-financiamento das universidades tem de manter-se nos quadros da legalidade democrática”; o princípio da democraticidade, na linha do princípio da participação, pondo em jogo, por conseguinte, uma democracia verdadeiramente participativa; e o princípio do consenso, em ordem a conseguir que a vida e as decisões universitárias se baseiem, “o mais que seja possível, num alargado consenso e não, tranquila e mecanicamente, numa simples regra de maioria”.

Manter-me-ei inteiramente fiel a estes princípios.

Assim, no que toca à autonomia, continuarei a pugnar pela publicação da lei sobre a autonomia universitária. Já há nesta matéria projectos mais do que suficientes — entre os quais o do Conselho de Reitores, com as propostas de alteração a que deu azo, nomeadamente no seio da Universidade de Coimbra — para que as instâncias legislativas se abalancem ao texto final. Mas antes, bom seria que o Governo se dispusesse — como aliás aparenta — a tomar, no campo administrativo e financeiro, medidas preparatórias dessa autonomia. Não sofrerá dúvida de que é nesse campo que se ganha

ou se perde a batalha da autonomia, de pouco valendo o texto legal se as infra-estruturas orgânico-administrativas e económico-financeiras não forem cuidadosas mas ousadamente preparadas e postas em prática, num espírito de concertação por parte de todos os intervenientes neste complexo e delicado processo, que é uma das peças-chave para a reformulação, tão necessária quanto instante, do sistema universitário e educativo português.

Pelo que à participação se refere, faz-se mister acentuá-la ou corrigi-la, em diversos planos e áreas. Destacarei, a propósito, a necessidade de constituição de uma espécie de senado universitário, como melhor direi adiante, a conveniência de introduzir alterações na esfera do chamado “decreto de gestão”, e bem assim no âmbito da gestão do pessoal administrativo (“lato sensu”) da Universidade.

No que concerne ao dito princípio do consenso, gostaria de frisar um ponto a que, há bem pouco tempo ainda, tive ocasião de aludir publicamente: o da reserva ou discrição política do reitor. Disse então — e aqui o reafirmo: “Sempre tenho procurado, no desempenho das minhas actuais funções, um certo distanciamento político e político-partidário — sem quebra, obviamente, das minhas convicções e amizades políticas e pessoais. Semelhante atitude é a que melhor se coaduna com o propósito, que expressamente afirmei na cerimónia da minha investidura como Reitor, de ‘rejeitar a politização e partidarização da Universidade’, e de buscar ‘uma política de tolerância e entendimento’ no meio universitário, em ordem a alargar as áreas de consenso na Universidade. Mantenho-me, também aqui, fiel a esses objectivos e intenções”.

### III

5. Os parâmetros essenciais da acção da reitoria que acabam de ser salientados, postos em correlação com a actividade desenvolvida durante o primeiro mandato e com o significado da minha reeleição, definem, com suficiente clareza, o sentido global da acção que pode esperar-se no segundo mandato, que ora começa. Desejo, porém, referenciar, com brevidade, algumas linhas programáticas, que tenho por especialmente relevantes.

Referirei, em primeiro lugar, a questão do “senado” ou conselho universitário, a que há instantes aludi. Não existe junto da reitoria um órgão colegial verdadeiramente representativo da Universidade e com poderes deliberativos. Os diversos projectos de autonomia prevêem-no e regulam a sua composição e funcionamento, embora com assinaláveis divergências, mas enquanto não houver um texto de lei falta, para tal órgão, o necessário fundamento jurídico. É contudo possível, no quadro legal vigente, criar este órgão, desde que lhe sejam atribuídas funções meramente consultivas, à semelhança do que hoje acontece com o Conselho Científico-Cultural, que tão relevantes serviços tem prestado. A reitoria vai avançar com semelhante projecto, assegurando uma representação adequada dos três corpos universitários, e eventualmente de personalidades exteriores à Universidade. Se assim se fizer, teremos um Senado Universitário — chame-se-lhe assim ou doutra maneira —, como órgão colegial ao mais alto nível, o que constituirá um afloramento extremamente importante do aludido princípio da participação.

6. Outro projecto da reitoria, este no tocante ao ensino, é o de prosseguir e concluir os estudos relativos à implantação de um Instituto de Educação Física, que parece corresponder tanto a necessidades como a possibilidades reais. Na mesma área do ensino, mas noutro plano, procurará a reitoria incentivar e apoiar a abordagem das questões pedagógicas, tanto sectorialmente como globalmente. É de bom augúrio, neste aspecto, o dinamismo dos sectores estudantis nalgumas Faculdades e, ultimamente também, da secção pedagógica da Associação Académica. Aludiu também o Senhor Professor Decano, neste capítulo do ensino, a determinadas questões, de que a reitoria não está alheada.

Pelo que respeita à investigação científica, torna-se necessário afrontar resolutamente o problema dos financiamentos, que são na realidade muito escassos, mesmo tendo em conta as conhecidas exiguidades do orçamento do Estado. O Governo parece consciente da gravidade e urgência deste problema e das suas implicações universitárias e socio-económicas, e há alguns indícios de melhoria da situação, mas impõe-se andar depressa e sem discriminações irrazoáveis e injustas. Procurará a reitoria, neste segundo mandato, dar novo impulso na área em causa, em sintonia com as Faculdades,

Departamentos e centros ou núcleos de investigação, revendo inclusivamente as estruturas ou metodologias que não tenham correspondido às expectativas iniciais. Há também que situar neste contexto, embora o ultrapasse, a política da chamada “investigação contratual”, “maxime” a política de interacção Universidade-Indústria, tão promissora, desde que devidamente enquadrada, e reveladora de um novo perfil da Universidade, virada cada vez mais para a comunidade local, regional, nacional e internacional em cujo tecido se insere.

Em matéria de comunidade internacional, aliás, não podemos esquecer que os fins e metas da Universidade portuguesa virão a ser prosseguidos num contexto geopolítico em que assumem relevo dois factos particularmente significantes: por um lado, a integração de Portugal nas comunidades europeias; por outro, o posicionamento do nosso país na área dos países de expressão portuguesa. Ninguém duvidará de que estes dois acontecimentos são de primordial importância na história do nosso país. Sê-lo-ão seguramente também na história das universidades portuguesas. Num caso como no outro, está posto um desafio à Universidade portuguesa. Bom é que as autoridades responsáveis, universitárias, governamentais e outras, se compenbrem disso e actuem com justiça e com presteza.

A política cultural será outra das preocupações da reitoria e da Universidade, com o fito de cada vez mais se conseguir uma política de cultura que reforce a missão cultural da educação e afirme a dimensão cultural da ciência. Cremos terem-se conseguido, no decurso do primeiro mandato, alguns resultados assinaláveis, que constituem, para o segundo, um bom indício.

7. Considerarei algumas linhas programáticas, que mais ou menos directamente contendem com os fins da Universidade. Olharei agora mais aos meios do que propriamente aos objectivos e referirei, nesta vertente, algumas ideias e projectos que a reitoria espera pôr em prática.

Assume particular relevância, neste capítulo, a questão dos financiamentos, já aludida, de resto. É necessário, como há pouco deixei entrever, insistir, junto dos poderes públicos no sentido do aumento das dotações orçamentais, quer para pessoal quer para despesas de investimento e de funcionamento.

Mas não devemos esquecer ou subestimar o recurso a outras fontes de financiamento que não o orçamento do Estado, quer a nível nacional quer a nível internacional, na linha de um princípio de diversificação que na nossa Universidade tem sido relativamente pouco utilizado. Por outro lado, afigura-se também necessário que a própria Universidade, pelos seus diversos serviços, se empenhe, como já noutra altura salientei, “na modificação qualitativa da gestão de recursos financeiros, através da procura e aplicação de critérios objectivamente válidos, que caracterizam uma verdadeira gestão por objectivos”. Os próprios esquemas de elaboração e distribuição orçamental devem nesta linha, ser revistos, em ordem a uma maior justiça, racionalidade e eficácia.

Mas não é só a gestão de recursos financeiros que deve ser revista. Igualmente a própria gestão dos recursos humanos, tomada a expressão num amplo sentido, que coenvolve a própria contratação do pessoal, docente e não docente. Apesar dos esforços que têm sido feitos para melhorar essa gestão, força é reconhecer que também aqui é preciso modificar alguns métodos e processos, em vista a tornar tal gestão mais racional, objectiva e rápida, assim como mais descentralizada, embora evitando os perigos de uma descentralização interna excessiva. Torná-la, ao fim e ao cabo, mais justa. Isto passa, além do mais, por algumas alterações nos quadros superiores do funcionalismo universitário.

Neste plano dos recursos humanos, a reitoria procurará ainda contribuir para a progressiva dignificação da carreira docente e de investigador. E também para a melhoria de certos circuitos administrativos e para o reforço, em geral, da operacionalidade dos serviços, nomeadamente pela introdução ou valorização de processamentos informáticos.

Além disto, e num plano bem diferente, procurar-se-á dar novo impulso no sentido de ampliar e melhorar as instalações e o equipamento, sendo que, nalguns casos, se terá mesmo de pensar em soluções transitórias e de emergência. A Comissão do Plano Director da Universidade, criada em 1984, poderá dar um valioso contributo nesta matéria, bem como, na sua esfera própria, as Direcções dos Monumentos Nacionais e das Construções Escolares. Nesta matéria de instalações continuará a dedicar-se a melhor atenção ao Pólo II da Universidade, sem esquecer os Pólos I e III.



Em conexão com o tema de instalações, é cabida aqui uma alusão à prevista implantação de um complexo museológico em parte das instalações actualmente ocupadas pelos Hospitais da Universidade, bem como ao Palácio de São Marcos, que será objecto de uma reestruturação, à semelhança da que se fez, com êxito, relativamente ao Teatro de Gil Vicente e ao Estádio Universitário.

Omito, por brevidade, e sem em nada os subestimar, muitos outros pontos, em especial os que envolvem problemas específicos de cada uma das Faculdades ou Departamentos. A vários desses assuntos me referirei, aliás, dentro de dias, na sessão solene de abertura do ano lectivo. Mas não devo olvidar, nesta alocução, uma referência a duas áreas extremamente importantes da vida universitária, aliás interligadas: a área dos Serviços Sociais e a da Associação Académica.

**8.** No tocante aos Serviços Sociais da Universidade de Coimbra — os que servem, no país, maior número de estudantes — tem-se verificado uma melhoria de situação, tanto no domínio da alimentação — sobretudo depois da abertura, em 84, de uma nova e ampla cantina —, como no sector das bolsas de estudo — cujo número e quantitativo aumentou significativamente — e na área das residências estudantis, estando previsto para breve a entrada em funcionamento de uma nova residência para 100 estudantes. A reitoria não se poupará a esforços neste campo de acção, contando, designadamente, com o valioso auxílio da Fundação Gulbenkian.

Relativamente à Associação Académica, a reitoria continuará a apoiar, com todo o empenhamento, a sua diversificada acção, desenvolvida por via da Direcção-Geral, das Secções Culturais e Desportivas e dos Organismos Autónomos. Continuará, nomeadamente, a pugnar por que se concretizem as medidas de viabilização financeira, prometidas mas infelizmente retardadas, e as providências relativas ao seu quadro de pessoal, que depararam também com dificuldades inicialmente não previstas. Estes dois casos são acompanhados muito de perto pela reitoria, com preocupação mas com esperança.

**9.** Nas acções a empreender neste segundo mandato continuarei a contar — e aprez-me anunciá-lo hoje, aqui — com a inestimável colaboração dos

Senhores Vice-Reitores Professores Poiares Baptista e Jorge Veiga, a quem testemunho o mais alto e grato apreço.

Julgo, porém, que numa Universidade com a dimensão e importância da Universidade de Coimbra, se justificaria a existência de um terceiro Vice-Reitor. Para tanto é necessária uma providência legislativa, que a seu tempo se espera conseguir.

**10. Minhas Senhoras e Meus Senhores:**

Todos sabem ou intuem como é pesada a tarefa de reitor, fonte de acrescidas responsabilidades, preocupações e canseiras. Conto, porém, convosco – docentes, investigadores, estudantes e funcionários – para prosseguirmos a jornada dos que nos antecederam e levarmos a cabo aquela “obra séria e útil em prol da Universidade” a que me referi no discurso de investidura, em 1982. Possa eu dizer, como na fórmula quinhentista de empossamento no cargo de reitor, que “bem e fielmente usarei do dito cargo e ofício”.

Tenho dito.

27.11.86

SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO  
SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL  
SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR  
SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DO  
MINISTRO DA EDUCAÇÃO  
DIGNÍSSIMAS AUTORIDADES  
SENHOR PROFESSOR DECANO  
ILUSTRES MEMBROS DA ASSEMBLEIA DA UNIVERSIDADE  
SENHOR REITOR HONORÁRIO E SENHORES REITORES  
SENHORES DOUTORES  
SENHORES ASSISTENTES E INVESTIGADORES  
SENHOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA  
CAROS ESTUDANTES  
PREZADOS FUNCIONÁRIOS  
SENHORAS E SENHORES

1. Ao tomar posse do cargo de Reitor da Universidade de Coimbra, para que fui recentemente reeleito, cumpre-me *saudar* todos quantos quiseram estar presentes neste acto de investidura.

Agradeço, em especial, a vinda, que muito me honra e sensibiliza, do Senhor Ministro da Educação e dos Senhores Secretários de Estado, e bem assim a presença das Ex.<sup>mas</sup> Autoridades, civis, militares, religiosas e académicas.

Ao Senhor Doutor Américo da Costa Ramalho, que, na qualidade de Professor Decano, acaba de me conferir posse, o meu sincero e vivo agradecimento, por isso mesmo e pelas palavras e votos que me endereçou. Agradecimento que penhoradamente também expresso ao outro orador

desta cerimónia, o Senhor Emídio Guerreiro, Presidente da Associação Académica.

2. Como se sabe, a eleição do Reitor decorreu, por assim o preverem os novos estatutos, segundo o sistema de candidatura programática, o que significa que a comunidade universitária teve oportunidade de conhecer o meu programa, o qual foi aliás largamente divulgado e debatido, como os demais, “intra” e “extra muros universitatis”, antes de ser sufragado pela maioria que me elegeu.

Dispensso-me, assim, de vos explicar esse programa, o que não caberia, de resto, no tempo de que razoavelmente posso dispor. Mas não deixarei, em apertada síntese, de apontar alguns traços ou *rasgos essenciais* desse mesmo *programa*, que me proponho executar ou protagonizar durante os quatro anos do meu mandato.

### 3.

3.1. A minha actuação será pautada pelos *Estatutos*, cuja aprovação poderá considerar-se o acontecimento mais relevante do ano transacto e um evento de transcendente significado na história da Universidade, até porque foi a primeira vez, numa história plurissecular, que a Universidade de Coimbra elaborou uma lei estatutária com plena democraticidade.

Instrumento principal desse “direito fundamental” das Universidades que se consubstancia na *autonomia* – pedagógica, científica, administrativa, financeira e disciplinar –, os Estatutos terão agora de ser completados com os regulamentos das Faculdades, Serviços e outras unidades e órgãos, tarefa de suma importância, a que a Reitoria, na parte que lhe cabe, dará um empenhado apoio.

Através da elaboração e aplicação de todos estes diplomas se dará corpo e vida à autonomia, com respeito pela legalidade.

3.2. Os Estatutos não devem, porém, ser uma mera lei orgânica, fria e sem alma. Por isso neles estão explicitamente inseridos “*princípios orientadores*”, que valerão como ideias-força, inspiradoras e dinamizadoras da vida universitária, aos mais diversos níveis. Todos os membros da

comunidade universitária — e o Reitor à frente deles —, deverão ter sempre vivos esses princípios e guias de orientação. A Universidade assumir-se-á, assim, no dizer dos Estatutos, como “depositária de um legado histórico sete vezes secular, na linha das tradições do humanismo europeu”, do mesmo passo que “afirma a sua abertura ao mundo contemporâneo, à cooperação entre os povos e à interação das culturas, no respeito pelos valores da independência, da tolerância e do diálogo”. Em consonância com tais ditames, e dando de novo a palavra aos Estatutos, “no quadro da legalidade democrática, a Universidade de Coimbra rege-se pelos princípios da solidariedade universitária, da liberdade académica, da pluralidade e livre expressão do pensamento, do direito à informação, da gestão democrática e da participação de todos os corpos universitários na vida da instituição”. Isto sem esquecer — novamente cito o diploma estatutário — que “a Universidade deve garantir o direito à educação e à cultura e promover a investigação científica, em ordem ao desenvolvimento do indivíduo e ao progresso social”.

**3.3.** Asseverei — e cumprirei — uma estreita colaboração com os *órgãos colegiais*, no entendimento de que o Reitor deve passar a ser encarado como o presidente de um governo colegial da Universidade, de que o Senado — sem esquecer a Assembleia da Universidade — é primordial componente. Isto não significa uma desvalorização da figura do Reitor. Se é verdade que na nova estrutura o Reitor perde poderes, não é menos verdade que continua a ser um órgão de vital importância, legal e factualmente, e chamado a desempenhar, nessa orgânica, uma tarefa que não será, globalmente, nem mais fácil nem menos relevante do que anteriormente. De toda a maneira, uma tarefa que importa levar a cabo de forma a que a vida e as decisões universitárias se baseiem, até onde seja possível, em alargados consensos, antes que em simples maiorias.

**3.4.** Um órgão novo é o *Conselho Social*, destinado a desenvolver, juntamente com outros órgãos, as relações entre a Universidade e a *Comunidade* e que integrará “representantes de interesses sociais, culturais, económicos e profissionais”. A sua criação, pelos Estatutos, corresponde

à vontade de abertura da Universidade de Coimbra às realidades sócio-económicas e sócio-culturais, no sentido de uma cada vez maior inserção na comunidade, local, regional, nacional e internacional. Muito se tem feito, nos últimos anos, nessa linha, mas é mister ir mais longe nessas acções, reforçando nomeadamente a cooperação com a Câmara Municipal, a Comissão de Coordenação da Região-Centro, a Associação Comercial e Industrial, as empresas, entidades governamentais e para-governamentais, etc.. A designação de um *Vice-Reitor* para as relações com a Comunidade revela até que ponto considero importante esta vertente da acção e da vida universitária. Cabe aqui referir também a cooperação com as Universidades, nacionais e estrangeiras, particularmente, quanto a estas últimas, com as dos países da C.E.E. — a Universidade de Coimbra tem o seu papel a desempenhar na “aventura comunitária” da construção da Europa, sobretudo da Europa da Cultura — e dos países de expressão oficial portuguesa, sem esquecer as Universidades de outros países, incluídos os do leste europeu. Neste contexto universitário, a Reitoria continuará a apoiar empenhadamente a acção, tão relevante já, das Universidades do chamado “Grupo de Coimbra”, cujos reitores se reunirão, na nossa cidade. nos princípios do próximo mês.

**3.5.** No tocante às *Faculdades*, enunciei no meu programa de candidatura numerosos objectivos a alcançar quanto a cada uma delas. Procurarei contribuir para que esses objectivos se consigam. Para além disso, e em geral, buscarei o reforço da colaboração da Reitoria com as Faculdades, no escrupuloso respeito da autonomia destas, e procederei à delegação de competências nos órgãos de gestão das Faculdades, com intuits descentralizadores e desburocratizantes. Será ultimado o processo de criação da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física e estudar-se-á e criação de novas unidades de ensino e/ou investigação, designadamente na área das artes visuais e do espectáculo.

**3.6.** Procurarei, no novo mandato que ora inicio, tomar, propôr ou apoiar medidas que melhorem a situação dos docentes e investigadores, dos estudantes e dos funcionários. Numerosas medidas se contêm, a este propósito, no meu programa. Aludirei, quanto aos *docentes e investigadores*, à alteração do estatuto da carreira docente e a problemas conexos, à revitalização da

investigação científica — pontos verdadeiramente fulcrais —, à contratação de pessoal, à concessão de regalias sociais, etc.. Quanto aos *estudantes*, destacarei a definição dos direitos e deveres gerais — que o Senado está estatutariamente vinculado a fazer e que vai representar, além do mais, um salto em frente, difícil mas necessário, tendo em vista melhorar sensivelmente a pedagogia e o ensino universitário, passando do diagnóstico à terapêutica e contribuindo porventura para um novo perfil do aluno e também, necessariamente, do professor. Mas várias outras medidas procurarei implementar ou contribuir para que sejam implementadas na área estudantil, por ex., quanto a regimes especiais de escolaridade, quanto a apoios no âmbito da cultura e do desporto, sobretudo no quadro da Associação Académica e das Secções e Organismos Autónomos — Associação que, sendo a mais prestigiosa agremiação de estudantes portuguesa e uma das mais prestigiadas a nível internacional, e que viu a sua importância insofismavelmente reconhecida nos Estatutos da Universidade, carece de especial atenção e ajuda, nomeadamente em vista da sua viabilização financeira —, quanto a apoios às Repúblicas, ao serviço de atendimento, etc.. Pelo que toca aos *funcionários*, recordarei a adaptação dos quadros à redefinição da estrutura orgânica da Universidade, as promoções, a valorização profissional, a casa do pessoal, etc..

**3.7.** Envidarei esforços para que sejam tomadas as relevantes medidas que anunciei no tocante à *Biblioteca Geral*, ao *Arquivo* e aos *Museus*, e tomarei as iniciativas necessárias para a criação — talvez fosse melhor dizer recriação — da *Imprensa da Universidade*. Tudo isso se prende, aliás, estreitamente, com a necessidade de reforçar a política cultural da Universidade.

**3.8.** Far-se-á uma reestruturação dos Serviços Centrais e introduzir-se-ão modificações nos *Serviços e Estabelecimentos na dependência directa da Reitoria*.

**3.9.** No concernente aos *Serviços Sociais*, que constituem um domínio particularmente importante, esperam-se, progressos significativos quanto a alojamentos e a refeições, a bolsas de estudo, a linhas de crédito estudantil,

a questões do funcionalismo, etc.. Far-se-á, por outro lado, a reestruturação dos Serviços Médico-Universitários.

**3.10.** Um domínio de primordialíssima importância é o do *desenvolvimento do espaço físico da Universidade*. Tenho repetidamente tratado desta matéria, que foquei, por último, no mencionado programa de candidatura, com realce para o plano de pormenor do *Pólo I*, o Colégio da Trindade e as questões de estacionamento e trânsito nesse mesmo *Pólo*, e com destaque para o plano a executar nos *Pólos II e III*, de 1991 a 1994, já apresentado ao Governo, e referente à construção dos edifícios para os vários Departamentos de Engenharia, para a Faculdade de Farmácia, para o Instituto Biomédico da Luz e Imagem e para um Restaurante-Cantina.

Sem acrescentar mais, hoje e aqui, direi — e chamo vivamente a atenção do Governo para o assunto — que é imperiosa uma tomada de posição governamental neste domínio, há longo, demasiado tempo esperada.

**3.11.** Para a consecução do objectivo de expansão física da Universidade, como para tantos outros — para os demais, em geral — requerem-se vultosos *recursos financeiros*. Sem defender um modelo empresarial e tecnocrático de universidade, que aliás condicionaria e reduziria a liberdade de investigação científica e de criação cultural, devemos esforçar-nos por aumentar as receitas próprias da Universidade, por via do desenvolvimento da prestação de serviços à comunidade, de subsídios atribuídos por instituições públicas ou privadas, de propinas, mas somente quando articuladas com uma nova política de apoios sociais, etc.. A Universidade continuará, porém, a depender do Estado em matéria financeira, porque dele lhe advém o essencial dos seus recursos. Haverá, pois, que combater uma política restritiva do financiamento estadual, embora se reconheça a necessidade, por parte da Universidade, de uma modificação qualitativa da gestão dos recursos financeiros, em ordem a uma maior justiça, racionalidade e eficácia.

**3.12.** Um último ponto: o das comemorações do *VII Centenário da Universidade de Coimbra*. Há duas semanas teve lugar, nesta Sala, sob a presidência do Senhor Presidente da República, a cerimónia de abertura



solene das celebrações. Usei então da palavra, sobre o significado e alcance das comemorações. Nada tenho a acrescentar ou a detrair ao que disse. Mas gostaria de recordar que salientei não deverem tais celebrações ter “um sentido passadista, mas um cunho actualista e prospectivo”, “que não esqueça as festividades, mas ponha a tónica em empreendimentos culturais e científicos e envolva outras realizações de progresso para a Universidade”, afirmando também o desejo de que as comemorações “constituam um momento alto na vida da nossa multiseccular Universidade e um salto para o futuro”.

4. O programa de acção que fica sinteticamente descrito – muito mais haveria a dizer, e tem sido por mim dito noutras conjunturas – vai ser prosseguido num quadro de autonomia e num contexto do poder universitário que já me levou a caracterizar o mandato que tenho pela frente como um *mandato novo*, mais do que um novo mandato.

Assim sucederá certamente. E tanto mais quanto é verdade que me proponho diminuir consideravelmente o tempo dedicado às actividades de gestão corrente, para estar mais liberto para acções de verdadeira política universitária.

5. Na acção à frente da Reitoria serei coadjuvado pelos Senhores Vice-Reitores e Pró-Reitores. Neste momento, a legislação estabelece um limite quanto ao seu número, que é de três, limite que no quadro autonómico actual não se justifica e deve, por conseguinte, ser abolido, o que corresponde à posição tomada recentemente pelo Conselho de Reitores, sob proposta minha.

Como já foi anunciado, nomeei três *Vice-Reitores* – os Professores Jorge Veiga, Fernando Rebelo e Pinho Brojo. Os dois primeiros mantêm-se na equipa reitoral – depois de um trabalho que enalteço –, embora com uma distribuição algo diferente de funções, passando a competir a área académica ao Prof. Jorge Veiga e a de gestão ao Prof. Fernando Rebelo. O Prof. Pinho Brojo terá a seu cargo o domínio das relações com a Comunidade.

Por sua vez, e coadjuvando directamente o Reitor, ficarão três *Pró-Reitores*, quando anteriormente havia um só. Serão eles o Prof. Manuel Rodrigues – para as comemorações do VII Centenário –, o Prof. Diniz de

Freitas – para o Pólo III – e um terceiro Pró-Reitor, ainda não designado, mas que será oriundo da F.C.T.U.C. e terá a seu cargo os assuntos dos Pólos I e II.

Será também nomeado um *Administrador* da Universidade, cargo que actualmente não se acha preenchido. Designarei igualmente um *Vice-Presidente* para o Conselho Social, cuja presidência incumbe por inerência ao Reitor. E estudar-se-á a criação do cargo de Provedor da Universidade, com estatuto a definir pelo Senado.

Neste ensejo, impõe-se testemunhar publicamente o meu vivo reconhecimento aos Senhores Vice-Reitores e Pró-Reitores – que tomarão posse em seguida a esta cerimónia – por terem anuído ao convite que lhes dirigi. As suas grandes e excepcionais capacidades, o seu espírito de abertura, a sua experiência e dedicação permitem-nos as melhores esperanças – eu diria certezas – quanto ao desempenho das altas funções em que vão ser investidos.

Cessam funções a partir de hoje os Senhores Vice-Reitor Prof. Poiares Baptista e Pró-Reitor Prof. Sá Furtado. Poiares Baptista esteve na Reitoria, comigo, desde a primeira hora, com invulgar competência, lealdade e espírito de colaboração, que profunda e sensibilizadamente agradeço e sempre recordarei. Sá Furtado, de nomeação bem mais recente, não regateou esforços na difícil tarefa que desempenhou, com grande mérito e brilho, o que me apraz registar e louvar. A ambos renovo, com amizade, os sentimentos de apreço e grata admiração.

## 6. Minhas Senhoras, Meus Senhores:

40 A Universidade de Coimbra concilia sabiamente a tradição e a modernidade. Dispõe, para usar uma expressão feliz, a outro propósito empregue, de “energia cultural” bastante para não se alhear dos grandes debates do nosso tempo e da sociedade pós-moderna, e para ser capaz de questionar a própria Universidade e a Sociedade, assumindo-se como uma autêntica “Universidade de ideias”. Não é unidimensional. Está virada à inovação. Terá o rasgo de ajudar a delinear uma sociedade científico-tecnológica que seja também uma sociedade de cultura.

Será preciso dizer mais para concluirmos que a nossa Universidade está apta para enfrentar as grandes, rápidas e por vezes vertiginosas transformações

sociais, culturais e económicas que são sinal da nossa turbulenta e exaltante época?

É este, no fundo, o “salto para o futuro” de que falei, há dias, nesta mesma Sala. “No futuro, mais ainda que no passado” – disse – “a Universidade deverá ser um agente impulsionador da sociedade e por isso se pretende cada vez mais dinâmica e interveniente em ordem ao pleno desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico dessa mesma sociedade”.

Saibamos nós, na Universidade de Coimbra, a que não falta passado, conquistar o porvir. Nesta “aceleração da história” que corresponde aos tempos que vivemos, e sem embargo do grau de estabilidade e serenidade que a vida universitária reclama, é caso de dizer, como de resto alguém disse, que “*nada é mais urgente que o futuro*”. Por mim, farei o que puder para que possamos antecipá-lo.

16.03.90

(Página deixada propositadamente em branco)

SENHOR PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL  
SENHOR PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA  
DIGNÍSSIMAS AUTORIDADES  
SENHOR PROFESSOR DECANO  
SENHOR REITOR HONORÁRIO  
SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE REITORES E  
SENHORES REITORES  
ILUSTRES MEMBROS DA ASSEMBLEIA DA UNIVERSIDADE E  
ILUSTRES MEMBROS DO SENADO  
SENHORES DOUTORES  
SENHORES ASSISTENTES E INVESTIGADORES  
SENHOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA  
CAROS ESTUDANTES  
PREZADOS FUNCIONÁRIOS  
SENHORAS E SENHORES

1. A presença de V. Ex.<sup>as</sup> nesta cerimónia de investidura muito me sensibiliza e exprimo-vos o meu vivo reconhecimento.

Permitam-me que destaque neste agradecimento Suas Excelências os Senhores Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional e o Senhor Procurador-Geral da República, cujas presenças particularmente me honram e penhoram. E bem assim os Senhores Reitores e as demais Autoridades, civis, militares, religiosas e académicas.

Uma especial gratidão é devida ao Exm.<sup>o</sup> Colega Doutor Mário Júlio de Almeida Costa, que me empossou na qualidade de Professor Decano e cujas generosas palavras prestam mais tributo à amizade que à justiça.

Quero também agradecer ao Senhor Tiago Magalhães as muito cativantes palavras que me dirigiu como Presidente da Associação Académica de Coimbra, sendo que ambos somos sócios, eu honorário, da Associação.

A todos, Senhoras e Senhores, as mais gratas *saudações*.

2. Soleniza-se hoje, com a tradicional e simbólica tomada de *posse*, o começo do meu quarto e último mandato, aliás já efectivamente iniciado com o despacho de nomeação. Daqui por menos de quatro anos, por conseguinte, se houver vida e saúde, cumprirei um reitorado dos mais longos na história da nossa Universidade. Não sendo indiferente à honra que para mim tal facto representa, temo que seja permanência excessiva, pelo menos para aqueles que, como eu, defendem e apoiam a mudança.

Mudanças porém, acontecerão, e certamente muitas. Aliás, no programa de candidatura, logo asseverei que este mandato seria, no que me diz respeito, algo diferente e orientado, desde logo, mais no sentido da política universitária que no da gestão universitária. Escrevi aí: “Sempre entendi que a política universitária deve ser o objectivo primordial da actividade reitoral, mas só com o rodar dos anos foi possível relegar para outras instâncias da Universidade um número apreciável de assuntos. Quero deixar bem claro que me proponho continuar nesta senda, e dar assim primazia à política universitária relativamente aos encargos concretos de gestão. Isso envolve, como é claro, o alargamento de áreas de competência delegada, tanto no que diz respeito aos Vice-Reitores e Pró-Reitores, como aos Conselhos Directivos das Faculdades, Administrador, Secretário-Geral, e outras entidades. O que, de resto, se harmoniza perfeitamente com a ideia de descentralização, desconcentração e outras formas de partilha das decisões, que advogo e vai, por sua vez, na linha de uma maior democracia participativa, de um desenvolvimento e aperfeiçoamento da gestão democrática e da participação de todos os corpos universitários na vida da instituição. Tudo sem quebra, naturalmente, das competências legais do Reitor e das funções de coordenação e recurso que lhe competem”.

3. Será, esta, pois, uma das linhas-mestras do meu novo mandato.

No aludido programa, que agora me incumbe cumprir, especifiquei os aspectos mais significativos dessa política, sem deixar, porém, de ressaltar

“o espírito de abertura perante os problemas, a inventiva ou “ars inveniendi” a que é preciso dar curso e a ideia de que um programa não é mais do que um “rascunho do futuro”.

Por óbvias razões de economia do discurso, e pela própria natureza desta alocução, não irei descrever minuciosamente a *política* que proponho para a Universidade de Coimbra. Não deixarei, porém, de referir, o mais sucintamente possível, alguns pontos que reputo de maior importância.

**3.1.** Em matéria de *ensino e investigação*, não deixará a Reitoria, coadjuvada pelos Serviços Centrais, de cuidar das suas responsabilidades. Nomeadamente, pugnará pela valorização dos aspectos pedagógicos, em que há tanto a fazer e em que é fulcral o diálogo docente-aluno, e procurará melhorar o apoio à investigação através de uma estrutura dependente de um Vice-Reitor, que estabeleça boa articulação entre as unidades de investigação, o Senado e os Serviços Administrativos.

Para esta área será nomeado, logo que as condições legais o permitam, um Vice-Reitor.

**3.2.** Relativamente à *cultura*, deve ela constituir uma preocupação prioritária do Reitor e um objectivo cada vez mais importante na vida da Universidade. Nesse sentido irei elaborar um projecto com as linhas gerais de uma política cultural, a propôr ao Senado e à Assembleia da Universidade, política essa que se baseará na noção de uma Universidade capaz de se pensar e pensar o mundo, ou seja, de uma Universidade produtora de ideias e projectos, consciente da sua inserção no mundo moderno e da alta relevância que nele deve assumir.

Terá nesse plano especial relevo a criação de um forum que, de uma maneira duradoura e sistemática, proceda a uma reflexão de carácter transdisciplinar sobre as correntes do pensamento contemporâneo, as mais recentes descobertas da ciência, os novos problemas no campo da cultura, as grandes questões sócio-políticas, o repensar a democracia como uma atitude ético-cultural e um estilo de vida, individual e colectivo, outras questões ainda. Cuidar-se-á das intervenções que, nestas áreas, a Universidade pode e deve protagonizar, procurando contribuir assim, de forma activa e criativa,

para a definição e construção dos destinos do País, no quadro de uma sociedade diferenciada, aberta e dialogante, uma autêntica sociedade de debate. É o objectivo de uma “Universidade de ideias”, como base para uma “Sociedade de cultura”.

Para a prossecução de uma tal política, há que contar com todos, nomeadamente com as estruturas universitárias mais directamente vocacionadas para as políticas ditas culturais, sem esquecer a refundação da Imprensa da Universidade, para a qual vai ser nomeada uma Comissão Instaladora, e a próxima constituição da “Fundação Cultural da Universidade de Coimbra”.

Para me coadjuvar na área cultural será nomeado um Pró-Reitor, ouvido o Senado, nos termos estatutários.

**3.3.** No tocante à *cooperação com a comunidade*, será finalmente constituído o Conselho Social da Universidade de Coimbra, que se espera constitua um espaço privilegiado de diálogo com os representantes dos interesses sociais, culturais, profissionais e económicas do meio envolvente. O Prof. Doutor Pinho de Brojo presidirá a esse tão importante órgão consultivo.

Continuará a apoiar-se a actividade de todos os organismos de interface que existem na Universidade de Coimbra ou estão com ela conexcionados.

**3.4.** Uma referência especial merece a *cooperação internacional*.

Foi, nos últimos anos, uma das vertentes em que a nossa Universidade mais se destacou, e em que tem sido decisiva a acção directa e de coordenação da Reitoria e de estruturas na sua dependência.

Continuaremos nesta linha de internacionalização, designadamente apostando em acordos bi- e multilaterais e em redes e pólos universitários. O “Grupo de Coimbra” continua, a este propósito, a ser um paradigma.

O Vice-Reitor Prof. Jorge Veiga manter-se-á como o principal responsável por este sector, coadjuvado pelo Gabinete de Relações Internacionais, que será reforçado em meios humanos e logísticos.

**3.5.** Sendo desnecessário enaltecer a importância das questões relativas aos *recursos humanos*, seria igualmente ocioso realçar o seu relevo no debate sobre os caminhos a percorrer pela Universidade.



Deixo aqui apenas alguns tópicos programáticos. Respeitam, separadamente, a docentes e investigadores, estudantes e funcionários. Mas uma ideia-força comum a todos estes estratos da comunidade universitária encontra-se no pendor humanizante das reformas e soluções desejáveis, o que envolve uma tendência para a desmassificação e a busca, no plano concreto, da valorização e do estímulo pessoal. Tudo isto passa também, como é claro, pela desburocratização, na medida do possível.

Por outro lado, propor-se-á a criação, no âmbito do Senado, de uma nova secção (ou subsecção) exclusivamente dedicada a questões de pessoal docente e não docente, e, em geral, a recursos humanos.

Destaco, a respeito dos docentes e investigadores, o empenhamento na reivindicação de um melhor estatuto para a docência e a pesquisa científica, incluindo o sistema remuneratório, a par de uma maior transparência no que toca ao controlo do cumprimento dos deveres estatutários. Noutra plano, avulta a contratação de pessoal docente, nas Faculdades mais carenciadas.

Relevarei, no tocante aos estudantes, a colaboração com o Senado na definição dos direitos e deveres dos alunos, incluindo as disposições especiais aplicáveis aos trabalhadores-estudantes e aos estudantes portadores de deficiências. Igualmente destaco a definição do apoio, no âmbito da cultura e do desporto, às iniciativas dos estudantes, em especial as da Direcção-Geral da Associação Académica e das Secções e Organismos Autónomos. E ainda a ajuda às Repúblicas e Solares.

No domínio dos funcionários, cumpre salientar o apoio a acções de formação profissional, a luta contra uma política de despedimentos, prestando especial atenção aos funcionários com vínculo precário, e o apoio às actividades da Casa do Pessoal.

**3.6.** Referindo-me agora às *instalações e equipamentos*, lembrarei o grande avanço que no mandato cessante ocorreu, especialmente no tocante aos Pólos II e III, com maior relevo para aquele, em conformidade, aliás, com as prioridades estabelecidos pela Universidade e aprovadas pelo Governo.

Nos próximos quatro anos pretende-se dar continuidade aos empreendimentos em curso, designadamente prevendo-se, no Pólo I, a construção do anfiteatro para a Faculdade de Direito, a conclusão das obras da Faculdade

de Economia, do pavilhão Polidesportivo, a remodelação de áreas para a Faculdade de Farmácia, a remodelação do Teatro Académico de Gil Vicente e do Teatro Paulo Quintela e a recuperação do Colégio da Trindade, para instalação do Colégio Europeu.

Por outro lado, concluir-se-á o programa de reutilização de áreas do Pólo I e elaborar-se-á o Plano de Reconversão dos edifícios do Colégio de São Jerónimo, Colégio das Artes, Colégio de Jesus e tratamento urbanístico da área envolvente. Prevê-se ainda a elaboração dos projectos de remodelação destes edifícios, onde se incluirá o Complexo Museológico da Universidade, com início das obras de remodelação.

No Pólo II está prevista a construção da 2.<sup>a</sup> fase dos Departamentos de Engenharia Mecânica e de Engenharia Electrotécnica, dos edifícios para o Departamento de Engenharia Civil e Engenharia Química, bem como da Unidade Pedagógica Central.

No concernente ao Pólo III, é sobretudo de destacar que deverá ficar instalada nos terrenos do Pólo parte do futuro “Pólo de Saúde”, que representa um espaço de investigação e desenvolvimento, e de apoio à comunidade, e para a sua viabilização agregar-se-ão, em torno da Universidade e da Faculdade de Medicina — cujas novas instalações ficarão sediadas no mesmo Pólo —, todas as potencialidades já instaladas na área da Saúde (Núcleo de Celas).

A inauguração oficial dos Pólos II e III deverá ter lugar aquando da abertura solene das aulas, no próximo dia 19 de Outubro, com a presença do Senhor Primeiro Ministro.

A responsabilidade directa das questões relativas a instalações e equipamentos, a nível central, vai passar a competir a um Vice-Reitorado, cujo titular será a Prof.<sup>a</sup> Doutora Teresa Mendes, que anteriormente ocupou as funções de Pró-Reitora.

**3.7.** Em matéria de *financiamento*, são conhecidas de toda a comunidade universitária as insuficiências orçamentais e a luta que a Universidade tem travado para obter, da parte da Assembleia da República e do Governo, o reforço das dotações. Continuaremos a travar, sem desfalecimento, essa batalha, se necessário, como é previsível, em ordem especialmente à correcção das desigualdades relativamente a outras Universidades, traduzidos no baixo custo-médio por aluno da nossa Instituição.

Impõe-se, porém, uma correcção estrutural dos orçamentos e um adequado sistema de financiamento das universidades públicas, que há muito se vem, de todos os lados, reclamando. Espera-se que possam ser encontradas adequadas soluções no quadro dos contratos-programa, a celebrar entre cada uma dessas Universidades e o Governo. Essa esperança, todavia, não esconde o receio de que as fórmulas de cálculo propostas não atendam suficientemente às especificidades da Universidade de Coimbra, nomeadamente no tocante à necessidade de obter um financiamento próprio para os chamados Estabelecimentos Anexos.

O Vice-Reitor Prof. Fernando Rebelo continuará a superintender na área da gestão e do património.

**3.8.** Relativamente à *estrutura orgânica*, com excepção das Faculdades, a cujos problemas específicos não me referirei, saliento, quanto ao Governo Central da Universidade, que é meu propósito a valorização da Assembleia da Universidade. Ela tem funcionado, praticamente, apenas como colégio eleitoral. Penso que deverá analisar a revisão dos Estatutos. Compete-lhe, além disso, “apreciar e deliberar sobre todos os assuntos de importância fundamental para a Universidade, que lhe sejam cometidos pelo Reitor ou pelo Senado”. É minha intenção convocar a Assembleia para se pronunciar sobre “grandes questões”, permitindo um amplo debate sobre linhas de orientação estratégica da Universidade.

No tocante ao Senado, afigura-se necessário introduzir na sua composição algumas alterações, e repensar as suas Secções, bem como o seu funcionamento.

Noutro plano, importa destacar o apoio que a Reitoria está e vai continuar a dar ao processo de avaliação das universidades, de grande importância para o desenvolvimento das instituições universitárias, para a correcta evolução do processo autonómico e para a responsabilização de tais instituições em face da comunidade e do poder político. Deve realçar-se, neste particular, o papel da Fundação das Universidades Portuguesas, a que tenho a honra de presidir.

**3.9.** Em matéria de *Biblioteca Geral e Arquivo*, proporei ao Senado, conformemente aos Estatutos da Universidade, a eleição dos seus directores.

O mesmo se diga, a seu tempo, para a Imprensa da Universidade.

Relativamente a *Museus*, reconhece-se que a Universidade de Coimbra dispõe de um vasto e valioso complexo museológico, mas não está apetrechada com os meios humanos e materiais necessários ao seu cabal aproveitamento e rentabilização. Há, pois, necessidade de recurso a entidades museológicas alheias à Universidade e a fontes externas de financiamento. É propósito da Reitoria, em consonância com a FCTUC e especialmente com os responsáveis dos Museus de Física e História Natural, e bem assim do Museu da Ciência e da Técnica, incentivar o diálogo com as instâncias competentes, tendo em vista o estabelecimento de protocolos que definam a respectiva participação na coordenação e gestão técnica das acções museológicas, entendidas no âmbito mais vasto de uma rede nacional de Museus.

**3.10.** Os *Serviços de Acção Social*, como unidade orgânica da Universidade de Coimbra, têm revelado uma gestão eminentemente dinâmica, habituando-nos a frequentes e importantes inovações.

Como Presidente dos Serviços, e em estreita colaboração com o seu Administrador, continuarei a acompanhar, com o maior interesse, as respectivas realizações, salientando que neste momento se estuda a implantação de restaurantes e residências académicas no Pólo II e se negocia o financiamento da construção de um complexo residencial para professores e estudantes, num terreno a ceder pela Fundação Gulbenkian.

**4.** As acções programadas e a que acabo de aludir, e o muito mais que se espera fazer, deverão nortear-se por um conjunto de *princípios* enformadores, a que tem obedecido, de resto, a minha actividade à frente da Reitoria.

Sintetizei esses princípios deste modo, em 1982: “princípio da autonomia, articulado com o princípio da legalidade; princípio da democraticidade, na linha do princípio da participação; e princípio do consenso”. Tais princípios viriam a ser consagrados, embora em mais ampla contextualidade, nos Estatutos da Universidade de Coimbra, em 1989. E julgo não ser mau juiz de mim próprio se disser que sempre me mantive fiel a tais princípios e procurei dar-lhes visibilidade na acção concreta.

Assim continuarei. Com perseverança. Mas também com humildade, que é seguramente uma das principais virtudes democráticas. E igualmente animado de um espírito de solidariedade, que hoje tanto se apregoa, nas mais diversas instâncias, mas vemos minguar a cada passo, na prática. E de solidariedade bem carecidos estamos, assim como da compreensão e do entendimento que ela supõe, isto numa sociedade onde campeia a competitividade extrema, a agressividade sem freio, o hipercriticismo. E por aí não se vai a lado nenhum, a não ser à guerra de todos contra todos, à “bellum omnium contra omnes”, onde perversamente se confunde conflitual com conflituoso, se inviabiliza o justo progresso e se perde, quantas vezes, o gosto de viver.

**5. Senhores Professores e Investigadores, Estudantes, Funcionários, Senhoras e Senhores:**

No início de mais uma caminhada, com a apreensão e a esperança próprias de uma circunstância como esta, olho num relance o passado, o passado de quem serviu, sem outros rumos ou desvios, a Universidade de Coimbra. E fixo a memória num remoto dia de há doze anos, em que nesta mesma sala tomei, pela primeira vez, posse do cargo de Reitor. Sacudindo então a poeira do tempo, lembrei uma fórmula dos nossos velhos estatutos, para o juramento reitoral: “procurarei o proveito da Universidade e sua honra quanto em mim for”.

Renovo, perante vós, esta solene promessa.

8.07.94

(Página deixada propositadamente em branco)

*discursos na abertura  
solene das aulas*

(Página deixada propositadamente em branco)



SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR  
DIGNÍSSIMAS AUTORIDADES  
SENHORES REITORES  
SENHORES DOUTORES E ASSISTENTES  
SENHORES ESTUDANTES  
SENHORES FUNCIONÁRIOS  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

1. No longo caminhar da nossa Universidade, antiga, mas não velha, dá-se hoje mais um passo, ao proceder-se à abertura *solene* dos trabalhos escolares.

Segundo a tradição, o reitor lerá, em semelhante ocorrência, um circunstanciado *relatório* sobre a situação da Universidade no ano lectivo findo. A tradição, aliás, não deixa de ter expressão no estatuto universitário. Só que daí não resulta, num correcto entendimento, que o relatório a ler pelo prelado universitário seja detido e minucioso, nem que deva voltar-se apenas para o passado, sem perspectivar o futuro.

Ora afigura-se-nos mais consentâneo com a índole desta cerimónia, olhada de um ângulo actualista, e mais conforme com o seu adequado dimensionamento, atento sobretudo o facto de nela avultar a “oração de sapiência” — este ano a cargo de um ilustre Mestre da Faculdade de Medicina —, que o relatório se circunscreva a *grandes lineamentos* ou rasgos essenciais. Por outro lado, a alocução reitoral deve ter também um carácter *prospectivo*, indicando linhas de uma futura actuação.

Tenho isto, na verdade, como mais razoável. Não duvido de que está conforme à legalidade. E se vai contra a tradição, tal só acontece em certa medida, até porque é detectável uma recente tendência no sentido, por um

lado, do encurtamento ou aligeiramento do relatório reitoral e, por outro, de uma visão prospectiva dele. Ademais, as tradições estão sujeitas à lei da vida, que é, no dizer do poeta, “composta de mudança”. E certas mudanças, como a presente, longe de negarem os valores da tradição — o que seria coisa estulta e mesmo tarefa vã —, antes os respeitam, porque vivificam as tradições e, ao cabo, as salvagam.

Creio, assim, que se justifica reduzir substancialmente o relatório a ser lido pelo reitor. Decerto que ele deve ser elaborado com minúcia e circunstância, mas não em vista da sua leitura na Sala dos Capelos, e antes em ordem a ser, por outra via, oportunamente publicado e distribuído.

Esta orientação, de resto, corresponde, segundo creio, a um sentimento generalizado. Comprova-o a tendência há instantes aludida. Comprova-o ainda o apoio que tal orientação recebeu do Conselho Científico-Cultural da Reitoria e dos presidentes dos Conselhos Directivos ou seus representantes, em reunião que expressamente convoquei para o efeito. Tenho, pois, boas razões para crer que essa orientação terá também o vosso assentimento.

2. Esclarecido este ponto preliminar, e antes de entrar em matéria, cumprirei gostosamente o dever de *saudar* a presença de V. Ex.<sup>as</sup>. A presença honrosa do Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, que representa também o Senhor Ministro da Educação, e a ilustre presença das autoridades civis, militares e religiosas, e dos Senhores Reitores. A V. Ex.<sup>as</sup> apresento as melhores e mais gratas saudações. A todos os que aqui vieram endereço, aliás, efusivos cumprimentos.

---

56

3. No ano lectivo que findou, a Universidade prosseguiu os seus objectivos primordiais, designadamente ensinando, investigando e sendo agente de cultura.

No aspecto do *ensino*, dirigido, em 1981-1982, a 11.694 estudantes, permito-me destacar os cursos de mestrado, que se iniciaram em três das nossas Faculdades: Letras, Ciências e Tecnologia e Medicina. No âmbito desta última Faculdade, cabe referenciar o reconhecimento oficial de que ela deverá ter a exclusiva responsabilidade pelo ensino clínico pré-graduado.

Em relação ao estrito domínio da *ciência*, houve nele assinaláveis resultados — traduzidos em livros, artigos, comunicações, conferências,

congressos, colóquios, jornadas, etc. —, resultados de que o relatório anual a ser publicado dará detida notícia. Mas um aspecto, negativo, desejo aqui assinalar. Da verba do PIDDAC, de decisiva importância para fins de investigação científica, recebeu a Universidade de Coimbra perto de 3.000 contos, o que corresponde a cerca de 1% do que fora solicitado. Constituiu a atribuição de tão escassa verba, a mais de uma injustiça absoluta, uma grave, inadmissível injustiça relativa. O facto, contra o qual então se protestou, aqui se regista, na esperança de que coisa semelhante não possa voltar a acontecer.

No plano *cultural* frisarei, entre outros aspectos, a realização de conferências, exposições, concertos, publicações diversas. Cabe realçar, neste domínio, a intervenção de certos serviços centrais da reitoria, e serviços anexos ou afins (como a Biblioteca Geral e o Arquivo), sendo igualmente cabida uma referência ao apoio que representou, neste sector, o Palácio de S. Marcos e o Grande Auditório.

No aludido plano cultural, há a referir também diversas iniciativas no seio de organizações estudantis, nomeadamente através da actuação dos organismos autónomos da Academia. A Fundação Gulbenkian prestou aqui — como, de resto, em muitos outros sectores — valioso contributo financeiro.

Ligados estreitamente com a área pedagógica, científica e cultural, acham-se os acordos de cooperação e de colaboração científico-pedagógica que a nossa Universidade, ou algumas das suas Faculdades, têm estabelecido, quer a nível nacional quer internacional.

4. Em matéria de *peçoal* quero aludir, no tocante a *peçoal não docente*, ao Dec. n.º 190/82, que alterou os quadros do *peçoal* dirigente, técnico-superior, técnico-profissional, administrativo, operário e auxiliar, o que vem conduzindo a uma reclassificação do *peçoal*, nas diversas carreiras.

Pelo que diz respeito ao *peçoal docente*, salientarei que ocorreram, no período a que se reporta este sucinto relato, 16 doutoramentos, nas Faculdades de Ciências, Medicina e Letras, alguns por equiparação a graus obtidos no estrangeiro. Neste número não se incluem os doutoramentos “*honoris causa*”, que tiveram lugar pelas Faculdades de Direito e de Medicina, num total de 11, e entre os quais me permito salientar o de

Amintore Fanfani, Presidente do Senado Italiano e actual Primeiro-Ministro do Governo de Itália.

Ao falar do elemento pessoal da Universidade, devo e desejo deixar aqui, com emoção, uma palavra de homenagem e estima para aqueles dos seus membros que o limite de idade afastou das suas funções, no decurso do ano transacto. E uma palavra de comovida saudade por aqueles que, durante o mesmo período, a morte levou.

5. Aludirei agora a um domínio de grande relevo, que é o das *instalações*. Neste campo devem destacar-se as obras, e medidas concorrentes, que permitiram a transferência para o “Convento dos Grilos” dos Serviços Académicos, o arranque da fase final de remodelação da “Ala de S. Pedro”, a mudança dos Serviços Sociais para a sua nova sede, a limpeza e outras obras exteriores de parte dos edifícios da Universidade, e diversos melhoramentos no Estádio Universitário, bem como no edifício do Museu.

De referir também a adjudicação das obras de acabamento do “Colégio dos Órfãos” e do “Paço de Sub-Ripas”.

A registar igualmente a entrega dos anteprojectos referentes a uma cantina e um supermercado, bem como a armazéns e oficinas, e ainda a uma residência de estudantes, tendo-se verificado também o arranque dos projectos de execução destes empreendimentos. Terminou-se igualmente o estudo prévio de outras residências estudantis.

Cabe lembrar, neste contexto, os diplomas legais que estabeleceram medidas preventivas para as áreas de implantação da nova Faculdade de Medicina e do Pólo II da Universidade.

6. Entre os factos da vida da Universidade no ano de 81-82, assume especial vulto a visita do Papa.

Sua Santidade o *Papa João Paulo II*, no decurso da sua inesquecível visita a Portugal, esteve na Universidade de Coimbra, que lhe atribuiu o grau de doutor “honoris causa” por todas as faculdades. Nessa estada – que constituiu, como salientou então o Reitor Ferrer Correia, uma “honra excelsa para a Universidade” –, João Paulo II dirigiu “uma mensagem aos intelectuais e homens da cultura portuguesa”. Nela pôs em relevo o papel

da cultura, a qual, disse, “é do homem, a partir do homem e para o homem”. E acrescentou, em palavras que se impõe fixar: “para ser válido, um projecto cultural não poderá deixar de atribuir o primado à dimensão espiritual, àquela dimensão que diz respeito ao crescimento no ser, mais que ao crescimento no ter”.

7. Dois outros factos devem ser destacados: a jubilação do Professor Ferrer Correia e a eleição de um novo reitor.

Já tive ocasião, por mais de uma vez, de render a *Ferrer Correia* público testemunho de admiração pelo seu reitorado, a vários títulos tão fecundo e eminente, aliás como natural emanção de uma personalidade intelectual e moral de excepcional craveira e de irradiação singular. O consenso de todos os corpos da Universidade quanto à sua nomeação como reitor efectivo, o apoio que, em toda a Universidade, colheu a proposta para a sua designação como reitor honorário, e que levou o actual Ministro da Educação a reconhecer-lhe esse título, e as respectivas regalias e honras, as homenagens incomuns que lhe foram prestadas no termo do seu mandato reitoral são factos mais expressivos que as muitas palavras que poderiam ser ditas em elogio à sua acção como reitor.

Nessa sua acção — tão brilhantemente coadjuvada pelos Vice-Reitores cessantes, Professores Luís de Albuquerque e Manuel de Oliveira Pulquério, aos quais reitero o meu grato apreço e a mais alta consideração —, foi o Reitor Ferrer Correia um esclarecido e perseverante defensor da autonomia universitária.

Foi-o, nomeadamente, quanto à designação do reitor, contribuindo para que o seu sucessor no cargo, fosse quem fosse, a ele adviesse por *eleição*.

Não desejo, por óbvias razões, falar-vos agora da eleição que me trouxe a este lugar, o qual procurarei desempenhar o melhor que puder, com a ajuda de todos e, antes de mais, com o inestimável apoio dos Senhores Vice-Reitores Professores Poiães Baptista e Jorge Veiga. Disse, aquando da minha investidura no cargo, que não tirava do facto da eleição envaidecimento ou imodéstia. Mas tal facto tem uma importância institucional que julgo, como também disse então, merecer registo. Aqui fica, pois, a necessária referência.

8. Descritas, em breve síntese, algumas ocorrências mais significativas da vida da Universidade no *passado* mais próximo, caberá dizer ora alguma coisa sobre o *futuro* mais chegado. FÁ-lo-ei, mas igualmente com presteza, o que, no caso, particularmente se justifica.

Na verdade, tendo tomado posse do cargo de reitor há pouco mais de um mês, e havendo, nesse ensejo, esboçado um programa de acção, não se esperará que o tenha já modificado e, por outro lado, seria descabido repeti-lo aqui.

Lembrarei, todavia, que me propuz nortear-me por alguns princípios fundamentais, a saber: o princípio da autonomia, articulado com o princípio da legalidade; o princípio da democraticidade, na linha do princípio da participação; o princípio do consenso.

Relembro também que enunciei então, de harmonia com os princípios referidos, determinadas linhas capitais da actuação da reitoria, no tocante ao ensino, particularmente à questão pedagógica, e bem assim relativamente à investigação científica, à cultura e à prestação de serviços à comunidade.

Demais disso, salientei relevantes aspectos que se situam no plano instrumental da política universitária ou que contendem com a gestão, mais do que propriamente com a política universitária.

Neste particular, e referindo-me a problemas dos Serviços Centrais, e serviços anexos ou afins, bem como a questões das Faculdades, dos Serviços Sociais e da Associação Académica, dei conta de toda uma série de carências e de problemas, muitos deles, aliás, encarados e bem encaminhados em reitorados precedentes. Carências e problemas de vária índole e diversa importância, referentes à dignificação da carreira docente e de investigador, à contratação, remuneração, reclassificação e gestão do pessoal (cabendo assinalar, neste contexto, a necessidade de publicação do decreto regulamentar da Lei Orgânica dos Serviços Sociais), referentes a instalações, obras e equipamento, a reforço de verbas de funcionamento e de investimento, a subsídios, a alojamento, alimentação e ajuda económica aos estudantes, à viabilização financeira da Associação Académica, à valorização e incrementação de determinados serviços, à remodelação de outros, à melhoria de certos circuitos administrativos, ao reforço, em geral, da operacionalidade dos serviços por via da modernização dos métodos de gestão, incluindo processamentos informáticos, etc..

Para além destas questões, que vão constituir, como é manifesto, preocupação e empenhamento da reitoria, existem, naturalmente, várias outras.

Dentro estas várias outras questões, desejo fazer avultar, neste momento, determinadas matérias específicas de cada uma das Faculdades, matérias essas não devidamente explicitadas na enumeração precedente e que, na altura, por brevidade, omiti.

Assim, pelo que toca à *Faculdade de Letras*, destaco, para além da exiguidade dos espaços disponíveis, a necessidade de reparação e modernização do teatro e, noutro plano, a conveniência da revisão dos planos curriculares dos vários cursos.

Quanto à *Faculdade de Direito*, para além de importantes obras, cuja execução prossegue, referirei a reformulação do plano de estudos do curso geral e a defesa e valorização da biblioteca do Instituto Jurídico.

No tocante à *Faculdade de Medicina*, sobressaem questões relativas à construção do novo edifício da Faculdade, à reformulação das relações entre a carreira docente e a carreira hospitalar, à revisão das condições dos docentes das carreiras pré-clínicas, à inobservância do «*numerus clausus*» proposto pela Faculdade.

Na área da *Faculdade de Ciências e Tecnologia*, apontarei a necessidade de ser acelerado o projecto do Pólo II, tendo em especial atenção as Tecnologias, a urgência do apetrechamento de laboratórios, a necessidade de enfrentar diversos problemas provocados pela estrutura departamental da Faculdade, a resolução do problema dos assistentes que requereram a passagem à carreira técnica-superior, as questões relacionadas com a aquisição e valorização dos meios de cálculo automático.

Passando à *Faculdade de Farmácia*, assume aí especial premência o financiamento da biblioteca, a ampliação de instalações, o reforço do equipamento.

Na *Faculdade de Economia*, por seu turno, é patente a carência de instalações e de equipamento.

Por último, no concernente à *Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação* — que continua a comportar apenas a licenciatura na primeira daquelas áreas —, assume relevo especial o problema do equipamento do

edifício denominado “Colégio dos Órfãos”, cujas obras de reparação e adaptação se espera estejam prontas em Julho próximo.

9. Numa apertada síntese, tentei dar-vos, Senhoras e Senhores, uma ideia do estado da Universidade de Coimbra, como resulta do balanço do ano escolar que findou e das perspectivas que se abrem em futuro mais ou menos próximo.

Se é, assim, manifesto o muito que se tem feito, apesar de dificuldades e contingências de toda a ordem, não é menos patente o muito e muito que falta realizar. Que falta realizar, para que a Universidade que somos se aproxime, quanto possa, da Universidade que gostaríamos de ser.

14.12.82



SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO  
SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR  
SENHOR EMBAIXADOR DA UNIÃO INDIANA  
EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES  
SENHORES REITORES  
SENHORES DOUTORES E ASSISTENTES  
SENHOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA  
CAROS ESTUDANTES  
PREZADOS FUNCIONÁRIOS  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

1. Procede-se hoje à abertura *solene* dos trabalhos escolares.

Segundo a ritologia desta Casa e o próprio estatuto universitário, o reitor deve ler um *relatório* sobre a situação da Universidade no ano lectivo que passou.

Há pouco menos de um ano, ao realizar-se idêntico acto, afirmei que se “afigura mais consentâneo com a índole desta cerimónia, olhada de um ângulo actualista, e mais conforme com o seu adequado dimensionamento, atento sobretudo o facto de nela avultar a ‘oração de sapiência’, que o relatório se circunscreva a *grandes lineamentos* ou rasgos essenciais”. Salientei igualmente que “a alocação reitoral deve ter também um carácter *prospectivo*, indicando linhas de uma futura actuação”.

Continuo a reputar este ponto de vista como o mais fundado. Obteve ele assentimentos institucionais e pessoais. Vivifica, por outro lado, a tradição e, deste modo, a salvaguarda. Por isso me mantereí nessa linha, lendo-vos apenas um sucinto relato. O mais ficará para o “Anuário da Universidade”, em seu devido tempo.

2. Dito isto, cumpro, e com muito gosto o faço, o dever de *saudar* a presença de V. Ex.<sup>as</sup>.

Saudar a presença do Senhor Ministro da Educação, e também a do Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, presença que nos honra e sensibiliza. Saudar a presença, ilustre, das demais autoridades civis, militares e religiosas, e dos Senhores Reitores.

Uma referência especial ao Senhor Embaixador da União Indiana, que nos dá o prazer da sua visita e fará hoje uma valiosa oferta de livros à Universidade.

Uma alusão especial também à vinda do Senhor Reitor e do Senhor Vice-Reitor da Universidade de Salamanca, que com tanto gosto acolhemos e que dão testemunho da vontade, que é também a nossa, de avivar os laços que nos unem. Espero que Salamanca e Coimbra sejam modelo de intercâmbio universitário, intercâmbio que, há poucos dias ainda, a cimeira política luso-espanhola salientou entre os objectivos a prosseguir.

A todos V. Ex.<sup>as</sup> apresenta a Universidade de Coimbra, pela minha voz, as mais gratas saudações. Em geral, aos que aqui vieram dirijo os melhores cumprimentos.

3. No ano lectivo transacto, a Universidade coimbrã deu mais um passo na sua caminhada secular, em vista das finalidades que lhe cumpre satisfazer.

No domínio do *ensino*, que foi dirigido a 12.372 estudantes — mais 700, aproximadamente, que no ano anterior —, cabe referir algumas modificações no tocante às actividades pedagógicas, traduzindo-se em alterações nos currículos, no funcionamento das aulas e na avaliação de conhecimentos. Aludirei também ao prosseguimento dos mestrados, apesar das carências, mormente em equipamento, que nalguns se sentem. Notarei ainda, no sector do ensino, que prosseguem as diligências necessárias à reformulação, que se impõe, das relações entre a carreira docente e a carreira hospitalar.

Relativamente à área da *ciência*, registaram-se nela significativos resultados, que se expressaram em livros, estudos, comunicações, conferências, congressos, colóquios, simpósios, etc., e de que noutra lugar e tempo se dará circunstanciada notícia.

Apesar de entender, como já tive ocasião de dizer publicamente, que “a Universidade de Coimbra, e a Universidade portuguesa em geral, não pode pôr o tom dominante num modelo de ‘universidade científico-cultural’, em claro detrimento da Universidade técnico-profissional”, não subestimo, naturalmente, a vertente da investigação científica, na Universidade. Penso mesmo que deve reforçar-se o papel das universidades na investigação científica. Bem se compreende, por isso, que a reitoria tenha instituído, em Maio de 83, uma comissão de investigação científica, como órgão consultivo do reitor, “sem prejuízo, obviamente, das competências dos outros órgãos universitários”. Aqui se exara uma palavra de louvor e de confiança na actuação da comissão, à frente da qual está o Prof. Dias Urbano e cuja presidência foi assegurada, no impedimento deste professor, pelo Prof. Gouveia Monteiro.

A respeito ainda da investigação científica, cabe referir o esquema denominado “Novas acções de investigação”. Sem embargo do atraso na implementação desse esquema, ele constitui um factor positivo a assinalar.

Passando agora ao plano propriamente *cultural*, a Universidade levou a efeito, em 82-83, conferências, exposições, concertos, publicações de diversa índole. Permito-me realçar, a este propósito, a intervenção de certos serviços centrais da reitoria, e serviços anexos ou afins (como a Biblioteca Geral e o Arquivo), sendo igualmente valioso o apoio do Auditório da Reitoria e do Palácio de S. Marcos.

É também de referendar e louvar, no aludido plano, diversas iniciativas de organizações estudantis, nomeadamente da Direcção-Geral da Associação Académica e dos Organismos Autónomos da Academia. Registe-se o importante contributo — aqui, como noutros sectores — da Fundação Calouste Gulbenkian.

Em conexão com a área pedagógica, científica e cultural, cabe aludir aos acordos de cooperação e outras formas de colaboração que a nossa Universidade tem vindo a estabelecer e a praticar, tanto a nível nacional como internacional.

4. Neste breve elenco da actividade universitária na perspectiva dos fins primordiais da Universidade, não pode esquecer-se a prestação directa de

serviços à comunidade e, de um modo geral, a articulação da nossa Escola com a *comunidade* em que se insere.

A este respeito, um facto importante se impõe destacar: a cooperação com a Câmara Municipal de Coimbra. Na sequência de um acordo entre o Reitor da Universidade e o Presidente da edilidade, Dr. Mendes Silva, foi institucionalizado um estreito relacionamento da Universidade com a Câmara, criando-se, para o efeito, uma comissão mista Universidade-Câmara.

Alguns resultados já conseguidos indiciam o êxito desse relacionamento, que se verificará sobretudo na área cultural e no sector de serviços sociais.

##### 5. Passo agora a outra matéria — a do *peçoal*.

No que respeita a pessoal *docente*, salientarei que ocorreram, no período a que se reporta o presente relato, 11 doutoramentos, nas Faculdades de Ciências e Tecnologia, Letras, Direito e Medicina. Neste número não estão incluídos os doutoramentos “*honoris causa*”, que tiveram lugar por aquelas mesmas Faculdades, num total de 7.

Quanto a pessoal *não docente*, referirei que o processo de reclassificação emergente do Dec. Lei nº 190/82 — processo extremamente complexo, delicado e trabalhoso — se encontra perto do seu termo, podendo dizer-se que a execução daquele decreto ronda os 90%.

Quase concluída, assim, a reclassificação aludida, é preocupação da reitoria garantir, com a possível celeridade, o subsequente processo de promoções, bem como assegurar uma correcta gestão dos quadros de pessoal.

Por outro lado, é necessário, para que se leve por diante um processo autonómico, que se remodelem estruturas e preparem quadros. Nesta senda, apresentou já a reitoria ao Governo, há meses, um projecto de portaria, cuja aprovação continua a aguardar.

Relativamente a dados de pessoal, anotarei ainda que, no ano findo, foram submetidos a visto do Tribunal de Contas 1.060 diplomas de provimento e conferida posse a 823 funcionários, docentes e não docentes.

Por último, neste capítulo, desejo deixar aqui uma palavra de homenagem e estima para aqueles que atingiram o limite de idade em 1982-83. E para aqueles outros que, durante o mesmo período, a morte afastou do nosso convívio, uma palavra de comovida lembrança.

**6.** A outro ponto vou agora reportar-me — e é o das instalações.

Proseguiu a remodelação da «Ala de S. Pedro» e do “Paço das Escolas”, bem como a limpeza e outras obras exteriores em parte dos edifícios da Universidade. Proceceu-se a remodelações e reparações em diversos edifícios, nomeadamente na Faculdade de Letras, na Biblioteca Geral, no Estádio Universitário e no “Convento dos Grilos”. Relativamente a este último, reconhecem-se as graves deficiências das instalações, sem embargo de que certas dessas deficiências já foram atenuadas e algumas outras virão a sê-lo, caso se verifique a instalação das assessorias noutros locais, o que é de prever, em prazo não muito dilatado.

Em matéria de instalações, é importante referir a constituição dos grupos coordenadores dos trabalhos referentes às instalações dos Pólos II e III da Universidade, aquele com particular interesse para as Tecnologias, este para a Faculdade de Medicina.

**7.** A um facto da vida da Universidade no período a que se reporta o presente relatório darei agora relevo: refiro-me à visita de *Samora Machel*, que era acompanhado pelo Presidente da República, General Ramalho Eanes, o qual, semanas antes, nos honrara com a sua estada em S. Marcos.

O Presidente Samora Machel, no decurso da visita oficial ao nosso país, visitou a Universidade de Coimbra e foi homenageado com um almoço em S. Marcos. A presença do Presidente da República Popular de Moçambique entre nós permitiu, além do mais, pôr em realce o papel que a Universidade de Coimbra desempenhou e desempenha no estabelecimento de uma relação de fraternidade luso-moçambicana.

**8.** Eis, em relance, algumas ocorrências mais significativas para a nossa Universidade no período de 82-83. E como será o futuro, no ano escolar que teve agora o seu início?

Não são poucos, nem são de somenos, as ideias e os projectos que a Universidade tem para tal período. Nascidos neste reitorado ou vindos mais de trás, concebidos pela reitoria e respectivos serviços ou provindos das Faculdades e suas estruturas, advenientes mesmo de outras áreas universitárias, deles, ou dos mais deles, se poderá dizer que são, ao cabo, produto de um

diálogo e de uma colaboração no seio da Universidade, nem sempre fácil, mas sempre necessária ou conveniente. Inserem-se, deste jeito, numa linha de autonomia, democraticidade, participação e consenso.

Na economia desta alocação reitoral, não há espaço senão para falar de alguns desses projectos e, mesmo assim, de uma forma meramente indicativa.

Tais projectos – sem subvalorizar outras questões, quer dos vários serviços centrais e dos estabelecimentos dependentes da Reitoria, quer da Biblioteca Geral e Arquivo, quer das Faculdades e estabelecimentos anexos, dos Serviços Sociais, da Direcção Geral da Associação Académica ou de outros organismos académicos – tais projectos, dizia, referem-se às questões ou problemas que a seguir enunciarei.

**8.1.** Assim, desde logo, à questão da *autonomia universitária*, matéria de suma importância, sobre a qual a reitoria está a preparar um relatório e uma regulamentação, com base em relatórios sectoriais, um já pronto, e do qual se incumbiu o Dr. Abílio Hernandez, outros em preparação.

**8.2.** Igualmente, à questão da *investigação científica*, área em que prosseguirão os estudos da já mencionada “Comissão de Investigação Científica”. Saliento, a propósito, que a reitoria olha com o maior interesse a reunião que, acerca do assunto, o Ministério da Educação organiza nos próximos dias 28 e 29.

Na área considerada, referirei a necessidade de aprovação e publicação dos quadros de pessoal investigador.

**8.3.** Outro problema a enfrentar diz respeito a diversas *bibliotecas* da universidade, cuja situação financeira é extremamente preocupante.

**8.4.** Em matéria cultural, prosseguirá o estudo da constituição de um *complexo museológico* de história natural ou das ciências da natureza, a partir dos vários museus que, na respectiva área, existem na Universidade.

**8.5.** Vai ser profundamente alterada a estrutura e o funcionamento do “*Teatro Gil Vicente*”, tendo sido formada uma comissão para elaborar um relatório sobre o assunto, a ser submetido ao Conselho Científico-Cultural.

Esse relatório foi-me ontem mesmo entregue pelo presidente da comissão, Prof. Oliveira Pulquério.

**8.6.** Ao mesmo Conselho Científico-Cultural vai ser oportunamente presente a proposta de uma nova orgânica para o *Palácio de S. Marcos*, proposta há dias entregue na reitoria pela Assessoria Jurídica.

**8.7.** Procurar-se-á, no tocante às relações com a comunidade, intensificar a cooperação com a *Câmara Municipal*, designadamente em matéria de residências estudantis, «Repúblicas» e cantinas.

**8.8.** Precisamente em matéria de residências para estudantes e cantinas, especialmente neste último domínio, e de um modo geral no concernente à orgânica e funcionamento dos *Serviços Sociais* da Universidade, suponho geralmente sabido o esforço que se tem feito, com dedicação dos serviços e participação dos estudantes, no sentido de melhorar a situação no sector. Lembro, a respeito, o valioso trabalho desenvolvido pela comissão que se instituiu em Maio passado e a que presidiu o Prof. Sá Furtado.

A reitoria, que tem acompanhado muito de perto todo este processo, continuará a dedicar-lhe a melhor atenção, que igualmente ele está a merecer das entidades governamentais. É de notar que, para além da nova legislação que está a ser preparada, o Ministério se mostra disposto à rápida publicação do decreto regulamentar da Lei Orgânica que a Universidade de Coimbra vem reclamando há cerca de 3 anos.

Acabamos, por outro lado, de saber que foi finalmente atribuída, pelo PIDDAC, a verba que, acrescida a um vultoso subsídio da Fundação Gulbenkian, permitirá, ainda no corrente ano, iniciar as obras de construção de uma nova residência, que albergará cerca de 80 estudantes.

**8.9.** Constitui uma das prioridades da reitoria o problema dos já aludidos *Pólos II e III* da Universidade, relativamente aos quais se espera conseguir verbas de vulto, em ordem à progressiva aquisição dos terrenos respectivos.

**8.10.** Para além das *instalações* implicadas nos *Pólos II e III*, procurar-se-á resolver alguns problemas mais instantes de instalações, como é o caso

da Faculdade de Economia, que no ano passado completou e comemorou 10 anos de existência, e da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

**8.11.** Outra questão: a do *computador*. A qual tem merecido, sobretudo da parte da Faculdade de Ciências e Tecnologia e da própria reitoria, o maior interesse, traduzido em numerosas e difíceis diligências. Espera-se para breve o aluguer de um computador, enquanto se não procede à aquisição de um novo sistema informático.

**8.12.** Referirei, por último, um aspecto de manifesta importância: a reitoria está empenhada na modificação qualitativa da *gestão de recursos financeiros*, através da procura e aplicação de critérios objectivamente válidos, que caracterizem uma verdadeira gestão por objectivos.

**9.** A prossecução das finalidades apontadas, e de muitas outras que são próprias da Universidade, carece de apoios financeiros. Todos sabemos como vão difíceis os tempos. A reitoria tem procurado, com afincamento, que a austeridade seja aplicada de uma forma lúcida e justa, sem privilégios mas também sem secundarizações. E procurará que os poderes públicos se compenentrem disso e actuem em conformidade.

Neste contexto, a vinda, hoje, do Senhor Ministro e do Senhor Secretário de Estado é motivo de satisfação e alento. No próximo dia 30 teremos a visita do Senhor Primeiro-Ministro, que será acompanhado pelo Senhor Vice-Primeiro-Ministro e pelo Senhor Ministro de Estado. A Universidade honra-se com tal visita e deposita nela uma funda esperança.

Mas as dificuldades com que a Universidade se depara não são somente de natureza financeira, nem, por outro lado, se resolvem apenas com meios e forças exteriores à própria instituição. Como um dia escrevi, “o tempo é de crise, e vai continuar a ser. Mas isso é, no fim de contas, sinal de autenticidade e de maturidade. E, assim sendo, sinal também de confiança no futuro. O futuro, porém, prepara-se, em vez de se aguardar por ele passivamente. É preciso, portanto, que todos, na área universitária, contribuam para esse futuro melhor que ambicionamos”.



SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR  
SENHOR DIRECTOR-GERAL DO ENSINO SUPERIOR  
EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES  
SENHOR REITOR HONORÁRIO E SENHORES REITORES  
SENHORES DOUTORES, ASSISTENTES E INVESTIGADORES  
SENHOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA  
CAROS ESTUDANTES  
PREZADOS FUNCIONÁRIOS  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

1. Conforme determina a lei e mandam os usos, vou ler, nesta abertura solene das aulas, um *relatório* sobre a situação da Universidade de Coimbra. Escrevi-o segundo o entendimento que perfilho e já segui nos dois anos anteriores. Um relato sucinto, pois, onde se dê conta, em grandes linhas, de algumas das principais ocorrências do ano que passou, sem deixar de perspectivar o futuro, no ano que ora se inicia.

2. Mas antes deste relato, impõe-se que *saúde* os que estão hoje nesta vetusta “Sala dos Actos Grandes”.

O meu saudar dirige-se, primeiramente, a Sua Excelência o Senhor Presidente da República. Quis o Senhor General Ramalho Eanes aceder ao convite que a Reitoria lhe endereçou. Dá-nos com isso a maior honra e satisfação. E estímulo também, pois que a sua vinda não pode deixar de ser interpretada como um testemunho de alto interesse e apreço pela Universidade de Coimbra, e pela Universidade portuguesa, em geral. Aqui fica, sensibilizadamente, o meu e nosso agradecimento.

Gratos cumprimentos apresento, depois, ao Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, Prof. Pinto Machado, que tem dado inequívocas provas de empenhamento e respeito pela instituição universitária. Saudação que estendo igualmente ao Senhor Eng.º Mário Cordeiro, Director-Geral do Ensino Superior.

Saúdo, de seguida, as Digníssimas Autoridades civis, militares, religiosas e académicas.

Destas últimas, seja-me lícito destacar a presença do Prof. Ferrer Correia, eminente Reitor Honorário da nossa Universidade. Do Prof. Oliveira Ramos, que destacadamente preside ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas. E do Prof. Pedro Amat, Magnífico Reitor da Universidade de Salamanca, que de novo assiste à abertura dos trabalhos escolares, testemunhando assim a vontade de estreitar os vínculos entre as duas Universidades mais antigas da Península.

A todos V. Ex.<sup>as</sup> — e, genericamente, aos que aqui vieram — apresento, pois, as melhores saudações.

3. Chegado ao fim o ano lectivo de 83-84, pode asseverar-se que a Universidade de Coimbra porfiou no cumprimento das suas missões.

Assim, quanto ao *ensino*. Foi ministrado, por cerca de 980 docentes, a 12.142 alunos — um pouco menos que no ano anterior —, sendo que o número de estudantes do sexo feminino superou em perto de 500 o dos alunos do sexo masculino. A frequência feminina ultrapassou a masculina em quatro Faculdades (Letras, Medicina, Farmácia, e bem assim Psicologia e Ciências da Educação). O número total de licenciados — os quais, note-se, passam novamente a dispor de um diploma de licenciatura de modelo tradicional, em latim — fixou-se à roda de 1.100, o que representa um pequeno decréscimo relativamente ao ano anterior.

4. Em matéria de *investigação científica*, e apesar das consabidas limitações, financeiras e outras, conseguiram-se, por diversas vias, assinaláveis resultados. Mas continua a fazer-se sentir a falta de uma verdadeira e consequente política e de uma planificação global. A Reitoria tentará dar, no presente ano lectivo, uma contribuição, modesta embora, para o delineamento dessa política e planificação.

5. Estreitamente relacionada com a área científica e tecnológica, embora de âmbito mais vasto, está a prestação directa de serviços à *comunidade* e, mais genericamente, o relacionamento da Universidade com a comunidade – local, regional, nacional e mesmo internacional – em que se insere.

Registaram-se, neste sector, resultados significativos e de bom augúrio. Na verdade, vem crescendo o número e importância de protocolos ou convénios assinados pela Universidade, sobretudo na área da Faculdade de Ciências e Tecnologia, e ainda na da Faculdade de Economia. De salientar, a propósito, a interacção Universidade-Indústria, designadamente numa perspectiva triangular, que coenvolve organismos governamentais ou para-governamentais e visa a modernização do sistema produtivo português. É de louvar o interesse posto, nesta linha de orientação, pelo Ministério da Indústria e Energia.

6. No que respeita à área das realizações propriamente culturais, foram levadas a cabo, no âmbito universitário, iniciativas muito diversas, como conferências, exposições, espectáculos musicais, comemorações, publicações várias.

Justo é enaltecer, neste contexto, a diversificado acção desenvolvida pela Associação Académica, por via da Direcção-Geral ou através das suas secções e, de um modo especial, pelos Organismos Autónomos da Academia. Só por este papel – se outros não houvera – as organizações e estruturas estudantis mereceriam, da parte dos poderes públicos, um apoio maior do que aquele que têm recebido. Oxalá venham a concretizar-se, neste âmbito, algumas medidas que se encontram em estudo.

Ao falar da Associação Académica e dos Organismos Autónomos, cumpre referir o surgimento, há poucos meses, de um novo organismo: “Associação Académica – Organismo Autónomo de Futebol”. Criado como organismo autónomo “*sui-generis*” – distanciado, por conseguinte, dos organismos autónomos propriamente ditos –, o novo ente resultou de um laborioso acordo entre a Associação Académica, representada pela Direcção-Geral, e o Clube Académico de Coimbra. A reitoria, não tendo sido parte no processo, de sua natureza complexo e delicado, acompanhou-o, porém, com o maior interesse, tendo aliás o Reitor presidido à cerimónia de assinatura

do respectivo protocolo. Confia-se em que a solução encontrada — e cuja bondade depende de passos a dar em futuro próximo — venha a produzir os frutos esperados e a receber o aplauso geral.

7. Cabe agora, uma referência especial ao *Teatro Gil Vicente*. Aprovado, por despacho reitoral, ouvido o Conselho Científico-Cultural, o seu novo regulamento, que visou alterar profundamente a estrutura e o funcionamento do teatro, foi escolhido, por concurso, um director artístico e será anunciada, dentro de dias, a constituição da comissão directiva. Depositam-se fundas esperanças na sua actuação à frente do “Gil Vicente”, peça importante, como é, de uma política cultural que interessa directa e fundamentalmente aos estudantes e à Universidade, mas também à própria cidade.

8. Foi também já aprovada pela reitoria, ouvido igualmente o Conselho Científico-Cultural, a nova regulamentação do *Estádio Universitário*. Será muito brevemente tornada pública a composição da comissão directiva, que irá empenhar-se numa gestão servidora dos interesses da Universidade e, ainda aqui, da cidade.

9. Por sua vez, o *Palácio de S. Marcos* — que, juntamente com o “Auditório da Reitoria”, tão importante apoio tem prestado às cada vez mais frequentes reuniões científicas, culturais e sociais de âmbito universitário — vai ser objecto de um diploma orgânico, que o reestruturará.

10. Prosseguem os estudos, a cargo fundamentalmente do “Instituto Português do Património Cultural”, tendentes à implantação de um *complexo museológico* em parte das instalações actualmente ocupadas pelos Hospitais da Universidade de Coimbra.

11. Sob proposta de um grupo de docentes da Faculdade de Economia, a Reitoria estuda a criação, que se prevê muito próxima, de um “*Centro de Documentação 25 de Abril*”, o qual constituirá, na sua área própria, “um arquivo histórico e um polo de dinamização da investigação científica”.

**12.** Foquei alguns aspectos da actividade universitária, encarada sob o ângulo dos fins primordiais da Universidade. Falarei agora de outras questões, começando pelas relativas ao *peçoal*.

No tocante a pessoal *docente*, porei em relevo que ocorreram, no ano escolar de 83-84, 15 doutoramentos, a mais de 5, estes “honoris causa”.

Relativamente a pessoal *investigador*, continua a esperar-se pela aprovação e publicação dos respectivos quadros.

Quanto a pessoal *não docente*, findo o complexo processo de reclassificação, não foi possível ainda proceder à abertura de concursos e subseqüentes promoções. Os avisos de abertura dos mesmos concursos serão, porém, publicados na folha oficial muito proximamente.

Por outro lado, a Reitoria — habilitada, como está, por uma portaria que muito tardou — fará, em futuro próximo, algumas modificações a nível de quadros superiores, buscando uma melhor operacionalidade e eficiência, e procurará mecanismos que melhorem a gestão dos quadros do pessoal.

Registe-se também, com satisfação, que foi recentemente assinada a escritura de constituição da “Casa do Pessoal”, que poderá contribuir de maneira sensível, directa ou indirectamente, para a melhoria da situação do funcionalismo dos Serviços Universitários e dos Serviços Sociais.

No concernente a este último, lamenta-se que o Governo continue a retardar a publicação do decreto regulamentar da Lei Orgânica, reclamado vai para 4 anos; nem ao menos se obteve — o que, aliás, continua a tentar-se — a melhoria dos vencimentos do pessoal de hotelaria das cantinas.

Não foi resolvida, igualmente, a situação do funcionalismo da Biblioteca Geral e do Arquivo, agravada pelo hibridismo da dependência dos Ministérios da Educação e da Cultura.

Registo aqui também a substituição operada na capelania da Universidade, formulando, a quem parte e a quem chega — o P.<sup>e</sup> Dr. Vaz Pinto e o Cónego Dr. Leal Pedrosa, respectivamente — os agradecimentos e os votos devidos.

Por último, uma palavra de homenagem e estima para aqueles que atingiram o limite de idade em 83-84. Para aqueles outros que faleceram nesse período a nossa lembrança de saudade.

### **13.** Outro assunto: *instalações e equipamento*.

Prosseguiram as obras na “Ala de S. Pedro” e no “Paço das Escolas”.

Fizeram-se algumas beneficiações no “Convento dos Grilos”, estão a dar-se passos no sentido de saírem daí as Assessorias, libertando-se os respectivos locais para os Serviços Académicos e Administrativos, e ultima-se o bar existente naquele prédio.

Adquiriu-se o edifício do “Patronato”, destinado à Faculdade de Ciências e Tecnologia. Relativamente ao Pólo II da Universidade, que, como é sabido, interessa fundamentalmente às Tecnologias, irá verificar-se ainda este ano a aquisição dos primeiros terrenos, no valor aproximado de 40.000 contos, contando-se com a colaboração da Câmara Municipal na aquisição de outros terrenos. Essa colaboração acaba também de expressar-se na cedência do terreno para a construção do “Laboratório de Ensaio de Materiais”.

Foi finalmente atribuída a verba, do montante de 60.000 contos, em vista das novas instalações da Faculdade de Economia.

Relativamente ao edifício do “Colégio dos Órfãos”, afectado à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, continua a aguardar-se que o diferendo entre avaliações oficiais seja superiormente resolvido em ordem à fixação de uma renda justa.

A situação das cantinas dos Serviços Sociais teve, com a inauguração de uma nova cantina — com capacidade para 4.000 refeições diárias e que foi concebida, dotada e construída em cerca de 5 meses —, uma melhoria extremamente importante.

Vai ser, por outro lado, adjudicado a construção de uma nova residência, destinada a albergar 90 estudantes e que será custeada fundamentalmente pela Fundação Gulbenkian, com reforços do PIDDAC. Em matéria de residências, é justo referendar o interesse e apoio do Senhor Governador Civil e do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Nesta área, e em relação às “repúblicas” estudantis, tem-se também a reitoria empenhado na resolução de diversos problemas, como o das obras de conservação e das refeições comunitárias.

Eis alguns aspectos dignos de realce no capítulo de instalações, em que cumpre destacar a actuação das Direcções dos Monumentos Nacionais e das Construções Escolares do Centro. Área esta, das instalações, em que a Universidade, de resto, se mostra muito carenciada. Para enfrentar essas carências torna-se necessário um “Plano Director”, em vista do qual vai ser nomeada, pela reitoria, a respectiva comissão.

No que respeita propriamente a equipamento, cabe destacar o aluguer de um novo computador, medida de grande alcance enquanto se não procede à aquisição de um novo sistema informático. Notarei, a propósito, que se espera para muito breve, após demoradas e difíceis diligências, a publicação do diploma que institucionaliza o Centro de Informática.

Por outro lado, cumpre salientar que se encontra aberto um concurso internacional para a aquisição de equipamento destinado à Faculdade de Ciências e Tecnologia, integrado nos projectos de educação subsidiados pelo Banco Mundial. Facto este a merecer também relevo e em que é de justiça destacar a acção dos Presidentes dos Conselhos Científico e Directivo daquela Faculdade.

**14.** Devo aludir agora, em matéria de Serviços Sociais, e para além do que já foi dito, à recentíssima publicação de uma *portaria* sobre bolsas e preços das refeições. Suscitou ela, como sabemos, oposição nos meios estudantis. E não só nesses, pois o CASES (“Conselho de Acção Social do Ensino Superior”) pronunciou-se unanimemente no sentido de que “a portaria em causa [...] não seja posta em vigor”. Faço votos de que todos os interessados e intervenientes neste processo encontrem, sem grandes delongas, com realismo e serenidade, as soluções adequadas.

**15.** Não posso deixar de fazer referência, nesta alocução, à *visita* de eminentes personalidades à Universidade de Coimbra, durante o período a que se reporta o presente relato. Referir-me-ei apenas, seguindo a ordem cronológica, e para além das deslocações oficiais de diversos embaixadores, à visita do Primeiro-Ministro, Vice-Primeiro Ministro e Ministro de Estado, do Primeiro-Ministro francês, do Presidente da República de Cabo Verde, do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e de outras altas patentes militares, do Ministro da Defesa de Itália, dos Grão-Duques do Luxemburgo e dos Reis da Bélgica. Se a ocorrência de tais visitas não deve ser encarecida, também não deve ser subestimada, pois é sinal de prestígio e de irradiação da nossa Universidade.

De resto, o domínio das *relações exteriores*, designadamente das relações internacionais, tem merecido particular atenção da parte da Reitoria.

Lembrarei, a este respeito, as visitas que, a título oficial, efectuei a Cabo Verde (onde assinei, em nome das Universidades Portuguesas, um convénio com o Curso de Formação de Professores), à República Democrática Alemã (de que resultou a preparação de um convénio com a Universidade de Halle), a Moçambique (onde mantive frutuosa contactos com autoridades académicas, no Maputo), bem como a Macau e ao Japão (integrado numa delegação do Conselho de Reitores). Neste relacionamento, mas agora no país, avulta também o convénio assinado com o Instituto Universitário da Beira Interior.

**16.** Há perto de um ano, nesta mesma sala e lugar, e em idêntica cerimónia, tive ocasião de dizer:

“Não são poucos, nem são de somenos, as ideias e os projectos que a Universidade tem. Nascidos neste reiterado ou vindos mais de trás, concebidos pela reitoria e respectivos serviços ou provindos das Faculdades e suas estruturas, advenientes mesmo de outras áreas universitárias, deles, ou dos mais deles, se poderá dizer que são, ao cabo, produto de um diálogo e de uma colaboração no seio da Universidade, nem sempre fácil, mas sempre necessária ou conveniente. Inserem-se, deste jeito, numa linha de autonomia, democraticidade, participação e consenso”.

Senhor Presidente da República, minhas Senhoras e meus Senhores: continuarão a ser estes grandes princípios, seguidos com determinação e humildade, os norteadores da nossa acção.

21.11.84



SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR  
DIGNÍSSIMAS AUTORIDADES  
SENHORES DOUTORES  
SENHORES ASSISTENTES E INVESTIGADORES  
SENHOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA  
CAROS ESTUDANTES  
PREZADOS FUNCIONÁRIOS  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

1. Cabe-me presidir, uma vez mais, ao acto de abertura solene dos trabalhos escolares. Tem ele lugar em data tardia, apesar de em tempos bem recentes ter acontecido mais tarde ainda. A demora bem se compreende, em face da minha eleição como Reitor e subsequente tomada de posse, a qual ocorreu há poucos dias. Seja, porém, como for, afigura-se desejável, como em tempos idos, fazer coincidir essa abertura com a data oficial do início do ano lectivo ou aproximá-la o mais possível desse momento. Procuraremos que no próximo ano isso se consiga.

2. Antes de vos ler, Senhoras e Senhores, um sucinto *relato* sobre o ano lectivo *findo*, mas em que não omitirei uma certa perspectivação do *futuro*, cumprirei gostosamente o dever de *saudar* a presença de V. Ex.<sup>as</sup>.

Desde logo, a presença honrosa do Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, Professor Fernando Real, profundo conhecedor dos problemas universitários, para mais dada a sua qualidade de Reitor, e de quem a Universidade espera uma acção esclarecida, rasgada e dinâmica.

Saúdo igualmente as excelentíssimas Autoridades civis, militares, religiosas e académicas.

Aos demais que aqui vieram endereço também gratos cumprimentos.

3. Chegado ao seu termo o ano lectivo de 84-85, o balanço das actividades universitárias e para-universitárias mostra o empenhamento da Universidade de Coimbra no cumprimento das missões que lhe cabem.

Assim, no tocante ao *ensino*. Foi ministrado por 890 docentes (entre os quais, 280 professores doutorados), a que acrescem 81 investigadores, a 12.639 alunos, sendo 6.019 do sexo masculino e 6.620 do sexo feminino. Acentuou-se deste modo, a supremacia numérica das alunas, que se cifrou em 601, sendo que o número global de estudantes aumentou um tanto em relação a 1983-84 (em que foi de 12.142, menos 500, aproximadamente, do que em 84-85). O número total de licenciados fixou-se em 1.144, o que significa um pequeno acréscimo em confronto com o ano anterior.

Para além de algumas alterações no que concerne às actividades pedagógicas — área esta que vem merecendo acrescida atenção crítica, mormente por parte dos sectores estudantis, nas Faculdades e no âmbito da própria Associação Académica —, e de outras modificações no que respeita aos mestrados e novas licenciaturas, o facto mais saliente no capítulo do ensino foi a criação, na Faculdade de Medicina, da licenciatura em Medicina Dentária.

Este curso — cujo “*numerus clausus*” foi fixado em 40 vagas — funciona já no presente ano lectivo, nas instalações da Faculdade de Medicina. Estão a ser feitas entretanto diligências em ordem à construção de instalações próprias, que só serão necessárias, tanto no ensino pré-clínico como no clínico, a partir do 4.º ano do curso ora criado.

A criação desta nova licenciatura, que vinha sendo insistentemente solicitada pela Faculdade de Medicina e pela Reitoria da Universidade, reveste-se da maior importância, tanto a nível de ensino e investigação como no plano dos serviços à comunidade. No processo final de criação deve destacar-se a acção das entidades governamentais, em especial a desenvolvida pelos Ministros da Educação e da Saúde e pelo Prof. Meira Soares, ao tempo Secretário de Estado do Ensino Superior.

4. Em matéria de *investigação científica*, alcançaram-se resultados dignos de registo e apreço, que os trabalhos publicados ou em curso facilmente comprovam. É oportuno, porém, relembrar as palavras que há uma semana,

ao tomar posse, tive ocasião de proferir, relativamente a este decisivo sector da actividade universitária. Disse então:

“Pelo que respeita à investigação científica, torna-se necessário afrontar resolutamente o problema dos financiamentos, que são na realidade muito escassos, mesmo tendo em conta as conhecidas exiguidades do orçamento do Estado. O Governo parece consciente da gravidade e urgência deste problema e das suas implicações universitárias e sócio-económicas, e há alguns indícios de melhoria da situação, mas impõe-se andar depressa e sem discriminações irrazoáveis e injustas. Procurará a Reitoria, neste segundo mandato, dar novo impulso na área em causa, em sintonia com as Faculdades, Departamentos e centros ou núcleos de investigação, revendo inclusivamente as estruturas ou metodologias que não tenham correspondido às expectativas iniciais. Há também que situar neste contexto, embora o ultrapasse, a política da chamada “investigação contratual”, “maxime” a política de interacção Universidade-Indústria, tão promissora, desde que devidamente enquadrada, e reveladora de um novo perfil da Universidade, virada cada vez mais para a comunidade local, regional, nacional e internacional em cujo tecido se insere”.

**5.** Relativamente ao último aspecto orá considerado, registaram-se alguns resultados significativos e auspiciosos.

Na verdade, vem aumentando o número e importância de convénios ou protocolos de cooperação e colaboração científico-pedagógica e científico-cultural, bem como, noutra plano, de desenvolvimento industrial, designadamente tendo em vista a modernização do sistema produtivo português. A este respeito, deve destacar-se o acordo geral de cooperação entre o Ministério da Indústria e Energia (de que era titular ao tempo o Ministro Veiga Simão) e a Universidade de Coimbra.

**6.** Pelo que toca à área das realizações propriamente *culturais*, programaram-se e efectivaram-se, no ano lectivo de 84-85, um sem número de acções: conferências, exposições, concertos, comemorações, publicações de variada índole, outras actividades ainda.

É de realçar, a este propósito, o papel da Biblioteca Geral, do Arquivo, de certos serviços centrais da Reitoria e de estabelecimentos dependentes

da mesma Reitoria. De sublinhar é também a intervenção e cooperação de entidades extra-universitárias, com especial relevo para a Câmara Municipal e o Governo Civil.

Pelo que se refere aos ditos estabelecimentos dependentes da Reitoria — e num contexto até mais vasto do que o meramente cultural —, cabe referenciar o apoio do Grande Auditório (a carecer, aliás, de algumas modificações no equipamento e no pessoal), do Palácio de São Marcos (a cuja reestruturação se espera proceder no presente ano lectivo) e do Teatro Gil Vicente. Relativamente ao “Gil Vicente”, a profunda alteração, na estrutura e funcionamento, de que foi alvo, pode considerar-se um êxito, o que interessa directa e fundamentalmente aos estudantes e à Universidade, mas também à própria cidade.

No domínio cultural, é de inteira justiça referir e enaltecer a diversificada acção desenvolvida pela Associação Académica (Direcção-Geral, Secções e Organismos Autónomos).

7. Abrangendo o ensino, a investigação ou a cultura, foram realizados no âmbito da Universidade de Coimbra, e no ano transacto, dezenas de congressos, simpósios, colóquios e reuniões semelhantes. Não cabe no âmbito deste relatório, tal como o entendo e pratico, enumerá-las, nem será fácil destacar algumas, sem subestimar injustamente outras. Mas pode asseverar-se que semelhantes *realizações* constituem, pelo seu número e importância, uma faceta extremamente relevante da vida universitária.

8. Cabe agora referir a criação, no âmbito da Reitoria, do “*Centro de Documentação 25 de Abril*”, que fora anunciada no relatório do ano passado. O Centro, que está sendo dotado das necessárias infra-estruturas, vai certamente constituir, na sua área própria, “um arquivo histórico e um polo de dinamização da investigação científica”.

9. Num outro capítulo, o *desportivo*, não pode esquecer-se ou subestimar-se o relevante papel da Associação Académica e das suas Secções Desportivas, bem como da “Associação Académica — Organismo Autónomo de Futebol”. Quanto a este último organismo, escrevi no relatório do ano

passado o seguinte: “Confia-se em que a solução encontrada [...] venha a produzir os frutos esperados e a receber o aplauso geral”. Um ano volvido, suponho que se estará de acordo sobre a bondade dessa solução, com o que a Reitoria se congratula.

Peça fundamental de uma política de desporto é o complexo do *Estádio Universitário*. Tal como se previra há um ano, a nova regulamentação do Estádio deu bons resultados, empenhando-se a sua comissão directiva numa gestão servidora dos interesses da Universidade e da cidade.

**10.** Focados diversos aspectos da vida universitária, na perspectiva dos fins primordiais da Universidade, farei agora alusão a outras questões. Em primeiro lugar, às do *peçoal*.

Pelo que toca a pessoal *docente*, notarei que, no ano escolar a que se refere o presente relatório, ocorreram 17 doutoramentos — 12 pela Faculdade de Ciências e Tecnologia, 4 pela Faculdade de Letras e 1 pela Faculdade de Economia —, a que acresceram outros dois, estes “*honoris causa*”.

Um dos doutoramentos por honorificiência foi o de Trancredo Neves, presidente eleito da República Federativa do Brasil, que foi doutorado pela Faculdade de Direito, tendo-o eu próprio, como Reitor da Universidade, apadrinhado no soleníssimo acto. Recordo as palavras do Doutor Avelãs Nunes, a quem coube o elogio do doutorando: “a Universidade de Coimbra não pode deixar de receber de braços abertos alguém que, ao longo de toda a sua vida de homem público, nunca desertou da luta pelos ideais da democracia, da liberdade responsável e da tolerância fraterna, do humanismo universalista e da paz entre os povos, valores que, acima de todos, as Universidades devem servir, como casas de cultura e como instituições morais que são”. Recordo também as palavras de Tancredo Neves: “a nossa dívida intelectual para convosco, nos amplos domínios desta Universidade, é das mais altas; dessas que jamais se resgatam”. A morte levaria Tancredo pouco tempo depois, avivando a funda emoção que a cerimónia deixou em quantos a ela assistiram.

Ainda no que toca a pessoal *docente*, foi aumentada a quota dos assistentes, a qual, porém, deverá ser revista no presente ano lectivo.

Relativamente a pessoal *investigador*, continua a esperar-se pela publicação dos respectivos quadros.

Quanto a pessoal *não docente*, procedeu-se à abertura de concursos para vinculados à função pública, aguardando publicação no “Diário da República” os concursos relativos a não vinculados.

Como salientei na alocução da minha tomada de posse: “Deve ser revista a gestão dos *recursos humanos*, tomada a expressão num amplo sentido, que coenvolve a própria contratação do pessoal, docente e não docente. Apesar dos esforços que têm sido feitos para melhorar essa gestão, força é reconhecer que também aqui é preciso modificar alguns métodos e processos, em vista a tornar tal gestão mais racional, objectiva e rápida, assim como mais descentralizada, embora evitando os perigos de uma descentralização interna excessiva. Torná-la ao fim e ao cabo, mais justa. Isto passa, além do mais, por algumas alterações nos quadros superiores do funcionalismo universitário.

Neste plano dos recursos humanos, a Reitoria procurará ainda contribuir para a progressiva dignificação da carreira docente e de investigador. E também para a melhoria de certos circuitos administrativos e para o reforço, em geral, da operacionalidade dos serviços, nomeadamente pela introdução ou valorização de processamentos informáticos”.

Ainda no concernente a recursos humanos, farei uma alusão à “Casa do Pessoal”, que brevemente passará a dispor de instalações próprias e continua, com dinamismo, a sua variada acção, que iniciou no passado ano lectivo.

A Reitoria tem estado atenta às actividades sindicais, tendo, por várias vezes, as autoridades universitárias dado audiência a representantes dessas mesmas actividades.

Ainda em matéria de pessoal, registre-se que não chegou a ser resolvida a situação do funcionalismo da Biblioteca Geral e do Arquivo. O assunto parece, todavia, bem encaminhado e a sua solução deverá ser facilitada pela nova orgânica do Ministério da Educação e Cultura.

Por último, quero deixar aqui uma palavra de grata homenagem para aqueles que o limite de idade afastou das suas funções no decurso do ano findo. E uma palavra de comovida saudade por todos aqueles que, durante o mesmo período, a morte levou.

Dentre estes, avulta a figura do Doutor Carlos Alberto da Mota Pinto. Professor universitário dos mais prestigiados, jurista dos mais eminentes,

figura política e pública do mais alto relevo, a sua morte repentina e prematura enlutou a Universidade e o País. O seu funeral, em Coimbra, constituiu uma das mais impressionantes manifestações de pesar a que se tem assistido.

**11.** Para além de alterações na gestão dos recursos humanos, a que já aludi, importa proceder a modificações na gestão dos *recursos financeiros*. Como salientei no discurso de posse, “afigura-se necessário que a própria Universidade, pelos seus diversos serviços, se empenhe na modificação qualitativa da gestão de recursos financeiros, através da procura e aplicação de critérios objectivamente válidos, que caracterizam uma verdadeira gestão por objectivos. Os próprios esquemas de elaboração e distribuição orçamental devem, nesta linha, ser revistos, em ordem a uma maior justiça, racionalidade e eficácia”.

**12.** Aludirei agora a outro assunto: *instalações e equipamento*.

Prosseguiram as obras no “Paço das Escolas”, encaminhando-se para o seu termo e contribuindo assim para a melhoria das instalações da Reitoria e da Faculdade de Direito.

No que concerne ao chamado “Convento dos Grilos”, entrou em funcionamento um refeitório, cuja falta muito se fazia sentir, e vai finalmente, a breve prazo, concretizar-se a saída das Assessorias, Jurídica e de Planeamento, para um edifício cuja aquisição está iminente e para a qual a Universidade obteve uma dotação de 45.000 contos, libertando-se deste modo os espaços necessários para uma mais conveniente instalação dos Serviços Académicos e dos Serviços Administrativos. O referido edifício, que ficará pertença da Universidade, será durante um curto período (três anos, provavelmente) partilhado com a Escola Superior de Educação de Coimbra, por acordo estabelecido entre a Reitoria e a direcção daquela Escola.

Adquiriram-se, no Pólo II da Universidade, os primeiros terrenos, no montante de 60.000 contos, aproximadamente, prevendo-se novas aquisições. Aguarda-se a finalização do processo de declaração de utilidade pública de toda a área prevista para o Pólo II, como também para o Pólo III. No Pólo

II de desenvolvimento da Universidade têm prioridade, como é sabido, as denominadas “Tecnologias”, mas até lá admite-se a necessidade de recorrer a soluções transitórias e de emergência, dada a angustiante situação em que se encontram alguns departamentos universitários e estudantis, nas Faculdades de Ciências e Tecnologia, Farmácia e Letras e na Associação Académica. Neste contexto, terá de considerar-se a hipótese de utilização dos edifícios do actual Hospital da Universidade, uma vez libertos pela transferência do hospital para as suas novas instalações. Isto, a fazer-se, não significará o abandono do projecto do complexo museológico a que aludi em relatório anterior, embora envolva uma modificação ou retardamento de tal projecto, cujo estudo continua a cargo do Instituto Português do Património Cultural.

De grande significado em matéria de instalações foi, no ano lectivo findo, a celebração do contrato de arrendamento, à Santa Casa da Misericórdia, do excelente edifício do Colégio Novo ou Colégio da Sapiência, onde já se encontra instalada a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Culminou-se assim, da melhor forma e em espírito de cooperação, um longo e difícil processo.

Também a Faculdade de Economia se encaminha para a solução do seu problema de instalações, tendo sido já adjudicado o respectivo projecto.

Levaram-se a efeito, em diversos edifícios universitários, obras de reparação e de remodelação.

Eis alguns aspectos dignos de realce no capítulo de instalações, em que cabe destacar a acção das Direcções dos Monumentos Nacionais e das Construções Escolares do Centro. É também de realçar a constituição da Comissão do Plano Director da Universidade, nomeada por despacho do Reitor e que já iniciou os seus trabalhos.

No que respeita propriamente a equipamento, incluindo o bibliográfico, alguns esforços assinaláveis foram feitos no ano findo. Registe-se aqui a publicação, após demoradas e difíceis diligências, do diploma que institucionalizou o Centro de Informática da Universidade de Coimbra, na sequência do qual foi, pela Reitoria, constituído o conselho de gestão do Centro. Refira-se, a propósito, a necessidade de adquirir, para a Universidade, um novo sistema informático.



### 13. Uma alusão aos *Serviços Sociais*.

Os Serviços Sociais da Universidade de Coimbra são aqueles que servem, no País, maior número de estudantes — em particular na área das cantinas onde, no pretérito ano, foram servidas cerca de dois milhões de refeições-ano —, além de serem aqueles que integram uma maior gama de serviços, que incluem, por exemplo, os Serviços Médico-Universitários, o Infantário e o Jardim Infantil.

Em tais serviços tem-se verificado — e o ano lectivo findo comprova isso — uma melhoria de situação. Tanto no sector das cantinas — sobretudo depois da abertura, em 84, de uma nova e ampla cantina, com capacidade para 4.000 refeições-dia —, como na área das bolsas de estudo e na das residências estudantis.

No tocante à alimentação, continuam a envidar-se esforços, nomeadamente no que concerne à possibilidade de servir refeições aos domingos.

Relativamente a bolsas, cabe lembrar que, no ano transacto, aumentou significativamente o seu número e quantitativo, bastando referir que a bolsa máxima subiu de 9.400\$00 para 12.600\$00, a bolsa mínima de 1.400\$00 para 2.500\$00 e o número de bolseiros foi de 1.369, sendo previsível que, em 85-86, ultrapasse os 2.000, o que envolve um encargo global de 136.000 contos, aproximadamente (contra 62.000, em 84-85).

Em matéria de habitação — área extremamente carenciada —, referirei que deve ser inaugurada dentro de meses uma nova residência para 100 estudantes, custeada fundamentalmente pela Fundação Gulbenkian, com reforços do PIDDAC, mostrando-se a Fundação disposta a custear, de seguida, uma nova e maior residência.

Ainda em matéria de residências — e designadamente de “repúblicas” estudantis — é de justiça salientar o interesse e apoio da Câmara Municipal e do Governo Civil, esperando-se que de uma política colaborante e integrada possam resultar benefícios sensíveis para a população escolar.

Não quero terminar esta referência aos Serviços Sociais, sem notar que foi finalmente publicado, após 5 anos de espera, o Decreto Regulamentar da Lei Orgânica dos Serviços Sociais da Universidade de Coimbra, o que significa, para os trabalhadores, além do mais, uma garantia de estabilidade.

**14.** Uma outra e bem importante área: a da *Associação Académica*.

Já tive oportunidade, nesta alocução, de me referir ao assunto, que aliás também foquei, aquando da minha tomada de posse. Por seu turno, o Senhor Presidente da Associação Académica, que usará a seguir da palavra, dirá de sua justiça.

Não quero, porém, deixar de reafirmar o excelente relacionamento que a Reitoria tem tido com a Associação Académica, designadamente com a sua Direcção-Geral, e continuará, sem desfalecimento, nessa mesma linha de conduta. Como disse há oito dias, nesta mesma sala, “o bom entendimento entre a Associação Académica e a Reitoria é, ninguém o negará, de primeira importância na procura da solução para os problemas estudantis e universitários”.

A mais disso, logicamente, desejo reafirmar que a Reitoria continuará a apoiar com todo o empenho a diversificado e valiosa acção desenvolvida por via da Direcção-Geral, das Secções Culturais e Desportivas e dos Organismos Autónomos da Academia.

Continuará, designadamente, a pugnar pela concretização das medidas de viabilização financeira da Associação — que parece estarem, finalmente, no bom caminho — e pelas providências relativas ao quadro do pessoal. Esta segunda questão deparou com graves dificuldades, inicialmente não previstas, mas nem a Associação Académica, nem a Reitoria, desistirão de fazer todo o possível para superar ou minorar tais dificuldades.

**15.** Não devo deixar de fazer uma simples alusão, neste relatório, à contribuição que a Reitoria tem dado para a cooperação e coordenação inter-universitária a nível nacional, quer no CRUP (“Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas”) quer no CASES (“Conselho de Acção Social do Ensino Superior”).

Esse espírito de cooperação inter-universitária tem-se revelado também a nível internacional, de variadas formas, que não se impõe descrever, mas que não estaria bem omitir, de todo em todo.

De resto, numa perspectiva mais vasta de *relações exteriores* à Universidade, gostaria de frisar que a Reitoria não se tem poupado a esforços nesse domínio. Lembrarei, nomeadamente, os actos, no país ou no estrangeiro, em

que o Reitor e os Vice-Reitores têm estado em representação da Universidade, e bem assim as numerosas visitas que à Universidade têm sido feitas por qualificados representantes de meios universitários e científicos ou por altas entidades da vida política, diplomática e social.

Neste particular, incumbe prestar cada vez mais atenção a um contexto geo-político em que assumem relevo dois factos particularmente significantes: por um lado, a integração de Portugal nas comunidades europeias; por outro, o posicionamento do nosso País na área dos países de expressão portuguesa.

**16.** Minhas Senhoras e Meus Senhores, vou terminar a minha alocução.

Reeleito para o cargo de Reitor no dia 30 de Outubro passado, e tendo dele tomado posse há precisamente uma semana, fixei então o sentido global da minha acção para o triénio ora iniciado, estabeleci os parâmetros fundamentais da actuação da reitoria e aponte algumas linhas programáticas mais relevantes.

Não vou repetir-me, embora tivesse lembrado ou reafirmado um ponto ou outro. O que vou repetir, sim, é o meu apelo à vossa colaboração — à cooperação dos docentes, investigadores, estudantes, funcionários. À cooperação de todos. Para que, como disse um dia, a Universidade que somos se aproxime, quanto possa, da Universidade que gostaríamos de ser.

4.12.85

(Página deixada propositadamente em branco)

SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR  
SENHOR DIRECTOR-GERAL DO ENSINO SUPERIOR  
DIGNÍSSIMAS AUTORIDADES  
SENHORES REITORES  
SENHORES DOUTORES  
SENHORES ASSISTENTES E INVESTIGADORES  
SENHOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA  
CAROS ESTUDANTES  
PREZADOS FUNCIONÁRIOS  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

1. Tem hoje lugar o acto solene de abertura dos trabalhos escolares. Conta ele com a presença de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, a quem apresento respeitosas e gratas *saudações*. A sua vinda dá-nos a maior honra e a maior satisfação. É estímulo para um novo ano de labor. Ela constitui, aliás, mais um sinal da importância que o Chefe de Estado atribui à Cultura, cujo valor político se mostra assim claramente compreendido e assumido.

Saudações também para o Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, pela sua ilustre e sensibilizante presença.

Saudações ainda para as excelentíssimas Autoridades civis, militares, religiosas e académicas.

A todos, em geral, que hoje estão connosco, gratos cumprimentos.

2. Passo a ler o *relatório* sobre o ano lectivo que findou, mas em que não silenciarei certa perspectivação do futuro. Muito haveria que dizer,

tendo em atenção os relatórios que foram enviados à Reitoria, para o efeito. Serei, porém, breve, tocando apenas alguns pontos mais relevantes. Os aludidos relatórios sectoriais serão enviados, o que não acontecia até aqui, às diversas Faculdades e Serviços, para que cada um possa conhecer as realizações e os projectos dos demais e assim melhor ajuizar da situação global da Universidade.

3. Nessa situação global, relativamente ao *ensino*, regista-se que ele foi ministrado por cerca de 1.000 docentes (entre os quais, 282 doutorados), número a que acrescem 84 investigadores, e dirigido a 13.150 estudantes. Destes 13.150 estudantes, 7.047 são do sexo feminino e 6.103 do masculino. Continua, deste modo, a acentuar-se a supremacia numérica das alunas, que se cifrou em 944. O número global de estudantes aumentou de 511 em relação ao ano anterior, embora se admita que o número de licenciados venha a diminuir, fixando-se, neste momento, em 1.050.

Verifica-se assim, e por outros dados há poucos dias tornados públicos, que a percentagem de aproveitamento não pode considerar-se elevada e nalgumas áreas é mesmo relativamente baixa. O facto é produto de muitos factores, sendo de arredar explicações simplistas. Mas constitui sem dúvida motivo de preocupação e de reflexão, para o que aliás venho chamando a atenção da comunidade universitária. Críticas de sectores estudantis, de resto nem sempre feitas num critério de justa medida, agudizaram o problema, problema que a recente criação de estabelecimentos privados de ensino superior, nos termos, criticáveis, em que foi feita, e alguma legislação com incidência pedagógica, tornaram ainda mais preocupante e premente. Impõe-se, pois, cuidar a fundo destas questões, e num espírito em que não haja excesso de diagnóstico e míngua de terapêutica.

Na área do ensino e pedagogia, gostaria ainda de deixar referida, para além de algumas modificações em planos curriculares, mostrados e pós-graduações, a suspensão do curso de Hidrologia e Climatologia, em virtude de o Ministério não ter dado resposta aos insistentes pedidos de alterações necessárias ao seu funcionamento e, por outro lado, de aludir à nomeação e entrada em funções da comissão encarregada de ultimar o projecto de criação da Faculdade ou Instituto de Educação Física.

4. No tocante à *investigação científica* e tecnológica, incluída a chamada “investigação contratual”, esta última sobretudo reportada à interacção Universidade-Indústria, fizeram-se em 85-86 progressos significativos, que os relatórios sectoriais assinalam e comprovam.

Mas, dadas as implicações universitárias e sócio-económicas de toda esta matéria, requerem-se maiores financiamentos por parte do Governo e outras entidades, nacionais e internacionais, embora tenha de reconhecer-se que se faz mister também um maior empenhamento e afoiteza por parte da própria Universidade. Um dos Senhores Vice-Reitores foi agora encarregado de coordenar esta área.

Nesta mesma área se situa fundamentalmente o “Instituto da Água”, cuja perspectiva de criação, no seio da Universidade de Coimbra, foi há poucas semanas tornada pública pelo Senhor Ministro da Educação, com o que a Universidade muito se congratula. Espera-se que venha a ser, pelos seus objectivos, estruturas e financiamentos, uma instituição interdisciplinar de grande importância para a Universidade e para o País.

5. Pelo que respeita às realizações especificamente *culturais*, foi levado a efeito, no ano lectivo findo, um grande número de acções, da mais variada índole, de que os relatórios das Faculdades e dos Serviços Centrais, Biblioteca Geral e Arquivo, dão conta. Para muitos deles se obteve o apoio de entidades alheias à Universidade, como a Fundação Calouste Gulbenkian, e bem assim a Câmara Municipal e o Governo Civil.

No domínio cultural, é de elementar justiça destacar a diversificada acção desenvolvida pela Associação Académica, através da Direcção-Geral e das Secções, e pelos Organismos Autónomos da Academia.

6. Na esfera do ensino, investigação ou cultura foram realizados, no ano transacto, no âmbito da Universidade de Coimbra, dezenas de congressos, simpósios, colóquios e reuniões afins. Tais *realizações* constituem, pelo seu número e importância, uma vertente extremamente relevante da vida universitária.

7. Focados alguns aspectos essenciais da vida pedagógica, científica e cultural da Universidade de Coimbra, aludirei de seguida a outros assuntos, a começar pelos do *pessoal*.

Antes, porém, salientarei a designação de um terceiro *Vice-Reitor*, cujo acto de posse já ocorreu no corrente ano lectivo. Nesse acto tive ocasião de referir que “a entrada em funções de um novo Vice-Reitor vai conduzir a uma redistribuição de competências e funções a nível da reitoria” e, mais adiante, que “a existência de um novo Vice-Reitor, por si mesmo e em correlação com os actuais titulares, facilitará decerto a dinamização da gestão da Universidade, num amplo sentido do termo, inclusivamente no âmbito da gestão administrativa propriamente dita”.

A condução da “res universitária”, que beneficiará das modificações aludidas, muito ganhará também com a existência e funcionamento de um *Senado Universitário*, embora a título consultivo, já que a legislação em vigor não consente que seja de outra forma. Anunciei, no início do meu segundo mandato, que iria propôr à comunidade universitária essa medida, embora não fixasse data. A demora em lhe dar andamento teve a ver com a evolução do processo da lei da autonomia universitária. Mas dadas as incertezas desse processo, e apesar do empenhamento que vejo agora nos responsáveis políticos em acelerá-lo, afigura-se-me conveniente persistir na ideia de pôr em funcionamento um senado ou conselho universitário. Nesse sentido, apresentará a Reitoria durante o próximo mês de Dezembro, no âmbito da Universidade, a correspondente proposta.

**8.** Entrando, então, em matéria de *pessoal* – cuja superintendência ficará principalmente a cargo de um dos Senhores Vice-Reitores –, cumpre destacar o seguinte.

---

94

Pelo que respeita ao pessoal *docente*, refira-se que no ano escolar a que se reporta o presente relatório houve lugar a 9 doutoramentos – 3 pela Faculdade de Medicina, 3 pela Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2 pela Faculdade de Letras e 1 pela Faculdade de Farmácia. Acrescem a estes doutoramentos as equivalências ao grau de doutor, que foram em número de 8.

Ocorreu também um doutoramento “*honoris causa*”, este pela Faculdade de Direito. Foi o de Sua Excelência o Presidente da República do Brasil, Doutor José Sarney. Relembro as suas palavras, na petição do grau:



“Saúdo a Universidade de Coimbra  
que sempre viveu em mim e era um horizonte distante.  
Que está perto e está longe,  
nos mares que atravessou e que nos atravessaram.  
Ela é feita de saber.  
A única força que aproxima o homem  
da eternidade, entre poesia e cravos  
Cravos de Portugal, poesia do nosso amor.”

No que concerne ao pessoal *investigador*, continuamos a esperar pela publicação dos respectivos quadros.

Relativamente ao pessoal *não docente*, prosseguiram os concursos para vinculados à função pública e abriram-se concursos para não vinculados. As demoras no andamento destes últimos processos têm motivado queixas. Sirva de circunstância atenuante o número esmagador dos concorrentes.

Em matéria de gestão de recursos humanos, tomada a expressão num amplo sentido, é necessário prosseguir esforços para tornar essa gestão mais racional, objectiva e rápida, e bem assim mais descentralizada, fugindo embora ao risco de uma descentralização interna excessiva. O êxito dessa tarefa condicionará, de resto, a melhoria da operacionalidade dos serviços.

No que concerne a *recursos humanos*, é cabida uma referência à “Casa do Pessoal”, que prossegue o seu caminho com afinco, apesar da escassez de recursos financeiros. Esperamos que, em 1987, a situação, neste aspecto, possa melhorar sensivelmente.

A Reitoria está atenta às actividades sindicais, mantendo um bom relacionamento com os representantes dessas actividades.

Ainda em matéria de pessoal — e não só —, saliente-se que foi finalmente operada, por decreto-lei, a reintegração da Biblioteca Geral e do Arquivo da Universidade — bem como o do Museu de Arte Sacra — na tutela do Ministério da Educação, através da Direcção-Geral do Ensino Superior.

Por último, deixo aqui uma palavra de grata estima para aqueles que terminaram o seu serviço à Universidade ao abrigo da legislação sobre aposentações.

Uma palavra também, de comovida lembrança, para aqueles que a morte levou, para sempre.

#### 9. Dos recursos humanos passo aos *recursos financeiros*.

O ponto mais saliente — e outros, se bem que importantes, silenciarei, por brevidade — respeita aos financiamentos do Orçamento do Estado e do PIDDAC.

A Universidade de Coimbra julga-se sensivelmente prejudicada, no ano que corre, como aliás já aconteceu em anos anteriores, comparativamente às Universidades da sua dimensão. Alertámos o Governo para a necessidade de uma correcção em 87. Não foi feita qualquer correcção e, no orçamento de 87, mantém-se um crescimento ligeiramente inferior ao daquelas outras Universidades. É verdade que o valor do PIDDAC-87 é igual para todas as mencionadas Universidades, mas o facto perde significado em função de nele serem imputadas, sem acrescerem, as verbas do FEDER, para a obtenção das quais a Universidade de Coimbra preparou afanosamente os respectivos projectos.

Não se objecte que Coimbra é, das chamadas grandes Universidades, a que tem um custo mais elevado por aluno. Pois não pode ser esse o único critério para decidir orçamentos, cumprindo não esquecer as especificidades, no plano humano, social e patrimonial, da nossa Universidade, que certamente justificam esse eventual maior custo.

Não tendo a Universidade de Coimbra, mau grado as diligências feitas, obtido ganho de causa até agora, impõe-se que a situação seja reparada. Impõe-se, nomeadamente, obter verbas para os encargos transitados da Ex.-Direcção-Geral das Construções Escolares, bem como para o pagamento das dívidas à E.D.P. e aos C.T.T., e das que dizem respeito a equipamento bibliográfico.

#### 10. Outro assunto: *instalações e equipamento*.

No período a que se reporta o presente relatório conseguiram-se, neste campo, resultados importantes. Avultam, entre eles, a inauguração das novas instalações da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação no excelente edifício do Colégio da Sapiência ou Colégio Novo, bem como a conclusão

das instalações da Faculdade de Direito no antigo Instituto Jurídico e Casa do Guarda-Mor e a compra de um edifício para onde irão passar, dentro de semanas, as Assessorias Jurídica e de Planeamento, libertando, para os Serviços Académicos e Administrativos, os locais que elas actualmente ocupam. Várias outras obras, de reparação e de remodelação, foram levadas a cabo, estão em curso ou vão iniciar-se, em edifícios universitários.

As carências da Universidade no domínio de instalações são, porém, muito grandes. Importa, por isso, prosseguir e intensificar esforços em ordem a contribuir para a solução desses graves problemas, especialmente prementes na área da Faculdade de Economia (tendo sido já elaborado o anteprojecto do novo edifício) e da Faculdade de Ciências e Tecnologia, sem esquecer outras áreas necessitadas (Farmácia, Medicina Dentária, Letras, Associação Académica, etc.).

Vem a propósito esclarecer que se encontra na fase final o processo de declaração de utilidade pública dos terrenos do Pólo II e que continuam a decorrer, através da Direcção Regional dos Equipamentos Educativos, as aquisições de terrenos nos Pólos II e III.

Sem descurar, contudo, as soluções a médio prazo (Pólos II e III), afigura-se necessário achar soluções a curto prazo, com especial relevo para a utilização de parte dos edifícios do velho Hospital da Universidade, uma vez operada a transferência para as novas instalações, a qual já está em curso. E há que pensar mesmo em soluções imediatas ou de emergência, optimizando a utilização de todos os espaços disponíveis, num espírito de colaboração e solidariedade universitária.

É de registar, neste contexto de instalações, a prossecução dos trabalhos do “Plano Geral da Universidade de Coimbra” – cuja 1.<sup>a</sup> fase (levantamento da situação actual) terminou – e, noutro plano, a acção das Direcções dos Monumentos Nacionais e dos Equipamentos Educativos.

No que respeita a equipamento, incluindo o bibliográfico, foram feitos esforços assinaláveis no ano lectivo que findou. Maiores esforços se prevêm para o ano em curso, nomeadamente no tocante a equipamento e, mais amplamente, a estruturas de informatização. Reclama-se, aliás, um novo impulso na política informática da Universidade, nos vários aspectos que comporta, incluindo a informatização dos serviços e a utilização de meios

informáticos no ensino. Quanto a este último aspecto, anote-se a valiosa colaboração da Universidade de Coimbra no chamado “Projecto Minerva”, que de resto tem aqui o seu pólo principal.

**11.** Uma referência, agora, aos *Serviços Sociais* da Universidade de Coimbra. Continuam eles a servir, no País, o maior número de estudantes, nomeadamente na área das cantinas, que servem anualmente cerca de dois milhões de refeições.

Atingido o equilíbrio económico-financeiro, pretende-se agora uma substancial melhoria na qualidade dos serviços e nas condições de trabalho. Para tanto considera-se indispensável a participação activa da Direcção-Geral da A.A.C. e dos estudantes em geral. Nessa óptica, tem vindo a ser dada a muitos estudantes a possibilidade de trabalhar nas cantinas e demais serviços dos Serviços Sociais da Universidade, onde efectivamente têm prestado uma valiosa colaboração.

A abertura de um “Snack-bar”, que funciona inclusivamente aos domingos, permitiu um serviço de refeições durante todo o dia em condições consideradas bastante satisfatórias.

Tendo os serviços deficientes condições de armazenamento, foi já adjudicada a construção de um novo armazém.

A bolsa máxima subiu de 12.600\$00 para 14.400\$00 e foi alargada a capitação de 10.000\$00 para 14.400\$00, permitindo aos alunos com esta capitação ainda uma bolsa de 1.800\$00. É previsível que o encargo com bolsas de estudo, no presente ano lectivo, atinja cerca de 170 mil contos, contra 136 mil no ano anterior.

Em matéria de habitação, salienta-se que abriu já uma nova residência feminina, onde se encontram alojadas 100 alunas, e que se iniciaram as obras para uma outra residência, com capacidade para 200 estudantes, a qual será integralmente custeada pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Publicado, no início do ano lectivo findo, o quadro dos Serviços Sociais da Universidade de Coimbra, ele não veio incluir todos os trabalhadores que aí prestam serviço. Tenta agora conseguir-se o seu alargamento e adaptação a nova legislação entretanto publicada.

12. Referindo-me, de seguida, à *Associação Académica*, para além do que já disse atrás, desejo asseverar o bom entendimento existente, nomeadamente com a Direcção-Geral. A Reitoria continuará nessa linha, segura de que, como salientei ao tomar posse, pela segunda vez, do cargo de Reitor, “o bom entendimento entre a Associação Académica e a Reitoria é, ninguém o negará, de primeira importância na procura da solução para os problemas estudantis e universitários”.

Neste espírito, a Reitoria continuará a apoiar, quanto possa, a multifacetada e valiosa acção desenvolvida pela Direcção-Geral da Associação Académica, pelas Secções Desportivas e Culturais e pelos Organismos Autónomos da Academia. E dará os apoios possíveis — como já está fazendo — para que decorram com brilho as comemorações do primeiro centenário da mais antiga e prestigiosa Associação Académica do País, que terão lugar em 1987.

13. Numa perspectiva, agora, de *relações exteriores* à Universidade, mormente de relações internacionais, frisarei que a Reitoria lhes tem prestado grande atenção. Lembrarei, nomeadamente, os actos, no país ou no estrangeiro, em que o Reitor e os Vice-Reitores têm estado em representação da Universidade, bem como as visitas que têm sido feitas à Universidade por ilustres representantes de meios universitários e científicos ou por altas entidades da vida política, diplomática e social.

Como escrevi um dia, “se a ocorrência de tais visitas não deve ser encarecida, também não deve ser subestimada, pois é sinal de prestígio e de irradiação da nossa Universidade”.

Sinal desse prestígio e irradiação foi certamente a atribuição à Universidade de Coimbra do “Prémio Príncipe de Astúrias, de Cooperação Ibero-Americana”, que irei receber, dentro de dias, em Oviedo, em cerimónia solene a que presidirá Sua Alteza Real o Príncipe de Astúrias. Este alto galardão é compartilhado com a Universidade de Salamanca. A presença hoje, aqui, do seu Magnífico Reitor, que com tanto gosto acolhemos, reveste-se assim de um significado especial e exprime a vontade de estreitar os vínculos que unem as duas Universidades mais antigas da Península.

Na perspectiva internacional ora focada, importa atentar cada vez mais na cooperação da Universidade de Coimbra no âmbito dos países de expressão oficial portuguesa e dos países da C.E.E..

#### **14. Senhor Presidente da República**

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Inicia-se um novo ano lectivo. Na caminhada de uma Universidade plurissecular, um ano pode parecer bem pouca coisa. Nós, porém, que vivemos o presente no respeito do passado mas em anseio do futuro, sabemos que a vida urge. Esforcemo-nos todos por melhor trabalhar, como diziam velhas fórmulas estatutárias, em “proveito da Univercidade e sua homra”.

11.11.86

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO  
SENHOR MINISTRO DA PRESIDÊNCIA E DA JUSTIÇA  
SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR  
SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DO MINISTRO ADJUNTO  
E DA JUVENTUDE  
SENHOR SUBDIRECTOR-GERAL DO ENSINO SUPERIOR  
EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES  
SENHORES REITORES E VICE-REITORES  
SENHORES DOUTORES  
SENHORES ASSISTENTES E INVESTIGADORES  
SENHOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA  
CAROS ESTUDANTES  
PREZADOS FUNCIONÁRIOS  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

1. Procede-se hoje à solene abertura dos trabalhos escolares. Honra-nos sobremaneira a presença de Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia da República, professor eminente desta Casa e a quem apresento as melhores e mais gratas *saudações*. Saudações e agradecimentos que dirijo igualmente a Suas Excelências o Senhor Ministro da Presidência e da Justiça, também ele docente ilustre desta Universidade e sempre tão aberto aos seus problemas, o Senhor Ministro da Educação, de quem confiadamente se espera, “in rebus Universitatis”, uma acção rasgada e eficaz, o Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, que brilhantemente o coadjuva e o Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e para a Juventude, docente também desta Universidade.

Às digníssimas Autoridades, civis, militares, religiosas e académicas, agradeço a sua sensibilizante presença.

Para todos, em geral, que quiseram estar presentes neste acto, um vivo reconhecimento.

2. Cumpre-me, segundo a lei e os ritos académicos, apresentar-vos, Senhoras e Senhores, um *relatório* sobre o ano lectivo findo, apontando também, naturalmente, algumas perspectivas do futuro. Serei breve, como tem sido, no caso, o meu estilo, remetendo os necessários desenvolvimentos para os relatórios sectoriais das Faculdades e Serviços, a que entretanto será dada a devida publicidade.

3. Focarei, antes de mais, alguns aspectos mais relevantes da vida pedagógica, científica e cultural da Universidade de Coimbra em 86-87.

Começando pelo *ensino*, salientarei que ele esteve a cargo de 1.141 docentes (sendo 288 doutorados), número a que se somam 80 investigadores, e foi dirigido a 13.319 estudantes dos cursos de licenciatura, os quais pela primeira vez beneficiaram, na totalidade, do chamado seguro escolar. A Faculdade com mais frequência foi a de Ciências e Tecnologia, com 4.310 alunos, seguindo-se a de Direito, com 3.317, a de Letras, com 2.930, a de Economia, com 1.038, a de Medicina, com 879, a de Farmácia, com 524 e, por último, a de Psicologia e Ciências da Educação, com 321. Destes 13.319 estudantes são do sexo masculino 6.054 e do feminino 7.265, o que dá uma diferença de 1.211, continuando assim, a acentuar-se a supremacia numérica das alunas. O número total de licenciados foi de 1.250.

A percentagem de aproveitamento escolar não é obviamente alta e, nalgumas áreas, é mesmo preocupantemente baixa. O assunto tem merecido estudo e reflexão, mormente por parte de sectores associativos estudantis. Creio poder afirmar que, no transacto ano escolar, em consequência dessa consciencialização, ocorreu uma melhoria nos moldes em que se processa a actividade pedagógica. Não direi que tal melhoria tenha sido de grande monta, nem igualmente distribuída, mas constitui, de todo o modo, coisa assinalável e de bom prognóstico.

No âmbito do ensino e da pedagogia, ocorreram diversas modificações e ampliações em planos curriculares, mestrados e pós-graduações. Há que



destacar, a este propósito, a criação, no quadro da Faculdade de Letras e no termo de um complexo processo, do curso de formação psicopedagógica.

Por outro lado, e ainda na área global a que me estou reportando, deve salientar-se que a comissão encarregada de estudar a criação da Faculdade ou Instituto de Educação ou Cultura Física se pronunciou firmemente no sentido do seu rápido estabelecimento, conclusão que a Reitoria e a Universidade, e outras forças vivas, claramente apoiam. Bem assim vão adiantadas as diligências para a criação de uma licenciatura em Arquitectura no quadro da Faculdade de Ciências e Tecnologia, com a participação das Faculdades de Letras e Economia. Por seu turno, a Faculdade de Economia propôs, com sólidos fundamentos e sem custos financeiros significativos, que seja criada, no seu âmbito, uma licenciatura em Sociologia. Decerto que estes projectos não se tornam realidade por mera força da Universidade — é necessário que o Governo diga sim. Mas são iniciativas extremamente importantes para a Universidade de Coimbra e, julgo-o, para o País. Ao anunciá-las aqui, a Reitoria tem uma funda esperança de que possam ir por diante, sem mais dificuldades e delongas do que as que bastem.

4. No tocante à *investigação* científica e tecnológica, coenvolvendo a designada “investigação contratual”, esta última com especial incidência no relacionamento Universidade-Indústria, manteve-se a Universidade de Coimbra, em 1986-87, numa natural linha evolutiva, cuja curva ascendente se gostaria, contudo, de ver acentuada.

As dificuldades são consabidamente muitas, sobretudo em matéria de financiamentos, nacionais e internacionais. Precisamente no que concerne a estes últimos, impõe-se lavrar um protesto pela forma como eles se têm processado.

Na verdade, projectos consistentes e vultosos — como é o caso do “Instituto da Água” e dos projectos do FEDER, a que já no relatório anterior me referi —, nos quais a Universidade afanosamente se empenha, com a promessa de serem suportados por financiamentos externos, vêm, ao fim e ao cabo, as respectivas verbas serem imputadas, na sua maior parte, nos já magros orçamentos do PIDDAC, em vez de a eles acrescerem, o que, prejudicando os demais projectos, acaba por constituir uma injustificada e

desmobilizadora penalização para a Universidade. É necessário, é instante achar remédio para este inadmissível “status quo”.

5. Referir-me-ei agora às acções especificamente *culturais*, de que a Universidade deve especialmente cuidar, para que o saber e a cultura não se departam, e antes se aliem. Foram, em 86-87, um sem-número, da mais variada índole. Os relatórios dos Serviços Centrais, Faculdades, Biblioteca e Arquivo dão disso especificada conta.

Sempre tenho feito sobressair o importante papel que neste domínio cabe aos estudantes — sobretudo à Direcção-Geral da Associação Académica, às suas Secções e aos Organismos Autónomos. No ano escolar que passou, bem como no que agora se inicia, semelhante papel foi e vai ser ainda mais dimensionado. A isso não será alheio — bem pelo contrário — o facto de a Associação comemorar o seu 1.º centenário e ter incluído nas respectivas comemorações uma relevante componente cultural.

6. Cabe aludir, neste momento do meu relato, ao grande significado que na vida universitária têm — e no período a que o presente relatório se reporta tiveram — os inúmeros congressos, simpósios, colóquios, jornadas, conferências e *realizações* afins. Tais realizações constituem mais uma prova da vitalidade da nossa Universidade.

7. Considerados vários aspectos da vida universitária, na perspectiva dos objectivos primordiais da Universidade, passo a aludir a outras questões.

---

104

Em primeiro lugar, e num plano por assim dizer organizatório, desejo afirmar que vai finalmente ser constituído, depois de uma longa demora de que assumo inteira responsabilidade, o *Senado Universitário*.

Vai também proceder-se à nomeação de um *Pró-Reitor*, nos termos da legislação que criou esta nova figura de coadjuvação do Reitor para actividades específicas. As actividades em causa situam-se no domínio das novas instalações, com maior incidência nos Pólos II e III da Universidade, e a escolha recaiu no professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia Doutor Sá Furtado.

### 8. Trato, em seguida, de assuntos de *peçoal*.

*Pessoal docente*. Em 86-87 realizaram-se 12 doutoramentos, distribuídos desta forma: 3, pela Faculdade de Letras; 1, pela de Medicina; pela Faculdade de Ciências e Tecnologia, 8; 1, pela de Farmácia; 1 também pela de Psicologia e Ciências da Educação. Acrescem as equivalências ao grau de doutor, que foram em número de 11: 1 em Letras; outra em Medicina; outra ainda em Economia; 8 na FCTUC.

Houve 2 doutoramentos “*honoris causa*”, sendo que um deles foi o do Secretário-Geral das Nações Unidas, Xavier Perez de Cuellar, doutorado pela Faculdade de Direito e que teve como apresentante Sua Excelência o Presidente da República, Doutor Mário Soares.

Relativamente ainda ao pessoal docente, foi pedido ao Governo, para o presente ano lectivo, um substancial aumento da quota de assistentes e monitores.

*Pessoal investigador*. Continua a esperar-se pela publicação dos respectivos quadros, salvo quanto à Faculdade de Letras, cujo problema foi em parte resolvido.

*Pessoal não docente*. Prosseguiram os respectivos concursos. Os relatórios sectoriais dão conta, apesar dos atrasos, de uma nítida melhoria, neste aspecto, em relação ao ano precedente. Entretanto foi presente ao Governo, pela Universidade, o projecto de portaria de alteração dos quadros do pessoal, de acordo com a reestruturação das carreiras regulada pelo Decreto-Lei n.º 248/85.

Cabida é uma referência, nesta rubrica, à “Casa do Pessoal”, que vai dispor da sua sede em 1988.

Referência destacada à Biblioteca Geral da Universidade, para registar a mudança na sua direcção. Após cerca de 10 anos de exercício do cargo de Director, o Prof. Luís de Albuquerque — a quem reitero as homenagens que então lhe prestei — cessou funções por limite de idade. Como novo Director foi nomeado o professor da Faculdade de Letras Doutor Anibal Pinto de Castro, que aliás exercera, com proficiência, as funções de Adjunto do Director da Biblioteca. Na mesma Biblioteca foi criado um conselho consultivo, que inclui nomeadamente representantes das Faculdades e da Associação Académica e que permitirá estabelecer vínculos institucionais mais estreitos no contexto universitário.

Por último, expresso aqui uma grata homenagem a todos quantos deixaram, no ano findo, o serviço da Universidade, nos termos da legislação sobre aposentações. E uma comovida lembrança daqueles que a morte veio roubar ao nosso convívio. Seja-me lícito destacar, dos primeiros, os nomes prestigiosos dos Doutores Coteló Neiva, antigo Reitor, Luís de Albuquerque e André Crabbé Rocha, que foram Vice-Reitores, Antunes Varela, Ibérico Nogueira e Nunes Vicente. Dos falecidos, avultarei os nomes de Caseiro Alves e Azevedo Pereira, bem como o da marcante personalidade que foi Joaquim Namorado, do ilustre Prof. Orlando Pinto, ex-Vice-Reitor, e do Prof. Paulo Quintela, que deixa o seu nome, perduravelmente, entre os grandes desta Casa.

**9.** Isto, quanto aos recursos humanos. E quanto aos *recursos financeiros*?

Apenas desejo frisar, neste momento, para além do que já disse há instantes quanto ao PIDDAC e ao FEDER, que o orçamento para 88, que nos foi comunicado na semana passada, mereceu da parte da Reitoria uma imediata discordância, seja quanto ao seu montante global, seja quanto à metodologia da redução do orçamento proposto pela Universidade, nomeadamente a fixação de 24 horas para efectuar essa mesma redução.

Posteriormente, o Conselho de Reitores, em reunião que teve lugar há dois dias, formulou essa mesma firme discordância e encaminhou-a para o Ministério da Educação e outras altas instâncias do Estado. A Reitoria da Universidade de Coimbra — e estou certo de que a nossa Universidade, em geral — subscreve essa tomada de posição. A reconsideração do problema e a necessidade de reforços e transferências de verbas impõe-se. Tanto mais que há que ter em conta os endividamentos existentes — sobretudo à E.D.P., aos C.T.T. e aos livreiros —, que importa não agravar e antes sustar e amortizar.

Ainda em matéria de recursos financeiros, propõe-se a Reitoria instituir um regime de entradas pagas nos edifícios históricos do conjunto do Paço das Escolas.

**10.** No concernente a *instalações*, há logo que aludir às numerosas obras de reparação, adaptação e remodelação em edifícios universitários que se verificaram em 86-87 e à saída, no mesmo período, das Assessorias,

Jurídica e de Planeamento, do Convento dos Grilos, com a consequente libertação dos respectivos espaços em proveito dos Serviços Académicos e Administrativos.

Merece destaque, por outro lado, a entrega à Universidade dos edifícios do Hospital antigo, pela entrada em funcionamento das excelentes instalações do novo Hospital.

Ultimam-se, neste momento, obras naqueles edifícios, em especial no Colégio de S. Jerónimo e em parte do Colégio das Artes, para salas de aula, gabinetes e outros espaços destinados às Faculdades de Ciências e Tecnologia, Letras e Medicina (Medicina Dentária). A Faculdade de Farmácia, a Associação Académica e os Organismos Autónomos beneficiarão, em 87-88, de instalações no conjunto do antigo Hospital, sem embargo do projecto da sua afectação, em grande parte, a um complexo museológico, como é do conhecimento geral. Brevemente, aí ficará instalado o Museu Académico.

A disponibilidade do velho Hospital permitiu satisfazer certas carências mais urgentes. Mas não constitui razão para enfraquecer o empenhamento nos Pólos II e III da Universidade. Quanto ao Pólo II, aliás, têm-se firmado pretensões de início menos consistentes, como é o caso relativamente à Faculdade de Letras, à Faculdade de Farmácia, à futura Faculdade de Cultura Física, aos Serviços Sociais. Nesse mesmo Pólo, de resto, prossegue o processo de aquisição de terrenos, embora com alterações quanto às zonas prioritárias.

No capítulo de instalações, merece o maior realce o Plano Geral da Universidade de Coimbra, cujo programa provisório, elaborado por uma equipa de projectistas, foi apresentado pela Reitoria, em Julho passado, às Faculdades, e outros departamentos e serviços universitários, para estudo. É um plano de grande fôlego, prevendo-se um orçamento de mais de 8 milhões de contos, distribuídos por um período de 20 anos.

Foi também elaborado um estudo sobre o chamado Convento da Trindade, que será apreciado oportunamente.

À Faculdade de Economia, carenciada de instalações em extremo, é necessário garantir que a aprovação dos projectos e a consequente adjudicação merecerão absoluta prioridade.

Por último, regista-se com apreço a acção das Direcções dos Monumentos Nacionais.

Quanto a *equipamento*, devem destacar-se os resultados que no ano findo se alcançaram no domínio da informatização. Não só no tocante a equipamento propriamente dito, como ainda em referência à formação de pessoal. Louve-se a contribuição do Centro de Informática e a colaboração da Universidade de Coimbra no Projecto Minerva.

#### **11.** Mais um passo neste relatório, agora alcançando os *Serviços Sociais*.

Continuam a ser os maiores do género, no País, como o comprova o facto de servirem cerca de dois milhões de refeições anualmente e de porem à disposição da comunidade universitária os serviços de 40 médicos em 18 especialidades diferentes.

As bolsas máxima e mínima no ano lectivo de 1986-87 foram de 14.400\$00 e 1.500\$00, respectivamente, sendo, no corrente ano, de 21.300\$00 e 3.500\$00. No passado ano escolar despenderam-se cerca de 150.000 contos para um total de 1.785 bolseiros, prevendo-se para este ano uma verba não inferior a 200.000 contos, para 2.000 bolseiros, aproximadamente, número onde se incluem não só alunos da Universidade, mas ainda de Institutos Superiores sediados em Coimbra.

Dispõem os Serviços Sociais de alojamento para 430 estudantes. Encontra-se, porém, em fase de acabamento uma residência com capacidade para 200 estudantes, totalmente subsidiada pela Fundação Gulbenkian.

Mantem-se, por outro lado, em bom ritmo a construção de um novo armazém, cuja entrada em funcionamento ocorrerá em 1988.

Decorrem actualmente diligências para entrega aos Serviços Sociais de instalações no velho Hospital, onde se pensa equipar uma nova cantina, que venha a constituir um centro experimental de alimentação.

A terminar esta referência aos Serviços Sociais da Universidade de Coimbra, mencionarei a participação activa da Direcção-Geral da Associação Académica, e dos estudantes em geral, na gestão e na prestação de serviços no âmbito dos mesmos Serviços Sociais. É justo, demais disso, destacar a acção dedicada, dinâmica e competente do Vice-Presidente dos Serviços Sociais, Dr. António Luzio Vaz.

## 12. Uma palavra, agora, sobre a *Associação Académica*.

Para além do que já disse, é-me grato asseverar o bom entendimento existente, nomeadamente com a Direcção-Geral, e que tão importante é na busca e achamento de soluções para os problemas estudantis e universitários.

A Reitoria continuará a apoiar, quanto em si caiba, a multifacetada acção levada a cabo pela Direcção-Geral da Associação Académica, pelas Secções Culturais e Desportivas e pelos Organismos Autónomos. Deu, aliás, os apoios possíveis — e está longe de os ter esgotado — para as comemorações do primeiro centenário da mais antiga e prestigiosa associação de estudantes do País, que têm decorrido ao longo de 87 e contarão, no próximo mês, com a presença de Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

13. Situando-nos, por último, numa perspectiva de *relações exteriores* à Universidade, nomeadamente de relações internacionais, cabe afirmar que se lhes continua a prestar a melhor atenção. Sinal disso são os actos em que o Reitor e os Vice-Reitores têm estado, no país ou no estrangeiro, em representação da Universidade, e bem assim as inúmeras visitas que a esta têm sido feitas por destacados representantes de meios universitários e científicos ou por altas individualidades do mundo político, diplomático e social.

No decurso de algumas dessas visitas — e sendo até, por vezes, o principal objectivo delas —, ou fora do seu âmbito, foram assinados acordos e protocolos de cooperação, de diversa índole. Em 86-87, mencionaremos, entre outros, os convénios com as Universidades de Salamanca, Lvov, Praga, Sheffield, São Paulo e com a Universidade Federal Fluminense.

No País, os acordos com a Universidade de Aveiro, a Universidade Católica Portuguesa, a Associação Comercial e Industrial de Coimbra, o Gabinete Coordenador do PIDR do Baixo Mondego. Refira-se ainda o protocolo relativo ao Centro de Documentação Europeia.

Um aspecto extremamente importante da Cooperação internacional consubstancia-se no chamado “Projecto Erasmus”, que pretende fomentar a mobilidade de estudantes e docentes no âmbito das Universidades europeias. O papel desempenhado pela Universidade de Coimbra, através da Reitoria, Faculdades e Associação Académica assume grande relevo, como é geralmente reconhecido, nomeadamente em instâncias internacionais.

Isto é, aliás, um dos aspectos da cooperação da Universidade de Coimbra no âmbito dos países da C.E.E.. Cooperação que interessa desenvolver cada vez mais, bem como na direcção dos países de expressão oficial portuguesa.

**14. Minhas Senhoras e Meus Senhores:**

Um ano passou e aqui fugazmente se relata. Outro começa. Cõscios embora das dificuldades e escolhos, encaremo-lo com determinação. E com esperança.

11.11.87



SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
SENHORES EMBAIXADORES E REPRESENTANTES DIPLOMÁTICOS  
DIGNÍSSIMAS AUTORIDADES  
SENHORES REITORES E VICE-REITORES  
SENHORES DOUTORES  
SENHORES ASSISTENTES E INVESTIGADORES  
SENHORA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA  
CAROS ESTUDANTES  
PREZADOS FUNCIONÁRIOS  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

1. No acto de abertura solene das aulas na Universidade de Coimbra, cumpre-me, antes de mais, apresentar gratas *saudações* a todos quantos quiseram estar presentes nesta sessão.

Destaco naturalmente as Ex.<sup>mas</sup> Autoridades civis, militares, religiosas e académicas. E, destas, o Magnífico Reitor da Universidade de Salamanca, que simboliza aqui as Universidades estrangeiras, como Reitor, que é, de uma das mais antigas e prestigiosas dentre elas.

Um particular destaque para os Ex.<sup>mos</sup> Embaixadores e Representantes Diplomáticos dos países de expressão oficial portuguesa, cuja presença nos cativa e exprime uma firme vontade de reforçar os laços existentes entre as nossas instituições e os nossos povos.

Uma saudação especial e mais destacada é, porém, devida a Sua Excelência o Senhor Professor Vítor Crespo, membro ilustre da nossa Casa e eminente Presidente da Assembleia da República. Muito nos honra e sensibiliza a sua vinda.

2. Passo a ler um sucinto *relatório* sobre o ano lectivo findo, co- envolvendo, como é habitual, um relance sobre o futuro. Os necessários desenvolvimentos encontrá-los-á a comunidade universitária nos relatórios sectoriais das Faculdades e Serviços, a distribuir oportunamente.

3. Começarei por focar alguns aspectos mercantes na vida pedagógica, científica e cultural da Universidade de Coimbra em 87-88.

Quanto ao *ensino*, dele se encarregaram 1.120 docentes, dos quais 330 doutorados – número a que se acrescentam 83 investigadores –, sendo o número de alunos de 14.106, neles incluídos os estudantes dos cursos de mestrado e dos cursos de especialização. Nos cursos de licenciatura – perfazendo 13.895 alunos – a distribuição por Faculdades foi a seguinte: Faculdade de Ciências e Tecnologia – 4.647 alunos; Faculdade de Direito – 3.417; Faculdade de Letras – 2.960; Faculdade de Economia – 1.124; Faculdade de Medicina – 847; Faculdade de Farmácia – 554; Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – 346. Destes 13.895 estudantes, são do sexo feminino 7.685 e do masculino 6.210, o que dá uma diferença de 1.475. Continua, deste modo, a acentuar-se a supremacia numérica das alunas, que ocorre em todas as Faculdades, menos na Faculdade de Ciências e Tecnologia e na de Economia. O número total de licenciados foi, aproximadamente, de 1.500.

Ainda no âmbito do ensino e da pedagogia, notarei que se verificou a criação de novos cursos e que ocorreram modificações em vários dos existentes, mormente com alteração de planos de estudo. Isso teve lugar nas Faculdades de Letras (curso de formação educacional e curso de especialização em tradução), Direito (novo plano de estudos), Farmácia (novo regime e novo plano de estudos em Ciências Farmacêuticas), Ciências e Tecnologia e Economia.

Relativamente a estas duas últimas Faculdades, importa salientar a criação, para funcionar já no presente ano escolar, da licenciatura em Sociologia, inserida na Faculdade de Economia, e da licenciatura em Arquitectura, integrada na Faculdade de Ciências e Tecnologia. Uma e outra destas licenciaturas representam um acontecimento de grande relevo na vida da Universidade, que ora se realça, com regozijo.

Entretanto a Reitoria – com o apoio de toda a Universidade e de outras forças vivas, fora dela – procurará concretizar, em 1989, a criação de uma Faculdade ou Instituto de Ciências do Desporto (eventualmente com outra designação), a que me referi no relatório precedente. Prosseguem os estudos e diligências nesse sentido.

Quanto a novos cursos, ainda, outros estão previstos, como a licenciatura em gestão empresarial, na Faculdade de Economia, e, na Faculdade de Medicina, o Curso de Medicina do Trabalho.

As realizações francamente positivas na área do ensino não devem levar-nos a esquecer ou subestimar os muitos graves problemas com que nesta mesma área a Universidade de Coimbra se defronta, nomeadamente em matéria estritamente pedagógica e de aproveitamento escolar. Tenho tomado publicamente posição sobre estes temas. Hoje limitar-me-ei a esta alusão e à preocupação coenvolvente.

4. No tocante à *investigação científica* e tecnológica, ela prosseguiu nas diversas Faculdades, estabelecimentos e centros de investigação, em condições amiúde difíceis, humana e materialmente, o que não será de estranhar num país que apenas dedica à investigação cerca de 0,6% do P.I.B..

Relevarei, neste “item”, o “Instituto de Investigação da Água”, que, mau grado os escolhos e dificuldades, tem seguido a sua marcha, em ordem a ser, como em relatório anterior disse, “pelos seus objectivos, estruturas e financiamentos, uma instituição interdisciplinar de grande importância para a Universidade e para o País”.

Muito se espera também do novo “Instituto Pedro Nunes”, cujos objectivos já foram anunciados pelo Senhor Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia e que aguarda a escritura de constituição.

Neste contexto, merece também destaque a chamada “investigação contratual”, com especial incidência no relançamento Universidade-Indústria. Cumpriram-se protocolos e convénios anteriormente assinados e outros, novos, foram celebrados. Dentre estes, avultam o protocolo de cooperação com os CTT/TLP e os contratos específicos que lhe dão seguimento, o protocolo de cooperação com o IAPMEI (“Instituto de Apoio às Pequenas

e Médias Empresas Industriais”) e o acordo que institucionalizou a Associação Universidade-Empresa, em Salamanca, a que a Universidade de Coimbra aderiu.

Registe-se a exemplar colaboração com a ACIC (“Associação Comercial e Industrial de Coimbra”), na sequência do protocolo assinado com essa instituição.

Muitas das acções ora mencionadas possibilitaram ou envolveram prestações de serviços à comunidade. Para além delas, muitos outros desses serviços foram efectivamente prestados pela Universidade de Coimbra à comunidade, no período a que se reporta o presente relatório.

**5.** Uma nota, agora, em relação às acções especificamente *culturais* da Universidade.

Há que ter clara consciência da importância do vector cultural, em ordem à instauração de uma autêntica “sociedade de cultura, cuja crisálida está já à vista”, para usar a feliz expressão de um ilustre político. Sociedade de cultura, essa, que cada vez mais se reclama para corrigir os exageros e desmandos de um sistema marcadamente técnico-económico.

Não serão, pois, em demasia as acções a empreender neste campo pela Universidade. Elas foram, em 87-88, muito numerosas e de mais diversa índole, como é sabido e claramente resulta dos relatórios dos Serviços Centrais, das Faculdades, da Biblioteca Geral e do Arquivo.

Justo é salientar o relevante papel que, a este propósito, tem cabido aos estudantes: à Direcção-Geral da Associação Académica, às suas Secções, aos Organismos Autónomos, a outras estruturas ainda. A intensa animação cultural que eles têm sabido implementar, tantas vezes contra ventos e marés, vai decerto continuar e desenvolver-se. As realizações estudantis que para o presente ano já estão programadas, ou em curso, são disso boa garantia.

**6.** Um indício da vitalidade da nossa Universidade encontra-se nos numerosos congressos, colóquios, simpósios, jornadas, conferências e *realizações* ou encontros afins. Impõe-se, embora fugaz, esta referência.

7. Referidos vários aspectos da actividade universitária, sob o ângulo dos fins da Universidade, é altura de o relato se voltar para os meios pessoais e materiais, dispostos para a consecução desses objectivos.

Em matéria de *pessoal*, e relativamente ao pessoal *docente*, anotarei que no ano findo se realizaram 27 doutoramentos — mais do dobro do ano anterior —, competindo à Faculdade de Ciências e Tecnologia 16, às Faculdades de Letras e de Medicina 4, cada, à Faculdade de Farmácia, 2 e 1 à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Houve também 2 doutoramentos “honoris causa”, um pela Faculdade de Medicina, outro pela Faculdade de Ciências e Tecnologia.

A quota de assistentes e monitores, cujo aumento fora, no ano passado, pedido ao Governo e por este prometida, só agora nos foi assegurada. Mas não está definida a respectiva cobertura financeira.

Em relação ao problema dos assistentes, como em referência a outras questões do pessoal ensinante, é forçoso reconhecer a existência de distorções e deficiências várias, que em parte são imputáveis à própria Universidade e que aconselham se proceda a uma revisão da gestão do pessoal docente.

Pelo que toca ao pessoal *investigador*, subsistem problemas quanto aos respectivos quadros.

Em relação ao pessoal *não docente*, prosseguiram os respectivos concursos, em muitos casos com atrasos imputáveis aos Serviços Centrais. Já não é atribuível a estes, mas antes ao Governo, o atraso na publicação da portaria de alteração dos quadros do pessoal, de acordo com a reestruturação das carreiras, regulada pelo Decreto-Lei n.º 248/85.

A Casa do Pessoal prossegue, com brio, a sua acção.

No período a que se reporta este relatório, ocorreram diversas aposentações — saliento as dos prestigiados professores Bártholo do Valle Pereira e Alexandre Pessoa Vaz. Outros deixaram-nos por falecimento — destaco os nomes, igualmente prestigiosos, dos Profs. Antunes de Azevedo, Nunes Vicente, Deolinda Martins e José de Freitas Tavares. A todos aqueles, docentes ou não, que a legislação sobre aposentações abrangeu, exprimo aqui uma grata homenagem. Para os falecidos — docentes, funcionários ou estudantes — uma emocionada lembrança.

8. Dito quanto aos recursos humanos, vejamos quanto aos *recursos financeiros*.

As restrições orçamentais comunicados pelo Governo às Universidades, tanto no Orçamento como no PIDDAC, provocaram da parte destas, nomeadamente do Conselho de Reitores, reacções e movimentações de diversa índole e amplitude, que são geralmente conhecidas. Eu próprio exprimi, em várias instâncias académicas e políticas, os reparos e críticas que julguei adequados. A receptividade, a níveis políticos, a esses protestos e preocupações, é certamente gerador de confiança, sob reserva do juízo a proferir perante os resultados finais.

Deve sublinhar-se, a propósito, o especial cuidado e empenho que o Governo deverá ter no apoio ao processo autonómico, agora que a Lei da Autonomia das Universidades foi finalmente aprovada pela Assembleia da República, em votação unânime. Frenar, em vez disso, o ritmo de crescimento das Universidades, por via do orçamento do Estado, não está bem. Está mesmo mal essa desresponsabilização governamental, para mais numa perspectiva desenvolvimentista do ensino universitário e superior, reclamada pelas necessidades da integração europeia.

Pelo que especificadamente toca à Universidade de Coimbra, e sem entrar aqui na indicação de verbas, o que seria fastidioso e precário, importa dizer que ela necessita de um reforço do orçamento de 88, que o Senhor Ministro da Educação já assegurou quanto a verbas de pessoal e, eventualmente, de capital e funcionamento. É esse orçamento, assim corrigido, que terá de ser o ponto de referência para 89. Neste ângulo, o orçamento anunciado há tempo pelo Ministério da Educação para o próximo ano representaria um crescimento real negativo, o que é inaceitável.

O problema não é obviamente fácil, tanto mais que o Ministério optou por um crescimento das despesas com o ensino universitário assaz inferior ao acréscimo dos encargos totais com a educação. Há, é certo, que entrar em linha de conta com verbas comunitárias e com planos de desenvolvimento a médio e a longo prazo. Mas até lá, ou enquanto aquelas verbas se não definem com clareza, há que prosseguir, entre as Universidades e o poder político, um diálogo aberto e leal, em vista dos compromissos e consensos possíveis.

### 9. Falarei agora das *instalações*.

No capítulo de instalações e equipamento, deve aludir-se logo às obras de reparação, adaptação e remodelação em numerosos edifícios universitários, que tiveram lugar em 87-88. E, quanto ao equipamento, à continuação do processo de informatização nas Faculdades e Serviços, com a valiosa contribuição do Centro de Informática. Lamenta-se, nesta rubrica, o não ter o Ministério dado ainda resposta ao pedido de reparação e substituição do equipamento afectado pelo incêndio na Faculdade de Farmácia, apesar das promessas e das insistências, estas renovadas agora.

Neste capítulo de instalações, há que destacar, pelo seu grande significado, o «Programa do Plano Geral da Universidade de Coimbra». Foi concluído, com a audição e intervenção de todos os sectores representativos da Universidade, e entregue no Ministério da Educação, em Agosto passado. Aguarda-se a sua aprovação.

No decorrer do ano de 1988, as obras da Faculdade de Economia deram, decisivamente, um salto qualitativo. O acto público do concurso ocorreu em Outubro e está já escolhida a firma construtora. As obras iniciar-se-ão em Dezembro ou Janeiro, devendo a 2.<sup>a</sup> fase ser adjudicada no próximo ano, de forma a que não se verifique solução de continuidade nos trabalhos de construção.

Os estudos relativos aos Pólos II e III continuam a processar-se em bom ritmo. A aquisição de terrenos, a ter lugar no presente ano económico, processar-se-á, espera-se, conforme o planeado. Posso anunciar que o lançamento do concurso público de ideias para o Pólo II terá lugar muito brevemente, estando já em fase adiantada a redacção da primeira versão do Programa Preliminar. O Pólo III, com o interessado empenho da Faculdade de Medicina, verá avançar os correspondentes estudos.

É de referir a colaboração das entidades oficiais intervenientes nestes processos, cabendo uma palavra especial para o bom acolhimento que a Câmara Municipal de Coimbra tem dado às nossas sugestões e pedidos.

Nesta tão importante área para a Universidade importa referendar o projecto de desenvolvimento científico e tecnológico apresentado pelo Conselho Directivo da Faculdade de Ciências e Tecnologia ao Senhor Primeiro-Ministro, com o conhecimento e anuência da Reitoria.

Será necessário dizer que o vasto programa de edificações que a Universidade de Coimbra carece de realizar nos próximos anos, que envolve vultosos investimentos, de milhões de contos, e para os quais há, como se vê, uma ampla e cuidadosa preparação, merece o melhor interesse e acolhimento das instâncias do poder político?

#### **10. Serviços Sociais.**

Os Serviços Sociais Universitários, particularmente os da Universidade de Coimbra, atingiram uma dimensão tal, que se torna necessário proceder à sua adequação a novas formas de acção social escolar,

Entretanto, continua a implementar-se a reestruturação do sistema de prestação alimentar, de modo a tornar mais activa a participação dos estudantes.

Os Serviços Médico-Universitários, que contam com 18 especialidades de saúde, carecem de reestruturação, a qual já foi decidida e vai ser rapidamente actuada.

No ano lectivo 88-89 serão distribuídas bolsas de estudo no valor de 242.000 contos, mais 42.000 contos que no ano transacto. A bolsa mínima subiu de 3.500\$00 para 4.300\$00 e a bolsa máxima de 21.300\$00 para 23.710\$00. Prevê-se que o número de bolseiros no presente ano lectivo ultrapasse os 2.200 alunos.

Entrou já em funcionamento uma nova residência, totalmente subsidiada pela Fundação Calouste Gulbenkian e com capacidade para 200 estudantes, com a particularidade de ter sido fixada uma quota de 20% para estudantes madeirenses e açoreanos e 20% para estudantes oriundos de países de expressão portuguesa.

Por último, refira-se que o orçamento dos Serviços Sociais da Universidade de Coimbra para 1989 é de aproximadamente um milhão de contos, o que fica aquém das necessidades reais.

**11.** Já me referi, no decurso deste relatório, mais que uma vez, à *Associação Académica*, a mais antiga e prestigiosa associação de estudantes do País. Para além do que já disse, gostaria de lembrar palavras que proferi, nesta mesma sala, há anos.



Disse eu: “o bom entendimento entre a Associação Académica e Reitoria é, ninguém o negará, de primeira importância na procura da solução para os problemas estudantis e universitários”.

Tem esta Reitoria continuado a manter com a Associação Académica, e em especial com os seus corpos dirigentes e a Presidente da Direcção-Geral, frequentes, estreitos e cordiais contactos, num espírito de empenhamento dialogante. Assim tem sido e assim deverá continuar a ser.

## **12.** Cuidarei, a seguir, das *relações exteriores* da Universidade.

Para referir que elas constituem uma preocupação constante da Universidade e da Reitoria.

Sinal disso são os actos em que o Reitor ou os seus representantes têm estado em nome da Universidade, no país ou no estrangeiro, e as visitas à Universidade de Coimbra feitas por altas personalidades do mundo político, diplomático e social ou por destacados membros dos meios universitários e científicos.

Testemunho disso são também os protocolos, convénios e outros acordos, internos ou internacionais, que têm sido assinados ou se acham propostos.

E bem assim a relevante acção das Universidades do chamado “Grupo de Coimbra”, que neste momento são 23, e o destacado papel que a nossa Universidade tem desempenhado no programa “Erasmus”, de cooperação universitária europeia.

A Universidade de Coimbra está, de resto, claramente apostada em intensificar as relações no âmbito dos países da C.E.E., bem como na direcção dos países de expressão oficial portuguesa. A presença hoje, aqui, dos Senhores Embaixadores e Representantes Diplomáticos dos países de expressão oficial portuguesa, bem como a sua intervenção nas importantes “Jornadas Portugal-África-Brasil”, organizadas pelo Gabinete de Relações Internacionais da Direcção-Geral da Associação Académica, em colaboração com estudantes e associações estudantis desses países, é uma excelente prova do que afirmo.

**13.** Na intervenção que ora faço nesta sessão solene, não poderia deixar de dar ênfase a um acontecimento de transcendente significado para a vida

da Universidade de Coimbra, e das Universidades portuguesas em geral, que ocorreu no período a que tal intervenção se reporta. Refiro-me à Lei da *autonomia das Universidades*, publicado em 24 de Setembro passado.

Reclamada e esperada desde há anos, foi a lei aprovada na Assembleia da República em 20 de Julho. A oportunidade do agendamento, a celeridade do estudo e debate, o diálogo profícuo mantido, designadamente com o Conselho de Reitores, em cujo projecto largamente se inspiraram os parlamentares, a busca e o consequimento de consensos, a justeza das soluções alcançadas, a unanimidade da votação, tudo constitui um momento alto, e em muitos aspectos exemplar, da produção legislativa da Assembleia da República. Presto à Assembleia, na pessoa de V. Ex.<sup>a</sup> e seu eminente Presidente, as melhores homenagens.

Diziam, porém, as nossas velhas ordenações, que “a principal virtude das leis está na execução delas”. E alguns indicadores há que nos permitem antever bem dificultosa essa execução.

Refiro-me essencialmente às graves restrições orçamentais anunciadas pelo Governo às Universidades, a que atrás me referi e que seria despropositado repetir.

Mas as dificuldades e os perigos para a autonomia não virão, porém, apenas daquelas restrições, nem aliás somente do exterior das Universidades. Podem também surgir no interior delas mesmas.

Quero com isto dizer, fundamentalmente, que há que gizar um sistema autonómico equilibrado e funcional, e respeitador dos princípios da democraticidade, da participação e do consenso, por mim claramente assumidos desde a tomada de posse como Reitor e que agora encontraram plena consagração no texto legal.

Incumbe ao Reitor, nos termos da lei da autonomia, responsabilizar-se pela elaboração de um projecto de estatutos a ser presente à Assembleia, por assim dizer, constituinte, que a mesma lei especificamente prevê para os aprovar. Já estou, desde há tempo, a ocupar-me desse assunto, que terá de mobilizar-me como tarefa prioritária. E está já a prestar-me valiosa colaboração um adjunto que designei exclusivamente para o efeito, o Dr. Abílio Hernandez Cardoso, ilustre membro da nossa comunidade universitária e profundo conhecedor destas matérias.

Muito em breve, e no termo de diversas consultas, será constituída a “comissão dos estatutos”, que integrará docentes, investigadores, estudantes e funcionários, uns directamente designados pelo Reitor, outros indicados pelos diversos corpos e estruturas da Universidade. Não será essa comissão um “parlamento universitário”, pois isso poderia tornar o processo de elaboração estatutária moroso e inoperativo, além de pouco harmonizável com a mencionada assembléa que, essa sim, tem uma tal natureza. Mas será, em todo o caso, quer em plenário, quer em funcionamento restrito, um órgão suficientemente representativo e capaz de assegurar uma adequada comunicação — sem embargo de outras — com a comunidade universitária. Assim se assegurará a necessária eficácia e presteza, sem quebra da representatividade e participação.

**14.** A tarefa da elaboração dos estatutos é, indubitavelmente, da maior importância e urgência. Num outro plano, mas também assumindo grande relevo e importância, está o encargo de programar as comemorações do 7.º Centenário da Universidade de Coimbra.

Como é sabido, já estão em curso, na nossa Universidade, iniciativas neste sentido. No próximo dia 12, aliás, completam-se 700 anos sobre a petição dirigida ao Papa Nicolau IV, por alguns eclesiásticos, em ordem à criação de um “Estudo Geral”. Este documento poderá ter estado na base da Carta Régia da Fundação da Universidade, subscrita por D. Diniz em 1 de Março de 1290, fundação aprovada por Bula Papal de 9 de Agosto do mesmo ano. Uma singela mas significativa cerimónia assinalará entre nós esta data precursora, como ponto de partida para comemorações e empreendimentos de maior fôlego e vulto.

Urge agora coordenar essas iniciativas e preparar para 1990 condignas comemorações e empreendimentos culturais e científicos, os quais, dado o relevo do acontecimento, a nível nacional e internacional, deverão constituir forte motivo de reforço da solidariedade interuniversitária, unindo Coimbra, Lisboa e os mais centros universitários do País, e projectando-se no estrangeiro.

**15.** Possamos nós tirar destes desafios novo alento para o engrandecimento da Universidade de Coimbra. Por mim, e ao aproximar-se o termo

das minhas funções como Reitor, não me pouparei a esforços, contribuindo, com humildade mas com determinação, para que, como disse um dia, “a Universidade que somos se aproxime, quanto possa, da Universidade que gostaríamos de ser”.

9.11.88

SENHOR MINISTRO DA PRESIDÊNCIA E DA JUSTIÇA  
SENHORES EMBAIXADORES  
EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES  
SENHORES REITORES E VICE-REITORES  
SENHORES DOUTORES  
SENHORES ASSISTENTES E INVESTIGADORES  
SENHOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA  
CAROS ESTUDANTES  
PREZADOS FUNCIONÁRIOS  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

1. As minhas primeiras palavras nesta cerimónia solene são para saudar e agradecer a todos aqueles que quiseram associar-se a ela, honrando-nos com a sua presença.

Saudações e agradecimentos que especialmente endereço a Sua Excelência o Senhor Ministro da Presidência e da Justiça, ilustre e destacado governante que desta Casa saiu e a ela sempre volta, sei que com aprazimento seu e com muito aprazimento nosso. E a Vossas Excelências, Senhores Embaixadores, e às Digníssimas Autoridades civis, militares, religiosas e académicas. Bem hajam pela vossa vinda.

2. Os relatórios das actividades do ano findo, elaborados pelas Faculdades, Biblioteca Geral, Arquivo, Serviços Centrais e Serviços Sociais, serão, como ultimamente se tem feito, tornados públicos em devido tempo. Mostram-nos eles uma Universidade viva e actuante, que a escassez de meios não desmotiva, embora nela cause tensões e frustrações que não podem ser esquecidas ou subestimadas.

No sucinto relato que me incumbe fazer aqui, limitar-me-ei a salientar, dentre um muito extenso rol de eventos, alguns que reputo particularmente significativos no presente contexto.

Assim:

**2.1.** Frequentaram a Universidade, no ano lectivo de 1988-89, 14.732 alunos dos cursos de licenciatura, a que acrescem 274 dos cursos de mestrado e de especialização, perfazendo 15.006 estudantes, contra 14.106, no ano anterior. Um aumento, por conseguinte, de 900 alunos.

A maior frequência registou-se na Faculdade de Ciências e Tecnologia, com 5.199 estudantes, e a menor na Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação, com 355. O número de licenciados foi de cerca de 1.600, mais 100 que no ano transacto.

O número de docentes foi de 1.224, sendo 353 doutorados. O número de investigadores foi de 85.

**2.2.** Criaram-se novos cursos, como a licenciatura em organização e gestão de empresas, na Faculdade de Economia, o curso de medicina do trabalho, na Faculdade de Medicina e, na Faculdade de Letras, o curso de especialização em assuntos culturais no âmbito das autarquias. De referir igualmente a criação de novos mestrados, em diversas Faculdades.

Elaborou-se o relatório final da projectada Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física. O atraso deste processo deve-se, em parte, à necessidade de aprovação pelo Senado Universitário, órgão cuja entrada em funcionamento ocorrerá muito em breve. Feito isso, temos a mais fundada esperança na rápida criação pelo Governo de tal Faculdade para, como se previra, começar a funcionar no próximo ano escolar.

**2.3.** Foram inúmeras, e da mais diversa natureza, as acções especificadamente culturais levadas a efeito no âmbito da Universidade, bem como os congressos, colóquios e realizações afins.

**2.4.** Foi celebrada a escritura de constituição do Instituto de Investigação da Água, instituição interdisciplinar de grande importância para a Universidade e para o País.

De grande significado se revestiu igualmente a constituição da Associação de apoio ao IBILI – Instituto Biomédico de Investigação da Luz e Imagem.

Foram igualmente assinados, no período a que se reporta o presente relatório, cerca de 30 convénios, acordos de cooperação e protocolos entre a Universidade de Coimbra e outras instituições portuguesas e estrangeiras, tendo surgido, no mesmo período, outras tantas propostas de novas convenções.

O número e a variedade destes acordos contratuais, seja quanto ao conteúdo seja quanto às partes intervenientes (instituições universitárias, entidades empresariais, organismos governamentais e para-governamentais, autarquias e outras entidades públicas e privadas), constituem uma nota muito positiva e animadora da inserção da Universidade de Coimbra na comunidade local, regional, nacional e internacional. Representam, por outro lado, um claro desmentido àqueles que continuam, teimosa e estranhamente, a afirmar que a torre da Universidade é uma torre de marfim. Há muito que deixou de o ser. Cada vez mais a nossa Universidade se integra no processo geral de politização da sociedade – politização, note-se bem, que deve ser entendida como uma autêntica abertura às realidades sociais e económicas e não como uma “politização pelo poder”, sendo que esta última, levando a uma “Universidade ideológico-política”, deve ser, em meu entender, claramente rejeitada.

Sintoma também desta correcta postura da Universidade de Coimbra é a criação, pelos Estatutos a que adiante me referirei, do Conselho Social, órgão destinado a “desenvolver as relações entre a Universidade de Coimbra e a Comunidade” e no qual se integram, a par de representantes da comunidade universitária, “representantes de interesses sociais, culturais, económicas e profissionais”.

Em matéria de investigação científica e tecnológica destaquem-se as numerosas candidaturas apresentadas pela Universidade ao programa “CIÊNCIA” e bem assim ao “PEDIP”.

**2.5.** Prosseguindo, neste elenco de acontecimentos mais relevantes da vida universitária em 88-89, darei nota de que se realizaram 24 doutoramentos, sem contar com os doutoramentos “honoris causa”, que foram 5 e entre os quais avultou o de D. Juan Carlos, Rei de Espanha. As equivalências ao grau de doutor foram em número de 10.

A quota de assistentes e monitores foi acrescentada de 145 e 20 lugares, respectivamente, fixando-se actualmente em 865 unidades para aqueles e 90 para estes.

Foi publicado o quadro de investigadores da Faculdade de Medicina.

Em matéria de pessoal docente, mostrou-se e mostra-se a Universidade particularmente sensível à revisão do estatuto da carreira docente. O ante-projecto governamental tem sido amplamente criticado. Como igualmente tem sido objecto de forte crítica e contestação o estatuto remuneratório do pessoal docente universitário, nomeadamente por ser postergada a equiparação à carreira da magistratura. A Reitoria solidarizou-se, em termos que são conhecidos, com o essencial das reivindicações dos docentes, em perfeita sintonia, aliás, com a posição publicamente assumida pelo Conselho de Reitores. Aqui se reafirma, com viveza, essa posição.

**2.6.** Concluiu-se o processo de integração dos funcionários não docentes nos novos quadros do pessoal da Universidade de Coimbra. Torna-se, porém, necessário apetrechar o pessoal para as novas exigências decorrentes do estatuto autonómico e em ordem a uma maior nacionalidade e eficácia, se bem que igualmente a uma maior justiça.

**2.7.** Continuou a escassez de recursos financeiros.

Devido a posições de grande firmeza por parte das Universidade e do Conselho de Reitores, foi contudo possível obter reforços para 89, os quais, no tocante à Universidade de Coimbra, se cifraram, para além das verbas de compensação do IRS, em cerca de 355.000 contos, fixando-se a dotação final do OE-89 em aproximadamente 4.952.000 contos.

Estes reforços permitiram acudir a necessidades mais instantes, tanto em pessoal como em funcionamento. Neste segundo aspecto, é de registar a regularização das dívidas à EDP e aos CTT. Não aconteceu o mesmo relativamente às dívidas das bibliotecas, embora deva assinalar-se a promessa feita pela Secretaria de Estado do Ensino Superior em vista dessa regularização, por verbas a orçamentar no próximo ano, de quantitativo todavia ainda não especificado.



O orçamento atribuído para 1990 situa-se nos 5.546.300 contos, representando um aumento percentual de 12% sobre o ano anterior. De 13,5% é o aumento previsto para o PIDDAC-90. Estes valores — bem como os referentes aos Serviços Sociais — são insuficientes e a Universidade de Coimbra, por si e no âmbito do CRUP, movimenta-se no sentido de os ver aumentados.

**2.8.** No que concerne a instalações, e deixando de lado numerosos aspectos, direi que se prevê a conclusão, em Abril de 1990, da 1.<sup>a</sup> fase das novas instalações da Faculdade de Economia, devendo firmar-se no próximo mês de Dezembro o contrato de adjudicação da 2.<sup>a</sup> fase. Espera-se que a Faculdade esteja totalmente instalada em meados de 1991.

Relativamente ao Pólo II, adquiriram-se este ano, ou estão em vias de aquisição com verbas de 89, cerca de 90.000 m<sup>2</sup> de terrenos. O concurso para o estudo prévio do plano de pormenor foi lançado em Março passado, tendo o júri ordenado as equipas concorrentes à 2.<sup>a</sup> fase do concurso, cujos trabalhos serão expostos ao público em Janeiro que vem.

Prevê-se que ainda no corrente ano civil se conclua a adjudicação dos contratos das equipas que projectarão os edifícios dos Departamentos de Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e Engenharia Química, seguindo-se, a breve trecho, a encomenda dos projectos para o Departamento de Engenharia Electrotécnica, Faculdade de Farmácia e Unidade Pedagógica Central.

O contrato para o projecto de pormenor do Pólo III (Faculdade de Medicina) está em vias de ser assinado.

As iniciativas aludidas — e outras, como projectos de índole científico-tecnológica e tecnológico-industrial — terão suporte, em parte, nos chamados Programas “PRODEP”, “CIÊNCIA” e “PEDIP”.

Cumpre salientar que o desenvolvimento dos Pólos — incluído o do próprio Pólo I —, vital para a Universidade de Coimbra, requer um esforço financeiro de grande dimensão, que obviamente não cabe nos fluxos de financiamento normais. Há, nesse sentido, uma longa insistência da Universidade a partir de documentos da maior importância, entre os quais avulta

o Plano Geral da Universidade de Coimbra, apresentado ao Governo em Agosto de 1988. Muito recentemente, essa mesma postura foi por mim reafirmada às entidades governamentais. Reconhecendo a gravidade e a urgência da questão, mormente no contexto do 7.º Centenário da fundação da nossa Universidade, o Governo manifestou, por fim, um vivo empenhamento na resolução do problema, a que espero se sigam tomadas de posição públicas e as subseqüentes e adequadas medidas.

**2.9.** No seguimento da política de anos anteriores, os Serviços Sociais da Universidade de Coimbra continuam a procurar desenvolver uma acção social escolar adaptada às novas realidades sócio-académicas, tendo em conta as ideias-força no âmbito da autonomia universitária.

Cumprе salientar, a este propósito, que muitas das tarefas da acção social escolar são já desempenhadas pelos estudantes e que é real a sua participação no processo de gestão e de fiscalização da qualidade dos serviços prestados. O sistema de prestação alimentar com participação activa dos estudantes tem-se revelado muito satisfatório, sendo disso prova o funcionamento da nova Cantina-Snack nas instalações do Hospital Velho, aberta em Julho último, bem como a chamada Cantina Amarela, em que praticamente todas as tarefas são desempenhadas por estudantes.

**2.10.** A Associação Académica de Coimbra, apesar de graves dificuldades, sobretudo de natureza financeira, levou a cabo, através da Direcção-Geral, das Secções Culturais e Desportivas e dos Organismos Autónomos, uma variada e dinâmica acção, que aqui se enaltece.

O Presidente da Associação, que usará da palavra a seguir, dará certamente conta dessa actividade.

**2.11.** Um último ponto, para assinalar e destacar as relações exteriores, designadamente internacionais, da Universidade.

É desnecessário encarecer a frequência e a importância dessas relações no âmbito da nossa Universidade e designadamente no quadro das actividades da Reitoria. Não deixarei todavia de aludir a alguns aspectos.

O primeiro é o do Programa “Erasmus”, que tem tido um assinalável desenvolvimento. Basta referir que para o ano lectivo em curso a Universidade

de Coimbra estará envolvida em cerca de 60 programas de intercâmbio internacional, com a consequente mobilidade de estudantes e também de professores.

Cresce também a acção do chamado “Grupo de Coimbra”, que integra 23 Universidades das mais prestigiadas da Comunidade Europeia. Neste momento o Grupo está empenhado, com o apoio da C.E.E., na criação de círculos europeus na América Latina, com antigos estudantes de Universidades europeias residentes naquele continente, estando a ser lançados esses círculos em São Paulo, La Paz, Caracas e Lima, à semelhança do que já aconteceu em Montevideu e Buenos Aires.

A Universidade de Coimbra tem reforçado também as suas ligações com o Brasil e os países africanos de expressão oficial portuguesa. E têm aumentado os contactos com outros países, incluídos os do leste europeu. Está em curso igualmente uma cooperação com as Universidades do Estado de Baden-Württemberg.

Neste contexto internacional, importa referir a criação de um Colégio Europeu na nossa Universidade. O projecto, cuja realização está a cargo de uma comissão promotora e de uma comissão executiva, já em funcionamento no âmbito da Reitoria, prevê a instalação desse Colégio de pós-graduação em parte do antigo Convento da Trindade, está orçado em cerca de 500.000 contos e motivou já frutuosas diligências junto do Parlamento Europeu e da Comissão das Comunidades.

**3.** A projecção internacional da Universidade de Coimbra, bem como a sua importância no plano nacional, terão certamente, no próximo ano, ocasião de se afirmar e de se fortalecer, no quadro das celebrações do 7.º Centenário.

Não é conveniente, nem de uso, numa situação assim, balizar de uma forma temporariamente rígida as comemorações. De resto, e como é sabido, já houve diversas e relevantes manifestações sob o signo dos 700 anos, sobretudo a nível de publicações e exposições. E aquelas manifestações irão continuar depois de 1990, até porque, como diz o poeta, “o que importa é partir, não é chegar”. Mas o próximo ano será, de todo o modo, fundamental e decisivo.

A Comissão do 7.º Centenário da fundação da Universidade de Coimbra, por mim nomeada com ampla representatividade, nomeadamente a nível das Faculdades, deverá integrar, após a constituição do Senado Universitário, um Pró-Reitor, exclusivamente nomeado para o efeito, e elementos alheios à Universidade, indicados pelo Conselho Social. Aquela Comissão, bem como as Sub-comissões em que se desdobra e os elementos de Secretariado e apoio, trabalham neste momento na elaboração do programa, que será tomado público em princípios do próximo ano.

Tratar-se-á certamente de um programa diversificado, que não esqueça as festividades mas ponha a tónica em empreendimentos culturais e científicos, e envolva outras realizações de progresso para a Universidade. Que possa constituir motivo para o reforço da solidariedade universitária e interuniversitária. E que concite os apoios de diversas entidades públicas e privadas, tendo já sido feitos, neste sentido, vários e frutuosos contactos, especialmente a nível dos órgãos de soberania.

Sem esquecer que o tempo é minguado para a grandeza do empreendimento e sem subestimar as reais dificuldades e adversidades dele, devemos todos, na Universidade de Coimbra, unir-nos em torno destas celebrações e dos desafios que acarretam, procurando que elas constituam um momento alto na vida da nossa plurissecular Universidade e um salto para o futuro.

4. Deixei propositadamente para o fim o acontecimento que poderá considerar-se o mais relevante do ano a que se reporta a presente alocução: refiro-me à publicação dos Estatutos da Universidade.

Pela primeira vez na sua história de séculos, a Universidade de Coimbra elaborou e aprovou, na vigência de um regime democrático e com inteira liberdade de juízo, os Estatutos que agora a regem e constituem o instrumento primordial do pleno exercício da autonomia que entretanto soube, com perseverança, conquistar.

Foi longo e laborioso o processo de gestação dos Estatutos. Quero aqui prestar a minha homenagem a todos os membros da comunidade universitária – docentes, investigadores, estudantes e funcionários – que, através dos seus representantes legítimos ou em debates mais alargados, protagonizaram este momento relevante da nossa Universidade. Inestimável se revelou a colaboração

e o empenho da Comissão que, entre Dezembro de 1988 e Março do corrente ano, deu corpo ao projecto que o Reitor levou para discussão e aprovação à Assembleia constituída por força da Lei de Autonomia. O mérito desse trabalho inicial pode bem medir-se pela circunstância de mais de dois terços do articulado do projecto ter sido aprovado pela Assembleia, com alterações mínimas ou, até, sem qualquer alteração.

Apesar disso, foi vivo, e muitas vezes polémico, o debate travado na Assembleia constituinte. Nem sempre se terão consagrado as melhores soluções, o que poderá gerar dificuldades, que terão de superar-se pela via da democraticidade e do consenso e com espírito de criatividade.

Um dos aspectos inovadores dos Estatutos, e também dos mais discutidos, é, certamente, o que diz respeito à importância que neles se confere aos estudantes e, em especial, à Associação Académica e aos Organismos Autónomos.

Quero reafirmar a minha convicção de que é inteiramente justificado esse relevo. Ninguém pode ignorar a história já centenária da Associação Académica ou o seu lugar ímpar entre as associações estudantis europeias; muito menos se pode esquecer a valiosa contribuição que, sobretudo nas áreas da cultura e do desporto, a Universidade de Coimbra tem recebido dos seus estudantes. O título que os Estatutos consagram à Associação Académica, bem como o artigo que fixa como obrigação do Senado a elaboração de uma carta dos direitos e dos deveres dos estudantes, mais não representam do que o reconhecimento institucional de uma importância que este corpo da comunidade universitária soube, também, adquirir.

O resultado final, traduzido na expressiva maioria que democraticamente aprovou os Estatutos da Universidade de Coimbra, representa, simultaneamente, o culminar e o reflexo daquela que se configura como uma das mais enriquecedoras experiências da instituição a que nos orgulhamos de pertencer.

Conscientes do ponto de viragem que este ano primeiro da autonomia significa, nele quisemos entrar com a consagração do princípio de que a Universidade de Coimbra, “depositária de um legado histórico sete vezes secular, na linha do humanismo europeu”, está igualmente preparada para afirmar e consolidar “a sua abertura ao mundo contemporâneo, à cooperação

entre os povos e à interacção das culturas, no respeito pelos valores da independência, da tolerância e do diálogo, proclamados na Magna Carta das Universidades Europeias”, por mim assinada em Bolonha, há cerca de um ano.

Entidade que se quer dinâmica e interveniente em ordem ao pleno desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico da sociedade contemporânea, a Universidade necessita de se impôr, cada vez mais, como centro de criação e transmissão de conhecimento. A autonomia — de que os Estatutos agora aprovados são o instrumento primeiro e os regulamentos das Faculdades a extensão indispensável — permitirá que ela do mesmo modo se reafirme e aprofunde como um espaço privilegiado de permanente reflexão dialógica e de livre interrogação crítica.

Agente impulsionador de uma sociedade em progresso constante, é vital, para a Universidade e para a consolidação do regime autonómico, que na sua vida institucional se garantam e se pratiquem as liberdades e os direitos que a Universidade tem justamente reclamado para si própria. Por isso nós aprovámos que “no quadro da legalidade democrática e da observância dos direitos e liberdades fundamentais, a Universidade de Coimbra rege-se pelos princípios da solidariedade universitária, da liberdade académica, da pluralidade e livre expressão do pensamento, do direito à informação, da gestão democrática e da participação de todos os corpos universitários na vida da instituição”.

Com este e os outros princípios orientadores da autonomia, cabe-nos construir o futuro da nossa Universidade.

Por mim, e seja qual for o meu posto, estarei nesse combate.

SENHOR PRIMEIRO MINISTRO  
SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL  
SENHORES MINISTROS E SENHORES SECRETÁRIOS DE ESTADO  
DIGNÍSSIMAS AUTORIDADES  
SENHORES REITORES E VICE-REITORES  
SENHORES DOUTORES  
SENHORES ASSISTENTES E INVESTIGADORES  
SENHOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA  
CAROS ESTUDANTES  
PREZADOS FUNCIONÁRIOS  
SENHORAS E SENHORES

1. A sua presença hoje, aqui, nesta cerimónia, *Senhor Primeiro-Ministro*, e a sua visita à Universidade, constitui para nós uma honra e um estímulo, pelos quais lhe expresso, com as melhores saudações, o mais vivo agradecimento.

Ao ilustre Presidente do Tribunal Constitucional e aos ilustres Ministros e Secretários de Estado exprimo também os nossos mais gratos cumprimentos.

Agradeço igualmente às Digníssimas Autoridades, civis, militares, religiosas e académicas, e bem assim aos demais presentes, que tanto nos sensibilizam com a sua vinda.

A presença de S. Ex.<sup>a</sup> o Primeiro-Ministro nesta sessão solene não é seguramente alheia às comemorações do VII Centenário da Universidade de Coimbra. No ano em que a Universidade em Portugal comemora sete séculos de existência, essa presença constitui uma forma de prestar pública homenagem à Universidade mais antiga do País e que legitimamente assume e encabeça esse mesmo sétimo centenário.

Noutra ocasião, que não hoje — por razões óbvias, e até pela estreiteza do tempo de que disponho para a minha alocução —, farei o balanço das celebrações e darei conta do que se fez e do que está para ser feito, dentro dos graves constrangimentos existentes, sobretudo financeiros, que vai ser necessário, na medida do possível, remover.

Mas gostaria de recordar aqui palavras que proferi, na memorável sessão da Assembleia da República dedicada ao VII Centenário. Estas palavras, mais exactamente: “Importa que as celebrações do VII Centenário da Universidade de Coimbra não tenham um alcance passadista, mas um cunho actualista e prospectivo. Esta postura significa que se procura rever o passado com os olhos postos no futuro e, por outro lado, ganhar novos estímulos e forças em ordem a significativos avanços no desenvolvimento, humano e material, da Universidade. Daí que a comemoração dos 700 anos da Universidade, num programa aberto e multiforme — do qual já muito se fez e mais se fará — deva decorrer de molde a que se não esqueçam as festividades, mas se ponha a tónica em empreendimentos científicos e culturais, e em outras realizações de progresso para a Universidade”.

Ora a presença do Senhor Primeiro-Ministro não tem apenas aquele significado de homenagem, mas um outro: honrar o passado da Universidade através da preparação do futuro. Por isso essa visita é também, eu diria, antes de tudo, uma visita de trabalho. Após a assinatura de protocolos na área desportiva — que, no tocante à Universidade, através da estrutura do Estádio Universitário, envolve uma verba de 50.000 contos — e da visita aos terrenos onde será implantado o Pólo II da Universidade, o Senhor Primeiro-Ministro reuniu, na Reitoria, com as Autoridades Académicas. E anunciou-nos a publicação de um despacho-conjunto, assinado pelo Primeiro-Ministro e pelos Ministros do Planeamento e da Administração do Território, da Indústria e Energia, e da Educação.

É o seguinte o texto completo desse despacho:

“No momento em que cumpre o sétimo centenário de existência, a Universidade de Coimbra emerge, no seio da comunidade universitária e científica de Portugal, como um símbolo de vivência e aprofundamento do ideal universitário.

A Universidade de Coimbra defronta-se, porém, nos dias de hoje, com a necessidade de, até em homenagem à tradição que corporiza, se oferecer



também como exemplo de capacidade de renovação e de modernização no quadro da profunda evolução que percorre o tecido universitário nacional.

Considerando o transcendente significado da missão cometida às instituições universitárias portuguesas, num contexto de desenvolvimento do País e de afirmação do lugar da nação portuguesa no âmbito comunitário;

Considerando os imperativos que da Lei da Autonomia Universitária decorrem para as Universidades;

Considerando a preocupação do Governo em dotar as universidades de instalações e equipamentos adequados à completa prossecução das suas atribuições;

Considerando a especial responsabilidade da Universidade de Coimbra, que lhe advém de um passado prestigioso e, bem assim, atendendo às exigências da renovação e da modernização dessa Universidade;

Determina-se:

1. É aprovado o projecto de afectação dos terrenos destinados à construção do Pólo II daquela Universidade, conforme planta anexa ao presente despacho conjunto.

2. Com vista à obtenção dos financiamentos necessários à gradual realização do projecto referente ao Pólo II da Universidade de Coimbra, o Governo apoiará as candidaturas a apresentar pela Universidade de Coimbra às várias fontes de financiamento, nacionais e comunitárias, designadamente ao PIDDAC/PRODEP, ao Programa CIÊNCIA e ao PEDIP, no quadro dos regulamentos aplicáveis e das prioridades globalmente definidas.

3. Na apreciação das candidaturas a apresentar pela Universidade de Coimbra será concedida prioridade às áreas de Engenharia e das Tecnologias, no que concerne à implantação dos equipamentos incluídos no Pólo II”.

2. A leitura do despacho, e os esclarecimentos e explicações que na reunião de há pouco foram fornecidos, permitem concluir que se trata de uma importante decisão de política universitária. Julgo mesmo que representa um verdadeiro salto qualitativo no âmbito do desenvolvimento físico ou das instalações da Universidade de Coimbra.

O despacho refere-se apenas ao *Pólo II*. Isto não significa, é bom de ver, que sejam esquecidos tanto o Pólo III como o Pólo I. Quer apenas

dizer que o Governo considera prioritária a construção do Pólo II. No tocante à matéria que está fora do âmbito do despacho, não lhe é reconhecida primeira prioridade, mas não se diz, nem poderia dizer-se, que deixa de ser objecto de atenção e realizações. Sê-lo-á, se for esse o interesse da Universidade e se alcançarem os necessários recursos financeiros.

Não podendo fazer-se tudo ao mesmo tempo, o que no despacho se considerou prioritário é realmente uma primeira prioridade para a Universidade de Coimbra, que de há muito vinha reclamando contra a situação muito grave — a mais grave de todas, neste momento — em que se encontram as áreas da Engenharia e das Tecnologias.

O despacho conjunto compreende-se, pois, quanto ao seu âmbito de aplicação. No tocante àquilo que estatui, não quantifica recursos financeiros nem tempos de construção e obras. Mas, ao estabelecer que o Governo “apoiará” as candidaturas a apresentar pela Universidade de Coimbra, assume um compromisso político, ou político-jurídico, que, sob pena de ficar sem conteúdo, vai ter óbvias consequências económico-financeiras.

Quais, exactamente? É cedo para o dizer. Mas não é cedo para entender que o Governo estará, além do mais, disposto a disponibilizar as participações inerentes às candidaturas apresentadas, bem como ao inevitável acréscimo de encargos com a sua execução. A Universidade, por seu lado, encontrar-se-á certamente mais motivada para prosseguir os trabalhos que vem desenvolvendo e apresentar novos projectos.

Sendo assim as coisas, não podemos deixar de vivamente nos congratular com a decisão do Governo expressa no despacho-conjunto que acaba de ser anunciado.

Estão criadas as condições para que o Pólo II, em matéria de construções, arranque, finalmente.

3. Relativamente a outras *instalações*, o facto mais saliente do ano que findou foi a inauguração das novas instalações da Faculdade de Economia, acto que foi presidido por S.Ex.<sup>a</sup> o Senhor Presidente da República, aquando da Presidência Aberta, em Coimbra. Registe-se, neste capítulo, o protocolo de cooperação que vai hoje ser assinado entre o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e a Universidade de Coimbra, tendo em vista a construção do edifício da Medicina Dentária (2.<sup>a</sup> fase).

**4.** Foram grandes as carências *financeiras* durante o ano que findou.

Elas resultaram designadamente do atraso do reforço necessário para fazer face aos encargos decorrentes da aplicação do Novo Sistema Retributivo da Função Pública e da falta do reforço necessário para suportar os encargos com a ADSE. E até parte do saldo da conta de gerência do ano anterior (cerca de 48 mil contos) teve de ser aplicado no pagamento de subsídios de férias.

Como não podia deixar de ser, as dificuldades orçamentais tiveram consequências danosas. Por exemplo, durante alguns meses não foi possível dar andamento a promoções nem proceder a novas contratações.

Em fins de Dezembro, a situação de ruptura foi ultrapassada com a entrega do mínimo estritamente necessário para o pagamento dos vencimentos, mas o ano terminou sem poderem ser satisfeitos determinados compromissos assumidos, em especial com docentes ligados à Formação Educacional e com a Segurança Social.

A dotação orçamental que nos foi fixada para 1991 (seis milhões quatrocentos e cinquenta e cinco mil contos) corresponde a cerca de 80% das necessidades de financiamento.

Há que reconhecer, todavia, que as verbas comunitárias destinadas à formação, já atribuídas, bem como outras que se destinam à investigação (Programa Ciência) virão atenuar um pouco as apontadas carências.

No respeitante ao PIDDAC, não foi, nem é melhor, a situação. Os 870 mil contos atribuídos em 1990 estiveram longe de resolver os problemas mais prementes. Em Maio passado, fomos obrigados a pedir um reforço, devidamente justificado, que totalizava 766 mil contos. Não só não foi satisfeito o pedido de reforço, como, bem pelo contrário, o PIDDAC para 1991 veio atribuir-nos apenas 250 mil. Como entretanto novos problemas surgiram, solicitou-se um reforço de 942 mil contos.

A situação é grave, como se vê.

**5.** Apesar das dificuldades existentes, mormente de natureza financeira, a Universidade de Coimbra prosseguiu, no ano transacto, a sua caminhada. Caminhada, para onde?

No discurso que proferi na Assembleia da República e a que já aludi, referi-me aos grandes *objectivos* da Universidade. Permito-me lembrar as minhas palavras de então.

“Eu diria, em apertada e por isso algo redutora síntese, que a Universidade do futuro – e de um futuro mais ou menos próximo – há-de buscar amplas reformas de cursos, conteúdos e métodos de ensino, capazes de actualizar e activarem o que nela se ensina e aprende, apontando mesmo para um novo perfil de aluno e de professor, o que será um dos aspectos relevantes do percurso da instituição universitária na pós-modernidade. Essas reformas serão, a meu ver, pressionadas e potenciadas pelo corpo estudantil, que conseguiu, na Lei da Autonomia Universitária e nos Estatutos das Universidades – de um modo geral, mas sobretudo em Coimbra –, um assinalável reforço de poder e influência. Reforço que muitos lamentam mas com o qual me congratulo, por o julgar justo e por constituir uma garantia de dinamização e rejuvenescimento das Universidades.

Além deste acréscimo da importância relativa do ensino e da pedagogia, julgo que se exigirá da investigação científica uma melhor articulação com o ensino, por um lado, e com a Sociedade, por outro. Neste segundo aspecto, avultará o papel da investigação contratual, actuada através de protocolos e convénios com empresas, entidades governamentais, autarquias e outros entes, públicos e privados. De toda a maneira, tornar-se-á mister uma revitalização da investigação científica, que corresponda a políticas não heteronomamente impostas.

Num outro plano – mas todos, claro está, se interligam – impõe-se à Universidade reforçar a sua componente cultural e implementar mesmo uma política de cultura “a se”, própria, autónoma, e não apenas aquela que aparece, necessariamente, coenvolvida no ensino e na pesquisa científica. É um passo imprescindível para a Sociedade de Cultura, que ambicionamos”.

Estará a Universidade de Coimbra no rumo destas novas perspectivas da educação, ciência e cultura?

Responderei, convictamente, que sim.

6. Na verdade, o último ano lectivo e o começo do actual revelaram, no plano *do ensino e da pedagogia*, uma forte pressão estudantil. A maior

parte das exigências feitas acham-se corporizadas nas conclusões saídas das “IV Jornadas Pedagógicas”, organizadas pela Associação Académica de Coimbra, e parte delas encontrarão certamente expressão no documento que a mesma Associação levará ao Senado como projecto de regulação dos direitos e deveres gerais dos estudantes. Espero que se encontrem as respostas adequadas às pretensões dos alunos e aos interesses gerais da Universidade. Trata-se, ninguém duvide disso, de questões graves e instantes.

Essas respostas têm a ver, entre outras coisas, com a “ratio” docente-discente, que, em diversos sectores da nossa Universidade, é irrazoável e mais gravosa do que noutras Universidades.

Refiro, neste contexto, mas falando só em termos globais, que a Universidade de Coimbra foi, no ano lectivo findo, frequentada por 16.384 estudantes, sendo 7.267 do sexo masculino e 9.117 do feminino (uma diferença, por conseguinte, a favor das mulheres, de 1.850 alunos), e tendo o número de licenciados sido de 1.650.

A este corpo discente, em rápido crescimento, correspondeu um número de docentes que se fixou em 1.247. Os doutoramentos no ano transacto foram 24 — sem contar com 4 doutoramentos “honoris causa” — a que se juntam 8 equivalências ao grau de doutor. Urge alargar o corpo docente e disponibilizar, para tanto, meios financeiros.

Continua por criar, só faltando a necessária autorização do Governo, a Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física. Na Universidade — e mesmo, na cidade e na região — considera-se essa criação como uma necessidade premente e não se compreende a razão da tardança governamental. Porque não nos falta a vontade nem mingua a razão, continuaremos a pugnar, sem desfalecimento, até que esse objectivo seja conseguido. Sê-lo-á, concerteza.

7. Em matéria de *investigação científica* — pura, aplicada e contratual — a Universidade de Coimbra está fazendo um assinalável esforço, no sentido há pouco preconizado, esforço esse que em numerosas ocasiões tenho referido e salientado. Registo aqui a grande importância dos projectos apresentados a fundos comunitários, em especial ao PRODEP e ao CIÊNCIA.

**8.** Relativamente à *cultura*, não faltaram realizações da mais diversa ordem no ano lectivo findo, várias das quais integradas no programa do VII Centenário. Em termos globais, seja-me lícito salientar a acção da Biblioteca-Geral – cuja capacidade de acção vai ampliar-se com a modernização informática – e do Arquivo da Universidade. Uma referência especial para a Associação Académica – Direcção-Geral, Secções e Organismos Autónomos.

Notarei ainda que a Reitoria está a preparar um plano de acção cultural, a apresentar ao Senado.

**9.** No plano da *acção social*, devo notar que os Serviços Sociais da Universidade de Coimbra – que aliás também servem os estudantes do ensino politécnico – têm continuado a dar mostras de empenhamento e capacidade inovadora, sem embargo das grandes carências do sector.

Saúda-se a manutenção do regime de gestão participada pelos estudantes, o plano de transformação de cantinas em restaurantes, com vantagem no que concerne à variedade, qualidade e horário das refeições, e a receptividade da acção Universidade-Municípios, no âmbito da habitação estudantil. Realce para a inauguração, em breve, de um espaço de cultura e convívio académico, na área do antigo Hospital. E para a reestruturação funcional dos Serviços Médico-Universitários, sendo, porém, de reconhecer e lamentar o atraso que houve neste processo.

Referência especial merece o serviço de apoio aos estudantes deficientes, que aliás não funciona no âmbito dos Serviços Sociais, mas no dos Serviços Centrais.

**10.** No domínio das relações *exteriores* da Universidade, a nível nacional ou internacional, gostaria de mencionar que a Universidade de Coimbra assinou com instituições portuguesas ou estrangeiras, em 89-90, convénios, protocolos e acordos de cooperação em número de 19, estando para discussão, decisão ou assinatura, relativamente ao mesmo período, mais 26.

Vários desses actos inserem-se na extensão da Universidade à comunidade, área que certamente muito ficará a dever à acção do Conselho Social, para o qual vou designar um professor universitário, como meu representante, com a qualidade de Vice-Presidente.

Destaque-se também, neste contexto, a constituição, que ocorreu há poucos meses, do Instituto Pedro Nunes.

No que concorre às relações internacionais, salienta-se, entre inúmeras actividades, a prossecução do programa ERASMUS, bem como a acção do – “Grupo de Coimbra” de Universidades europeias, que é integrado, no momento, por 24 Universidades das mais prestigiosas da Europa e cujos Reitores ou Presidentes se reuniram pela primeira vez, em Assembleia Geral, na nossa Universidade, em Abril passado. Anote-se, igualmente, a constituição da Fundação Complutense-Casa de Medina-Sidónia, que integra o mais importante arquivo particular da Península Ibérica e de cujo órgão directivo, como Reitor da Universidade de Coimbra, faço parte. Anote-se também o importante passo dado pelo Parlamento Europeu e pela Comissão das Comunidades no tocante ao projecto de criação, na Universidade de Coimbra, de um Colégio Europeu, para estudos pós-graduados, que deverá ser instalado no antigo Colégio da Trindade. A Universidade de Coimbra continua assim a cuidar, institucionalmente, da sua projecção internacional, prestando especial atenção ao desenvolvimento das relações universitárias no quadro comunitário europeu e no âmbito dos países de expressão oficial portuguesa.

**11.** Os desígnios da Universidade de Coimbra, e incontáveis actos da sua vida, têm hoje como referencial obrigatório o princípio da *autonomia*, consagrado na Constituição da República e reafirmado e desenvolvido na Lei da autonomia universitária e nos Estatutos da Universidade.

No ano lectivo transacto, sobretudo depois da minha reeleição como Reitor e da constituição da nova equipa reitoral, deram-se passos importantes, embora com alguma lentidão, tendo em vista explicitar e desenvolver essa autonomia.

O Senado revelou algumas dificuldades de funcionamento, que esperamos sejam superadas através do seu regulamento, entretanto elaborado, e das suas secções permanentes, agora instituídas, as quais, pela sua competência especializada e pela sua reduzida dimensão, se irão seguramente revelar eficazes e operativas, permitindo reduzir o número e potenciar os efeitos das reuniões plenárias.

Procede-se à reestruturação dos Serviços Centrais (Administrativos, Académicos e de Apoio ao Reitor), enquanto, por seu turno, as Faculdades procedem à feitura dos seus Regulamentos, tendo já sido elaborados e homologados os das Faculdades de Letras, Psicologia e Ciências da Educação, Economia e Farmácia.

Vai instituir-se a Imprensa da Universidade, criada ou recriada pelos novos Estatutos, e fazer-se um estudo que permita tomar novas decisões sobre distinções e cerimónias académicas.

Não pode esquecer-se que, para as Universidades em geral, o Ministério da Educação, em colaboração com o Conselho de Reitores, procede à revisão de variada legislação universitária que carece de ser harmonizada com a letra e o espírito da Lei da Autonomia. O CRUP, por seu turno, tem quase concluído o projecto de reestruturação, tendente a reforçar a sua capacidade de intervenção e eficiência e a adequá-lo às novas realidades do poder universitário autónomico, na linha fundamental da própria Lei da Autonomia, que atribui ao Conselho uma função de coordenação das Universidades, “sem prejuízo, porém, da autonomia própria de cada uma delas”.

## 12. Senhor Primeiro-Ministro

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Do sintético relatório que acabo de ler — e que será completado pela divulgação, em devido tempo, dos relatórios sectoriais das Faculdades e Serviços — que ideia se tira?

Julgo que esta.

A Universidade de Coimbra orgulha-se do seu passado sete vezes secular e luta, com afinco, no presente, para “no respeito pelos valores da independência, da tolerância e do diálogo” — são palavras dos Estatutos — e em espírito de solidariedade universitária e interuniversitária, ultrapassar dificuldades de toda a ordem. Apesar destes entraves ao seu desejável desenvolvimento — entraves de que hoje dei parcialmente conta — é mister arredar o hipercriticismo e a autocompaixão, tanto mais que vos trouxe também, Senhoras e Senhores, não poucas indicações e indícios positivos. Entre estes avulta, pela sua importância e ineditismo, o despacho-conjunto hoje anunciado pelo Senhor Primeiro-Ministro. A presença do Professor



Cavaco Silva, acompanhado por destacados membros do Governo, reforça o relevo da medida ora anunciada, que se espera venha a ser um factor de relevante progresso para a nossa Universidade.

Por ser assim, e sem esconder, realisticamente alguma expectativa, a minha última palavra é de esperança. De esperança no porvir, de confiança no futuro. Ao comemorar 700 anos, não precisamos ter saudades do passado. Como disse o poeta, preciso é ter saudades do futuro.

25.01.91

(Página deixada propositadamente em branco)

SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DO SISTEMA EDUCATIVO  
REPRESENTANTE DO SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO  
SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DO SENHOR  
MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
DIGNÍSSIMAS AUTORIDADES CIVIS, MILITARES, RELIGIOSAS E  
ACADÉMICAS  
SENHORES DOUTORES  
SENHORES ASSISTENTES E INVESTIGADORES  
SENHOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA  
CAROS ESTUDANTES  
PREZADOS FUNCIONÁRIOS  
SENHORAS E SENHORES

1. Acontece hoje a *abertura solene* do ano lectivo 91-92, na Universidade de Coimbra. Tardamente. O motivo da tardança deve-se, como é sabido, ao facto de só agora estarem todas as Faculdades em funcionamento.

As razões que levaram as Faculdades de Medicina e Direito a adiarem o início do ano escolar, prendem-se directa ou indirectamente com *questões orçamentais*. Ultrapassadas algumas destas questões, subsistem, na Universidade de Coimbra e nas outras Universidades, graves problemas.

Tanto assim é que o Conselho de Reitores, em reunião que teve lugar no último fim-de-semana, deixou “claro que nem na forma como foram determinadas, nem nos quantitativos, as verbas recentemente disponibilizadas para as Universidades podem merecer a sua concordância; e merece a sua total reprovação a forma como foram encontradas contrapartidas de cobertura”.

O CRUP, depois de reprovar a violação, nesta matéria, de princípios fundamentais, que especifica e me abstenho de enumerar aqui, “afirma-se

disponível para discutir formas de sanar a situação criada” e adianta para discussão diversas soluções, tanto em relação ao orçamento de 92, como inclusivamente ao próprio orçamento do corrente ano.

Tendo em vista essa discussão, foram acordadas urgentes reuniões de representantes do CRUP com o Ministério da Educação, havendo entretanto as Universidades decidido retardar o envio das propostas do orçamento do próximo ano, que deveriam ser elaboradas segundo os “plafonds” e nos prazos fixados pela Tutela.

Por último, o CRUP, no documento a que me estou reportando, “sente-se na necessidade de lembrar posição anterior em que afirmou, como o faz hoje, não desejar ser forçado a reconhecer a inviabilidade do prosseguimento das actividades académicas, situação que, a acontecer, será o Conselho o primeiro a lamentar”.

A situação, como se vê, é geradora da maior preocupação.

Reconhecendo embora o empenhamento posto nestas questões pela nova equipa do Ministério da Educação, e o crédito que ela merece, não podem as Universidades deixar de defender os seus justos pontos de vista e de lutar por eles. Assim tem feito, e assim continuará a fazer, a Universidade de Coimbra. A sua situação é extremamente crítica, quanto ao Orçamento de Estado e ao PIDDAC, como resulta das estimativas feitas e que o Governo bem conhece. Com determinação e firmeza, mas com a necessária objectividade e racionalidade, procuraremos encontrar as soluções adequadas, na certeza de que as coisas não podem ficar como estão.

2. Em matéria de fundos, há que contar também com as verbas dos *programas comunitários*, em especial do PRODEP, do CIÊNCIA e, embora em medida menos significativa, do PEDIP.

São conhecidas já diversas afectações à nossa Universidade, especialmente quanto ao PRODEP e ao CIÊNCIA, as quais, de resto, foram objecto de memorandos por parte da Reitoria, tendo nomeadamente em conta a incidência, nesta matéria, do Despacho-conjunto referente à Universidade de Coimbra e assinado, está quase a fazer um ano, pelos Senhores Primeiro-Ministro e Ministros da Educação, do Planeamento e da Indústria. Dado, todavia, o montante que falta atribuir à Universidade de Coimbra, não é

ainda possível emitir um juízo definitivo e fundamentado sobre o tratamento que a Universidade, no seu todo, teve neste âmbito, embora se reconheça que se trata, sobretudo quanto ao PRODEP, de quantitativos importantes e significativos.

3. Estas verbas têm especial relevância quanto aos *Pólos II e III* da Universidade. No *Pólo II*, projecto que mudará a face da Universidade de Coimbra e cujas obras se iniciaram em Setembro passado, haverá áreas para ensino e investigação, para investigação e desenvolvimento destinadas a projectos universidade-empresa, para actividades culturais, práticas desportivas e serviços sociais, para instalações académicas, para serviços administrativos e de manutenção. O plano desenvolve-se por fases, e na 1.<sup>a</sup> fase, cuja conclusão se prevê para 1993, será dada prioridade à Faculdade de Ciências e Tecnologia, e dentro dela aos departamentos de Engenharia Civil, Engenharia Electrotécnica, Engenharia Mecânica e Engenharia Química, além do Centro de Inovação e Transferência de Tecnologia. Conta-se, para já, com uma verba de aproximadamente dois milhões e 700 mil contos, conseguida através do programa PRODEP, que será articulada com verbas dos Programas CIÊNCIA e PEDIP. Quanto ao *Pólo III*, este desenvolver-se-á junto do novo Hospital da Universidade de Coimbra e aí se instalará a nova Faculdade de Medicina. A primeira unidade a ser construída será o Instituto Biomédico de Investigação da Luz e da Imagem (IBILI).

No tocante ao *Pólo I*, merece destaque a continuação da construção da Faculdade de Economia, a reconstrução da antiga Farmácia dos H.U.C. para a Faculdade de Farmácia, o projecto do “Colégio Europeu”, a instalar no Convento da Trindade, e o projecto do anfiteatro para a Faculdade de Direito.

4. Em matéria de *financiamento*, cumpre ainda aludir às receitas provenientes das visitas à parte monumental da Universidade, que começaram a cobrar-se em Julho passado e que excederam as previsões: em cerca de cinco meses obtiveram-se 30.000 contos, aproximadamente.

Reconhece-se a conveniência de a Universidade aumentar as suas receitas próprias, de que o caso ora apontado é um bom exemplo. Mas não

se peça a financiamentos desta natureza, nomeadamente ao proveniente do relacionamento com a indústria, mais do que é lícito esperar dele. Os objectivos fundamentais e a natureza da Universidade levam a que os fundos próprios constituam uma parte relativamente diminuta das receitas globais das Universidades.

E quanto às propinas, de que hoje tanto se fala?

O problema das propinas, nos cursos de licenciatura, constitui uma questão de grande melindre, até porque há décadas que não se toca no seu montante e a directiva da nossa Lei Fundamental é no sentido de “estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino”. Envolve, por outro lado, uma corresponsabilidade do Governo, pelo que não podem ser só as Universidades, nem principalmente elas, a decidir tal problema. É aliás falso, ao contrário do que por vezes se vê referido, que os reitores pressionem o Governo em ordem a fixar aumentos substanciais de propinas.

Se isso vier a acontecer, e decerto de forma gradual, não será coisa para já, nomeadamente para o presente ano lectivo. E deverá passar por um amplo debate público, em vista de uma solução consensual ou, pelo menos, negociada. Não creio, aliás, que a comunidade universitária, em especial os estudantes – cujo peso, nesta como noutras matérias, seria grave erro subestimar – aceite um substancial aumento de propinas sem que ele seja acompanhado, se não mesmo precedido, de uma reformulação da política social escolar e sem que, por outro lado, fique claro que tal aumento deve representar um autêntico acréscimo de receita para as Universidades e não uma mera diminuição de despesa para o Estado.

**5.** A gravidade das questões orçamentais não coenvolve uma visão economicista, e menos ainda empresarial, da Universidade. Não deverá, portanto, ofuscar os problemas da educação, ciência e cultura que, para além da sua vertente financeira, se põem à Universidade de forma primordial.

Tenho, em diversas ocasiões e instâncias, versado esses problemas. Não o farei agora, a não ser para referir, de relance, os seguintes pontos.

**5.1.** Assume grande acuidade a *questão pedagógica*. A maior consciencialização dos docentes, como o revela um recente colóquio na Faculdade

de Psicologia e de Ciências da Educação – a dos estudantes, essa há muito que se vem impressivamente manifestando – é um dado positivo a este propósito.

**5.2.** No ano lectivo findo frequentaram a Universidade de Coimbra 17.099 *estudantes*, sendo 7.638 do sexo masculino e 9.461 do feminino. Licenciaram-se 1.799 alunos.

O número de *docentes e investigadores* foi de 1.280. Houve 38 doutoramentos e 13 equivalências ao grau de doutor. Foram 3 os doutoramentos “honoris causa”. A “ratio” docente-aluno atinge valores críticos em diversas áreas. Medida que se aplaude, ainda que insuficiente, foi a atribuição à Universidade, pelo novo Governo, de uma quota de 50 assistentes, metade do número global atribuído às Universidades.

A Universidade de Coimbra, no período a que se refere o presente relatório teve ao seu serviço cerca de 1.500 *funcionários*, número a que acrescem 650, nos Serviços Sociais. Merece especial referência a constituição da Associação Nacional dos Funcionários das Universidades Portuguesas (ANFUP).

**5.3.** Prossegue em bom andamento o processo de criação de uma licenciatura em *Jornalismo*, na Faculdade de Letras, a qual deverá começar a funcionar no próximo ano lectivo.

**5.4.** Quanto à *Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física*, depois de uma longa espera, não foi ela autorizada pelo Governo, contra uma legítima e mais que fundada expectativa.

O problema foi posto ao novo Ministério da Educação, aguardando-se a sua decisão. Se não ocorrer uma tal autorização, ao menos a curto ou médio prazo, a Reitoria tem prevista e regulamentada, para apresentar ao Senado, a criação de um curso, que não é uma mera licenciatura, a criar no âmbito da Reitoria, dotado embora de uma estrutura própria e autónoma, e que deverá iniciar-se no próximo ano lectivo.

**5.5.** Em matéria de *investigação científica* – fundamental, aplicada e contratual – há a salientar a inserção de importantes projectos em esquemas

e fundos comunitários, e a celebração ou implementação de diversos protocolos.

Aguarda-se com expectativa a definição da política governamental após a integração do INIC no Ministério do Planeamento, tendo em vista a sua extinção. Conto-me entre os que tornaram já posição pública sobre o assunto e manifestaram a sua disponibilidade para um debate a este propósito, o qual se impõe, até porque a liquidação do INIC, e as suas consequências, reclamam aturada reflexão e não devem ser impostas, mas antes propostas, à comunidade científica.

**5.6.** No tocante à área da *cultura*, remeto as necessárias e numerosas especificações a este propósito para os relatórios sectoriais que me foram remetidos e cuja publicação será oportunamente feita.

**6.** Com a pesquisa científica e a cultura têm particularmente a ver as comemorações do *VII Centenário da Universidade* de Coimbra.

Proseguiu, no ano transacto, o rol de realizações integradas nessas celebrações. Permito-me realçar as que tiveram lugar no dia 1 de Março, data da fundação da Universidade, e em especial a apresentação de publicações, incluindo os 5 volumes das actas do Congresso sobre a História da Universidade, publicações cujo valor total ascendeu a cerca de 50.000 contos, sendo que um pouco menos de metade dessa importância correspondeu a mecenato cultural.

Em relação ao que falta realizar nesta matéria, direi que está para breve o anúncio público e solene do notável empreendimento que será a História da Universidade em Portugal. Os objectivos e planos da obra, e o escol de responsáveis e colaboradores, permitem esperar que ela constitua um grande sucesso, científico e cultural.

**7.** Focando agora os *Serviços Sociais*, cabe dizer que eles continuam a ser os de maior dimensão de entre os serviços sociais das Universidades, quer em número de beneficiários quer em variedade de serviços. Registe-se, a propósito, o êxito que constituiu, até financeiramente, o Centro Cultural e de Convívio D. Diniz.



Pretende-se um maior apoio directo ao estudante carenciado, estudando-se neste momento uma regulamentação que permita, de harmonia com instituições bancárias e outras empresas e entidades, a abertura de linhas de crédito aos estudantes. Por outro lado, foi elaborada uma proposta de Lei de Bases da acção social escolar para o ensino superior.

Conseguiu-se minorar os inconvenientes do atraso no pagamento de bolsas por falta da correspondente dotação. Vai ser feita, finalmente, uma reestruturação dos Serviços Médicos Universitários.

**8.** No desenvolvimento da *autonomia universitária* e no contexto da Universidade de Coimbra, têm sido dados importantes passos, entre os quais avulta a elaboração e aprovação dos Regulamentos das Faculdades.

**9.** A *internacionalização* das questões universitárias, sobretudo no âmbito da Comunidade Europeia e dos países de expressão oficial portuguesa, continua a ser uma preocupação da Reitoria e da Universidade em geral. A Universidade de Coimbra está, neste aspecto, excelentemente colocada, como o comprovam, entre muitos outros sinais, as destacadas instituições e entidades que pretendem com ela ligações de vária natureza, o desenvolvimento do “Grupo de Coimbra”, a que no ano passado acresceram mais 7 prestigiosas Universidades, e o facto de ser, no programa ERASMUS, a Universidade portuguesa que tem mais acções, envolvendo um fluxo de 150 estudantes.

**10.** Fiz, Senhoras e Senhores, um sucinto relato, omitindo, por isso mesmo, inúmeros aspectos da vida universitária do ano lectivo findo. Acham-se eles descritos ou aludidos nos relatórios sectoriais das Faculdades, da Biblioteca-Geral, do Arquivo, dos Serviços Centrais e dos Serviços Sociais, relatórios que, como se tem feito nos últimos anos, serão oportunamente compendiados e publicados.

Apesar do sintetismo, o presente relato revela que na Universidade de Coimbra, no ano transacto, muita obra foi feita ou projectada, apesar das grandes carências e dificuldades com que a Instituição se defrontou e defronta. Não tiramos dali vaidade, nem daqui desânimo. Emerge, sim, a vontade de prosseguir, de fazer mais e melhor.

A presença dos ilustres convidados, a quem penhoradamente agradecemos, entendemo-la como um reconhecimento e um estímulo, no início de mais um ano de trabalho. Um ano que não se antevê fácil. Mas no qual a comunidade universitária que nós somos procurará, como de resto é seu dever estatutário, assegurar melhores condições para o exercício do direito à educação, à ciência, e à cultura, através de novos cometimentos no ensino, na pesquisa científica, na vivência cultural, na ligação à comunidade.

Buscaremos ser cada vez mais um agente impulsionador da Sociedade em que nos inserimos. *Uma melhor Universidade, numa Sociedade também ela melhor.*

11.12.91

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL  
EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES CIVIS, MILITARES, RELIGIOSAS  
E ACADÉMICAS  
SENHORES DOUTORES  
SENHORES ASSISTENTES E INVESTIGADORES  
SENHOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA  
CAROS ESTUDANTES  
PREZADOS FUNCIONÁRIOS  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

1. Desde há décadas que a abertura solene do ano lectivo na Universidade de Coimbra se realiza em *datas* diferentes e bem mais tardias que as correspondentes ao início efectivo dos trabalhos escolares. Se isso tem algumas vantagens, e daí a aludida prática, afigura-se serem maiores os inconvenientes, e nem está, nesse sentido, a tradição, que fixava esse momento no dia 16 de Outubro.

O Senado Universitário, em sessão efectuada há poucos dias, determinou, por unanimidade, que:

“1. A abertura solene verificar-se-á todos os anos, a partir do ano lectivo de 1994-1995, na quarta-feira mais próxima do dia 16 de Outubro.

2. A cerimónia só não será cumprida nessa data se o Senado votar a sua não realização ou o adiamento, justificando essa decisão em motivos graves da vida académica. Nestes casos, pela sua importância, a decisão será devidamente publicitada.”

A partir do próximo ano, por conseguinte, a cerimónia da abertura solene dos trabalhos académicos ficará sujeita à regra indicada, muito próxima da solução tradicional. Desta feita, não pôde ainda ser assim.

Saliente-se que a hipótese do nº 2 se verificou no ano passado, em que se decidiu, em sinal de protesto, não realizar o acto formal de abertura.

2. Congregamo-nos, uma vez mais, na “*Sala Grande dos Actos*” – que para o ano, se tudo correr como se espera, apresentará modificações na sua estrutura física, tendentes a ampliar os “*doutorais*”, embora com respeito escrupuloso do “*espírito*” da Sala.

A todos os presentes exprimo gratas *saudações*. De uma forma especial, às Ilustres Autoridades que nos honraram com a sua vinda. Permita-se-me que releve, dentre elas, Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, Dr. Barbosa de Melo, o qual, no eminente posto que ocupa, não se esquece dos valores e das instâncias desta Casa, que aliás é a sua. Palavras de grato cumprimento endereço igualmente ao Senhor Dr. Cardoso da Costa, ilustre Presidente do Tribunal Constitucional, personalidade também da nossa Casa.

3. A cerimónia em que hoje participamos exprime, sob a serenidade de um velho, mas não gasto, ritualismo, uma realidade assaz viva e dinâmica. Do que foi essa realidade no ano académico que findou, devo eu dar-vos conta neste ensejo. Em consonância com a orientação que segui desde o início do meu reitorado, substituirei o tradicional e longo relatório por um simples e relativamente curto *relato*, que não é, de resto, mero balanço do passado. Um conhecimento mais pormenorizado da vida da Universidade de Coimbra em 1992-93 colher-se-á da leitura dos vários relatórios sectoriais das Faculdades e Estabelecimentos Anexos, da Biblioteca Geral e do Arquivo, dos Serviços Centrais da Universidade, dos Serviços e Estabelecimentos dependentes do Reitor e dos Serviços de Acção Social, relatórios esses que se espera sejam este ano mais rápida e amplamente divulgados no seio da comunidade universitária, e até fora dela.

Desses relatórios colhe-se, para além da inventariação de inúmeras *dificuldades e deficiências*, às vezes extremamente preocupantes, a impressão de uma vontade e actividade dignas de toda a atenção e louvor, e conformadoras de uma Universidade moderna e actuante.

4. No ano findo, o *ensino* foi ministrado, na Universidade de Coimbra, através de cursos de licenciatura, de mestrado, de especialização e pós-graduação, por 1.442 docentes e investigadores, tendo havido 33 doutoramentos e 8 equivalências ao grau de doutor, sem contar os doutoramentos “honoris causa”, que foram 3. O número total de alunos continuou a subir, tendo sido de 18.237, mais mulheres (10.221) que homens (8.016). Interessante salientar que se inscreveram, no período a que se reporta o presente relatório, 527 estudantes naturais de países de expressão portuguesa, 46 naturais de países da Comunidade Europeia e 182 naturais de outros países. Isto sem contar os estudantes estrangeiros ao abrigo dos programas ERASMUS e TEMPUS, que perfizeram 160. O número de licenciados foi de 2.117. De referir que a “ratio” docente-aluno atinge valores críticos em diversas áreas.

O número de funcionários, por sua vez, situou-se em cerca de 1.400, a que se juntam cerca de 600, que trabalham nos Serviços de Acção Social.

No plano do ensino, cabe destacar os passos dados, em 92-93, para o reconhecimento e organização do Curso de Ciências do Desporto e de Educação Física e da licenciatura em Jornalismo, cursos que, após injustificáveis dificuldades e demoras por parte da Tutela, entraram, no presente ano lectivo, em funcionamento, com o que muito nos congratulamos.

A *investigação científica*, apesar das consabidas carências e de algumas dificuldades advenientes do processo de extinção do INIC e nova articulação com a JNICT, conheceu relevantes desenvolvimentos, nomeadamente na vertente da investigação contratual, através da celebração ou implementação de diversos protocolos com instituições portuguesas ou estrangeiras.

Da actividade *cultural*, dá-se amiudada conta em alguns dos relatórios sectoriais a que aludi. Eles apontam para uma impressionante lista de publicações, congressos, colóquios, seminários, conferências, concertos e manifestações semelhantes. Não está nesses relatórios incluída a actividade cultural da Associação Académica, através da Direcção-Geral e das Secções e Organismos Autónomos, mas deve ser aqui lembrada e relevada.

5. Pelo que se refere ao *desenvolvimento físico* da Universidade, foi um ano de trabalho duro mas de resultados excepcionais, de que nos podemos

justamente orgulhar, em especial no que se refere aos novos Pólos (II e III), que mudarão a fisionomia da Universidade de Coimbra.

Concluídas que foram as terraplanagens do *Pólo II* em Setembro de 1992, realizaram-se as obras de infraestruturas do Pólo financiadas pelo PRODEP, a construção da primeira fase do Departamento de Engenharia Mecânica, com aquisição de mobiliário, obra que foi inteiramente financiada pelo programa PRODEP, e a construção, a terminar em inícios de 1994, da primeira fase do Departamento de Engenharia Electrotécnica. Neste último edifício estão incluídas áreas destinadas ao Centro de Informática e Sistemas e aos Institutos de Sistemas e Robótica e de Telecomunicações, financiados pelo programa CIÊNCIA.

Para a realização das obras mencionadas foram lançados 13 concursos públicos, 8 dos quais internacionais, tendo sido facturados aproximadamente 2.300.000 contos.

No corrente ano lectivo prevê-se a conclusão dos projectos dos edifícios para os Departamentos de Engenharia Civil e Engenharia Química, bem como o lançamento da obra destes edifícios e dos concursos de obra da segunda fase dos edifícios já começados. Iniciar-se-á também o projecto para a Unidade Pedagógica Central do Pólo II.

Cabe referir ainda o adiantamento dos trabalhos no edifício do Centro de Inovação e Transferência Tecnológica (CITT), estrutura física do Instituto Pedro Nunes, e, na vizinhança do Pólo, a conclusão das obras do Laboratório de Aerodinâmica Industrial.

No que toca ao *Pólo III*, já com a posse administrativa do terreno, encontra-se pronto e equipado o edifício do “Instituto Biomédico de Investigação da Luz e da Imagem” (IBILI/AIBILI), que orçou em cerca de 1.000.000 de contos e representa a primeira edificação de um conjunto já orçamentado quanto ao lançamento das infraestruturas e plano de pormenor, conjunto esse que se espera virá integrar, a seu tempo e com os apoios de vários Ministérios, um autêntico “*Pólo da Saúde*”, articulado especialmente com os HUC e a Faculdade de Medicina e dispondo das vivências de ensino, investigação e serviço à comunidade.

As realizações no âmbito dos novos Pólos (II e III), nas quais tiveram intervenção decisiva os respectivos Pró-Reitores e cujas inaugurações estão

previstas para muito breve, representam um momento alto da vida da nossa Universidade. Para aqueles que, em postos de responsabilidade, não acreditaram que as obras se fizessem, aí temos a resposta: estão feitas!

Por sua vez, no *Pólo I*, estão em vias de conclusão as obras da 2.<sup>a</sup> fase da Faculdade de Economia, prevendo-se para breve o lançamento do concurso para a remodelação da “Casa dos Limas”. Iniciaram-se as obras no Teatro Académico de Gil Vicente, que deverão terminar em Fevereiro próximo e estão orçadas em cerca de 200.000 contos – Teatro Gil Vicente, este, que prestou um decisivo apoio à realização de “Coimbra – Capital do Teatro”, promovida e subsidiada pela Secretaria de Estado da Cultura. Deu-se início também ao projecto de remodelação do Teatro Paulo Quintela, da Faculdade de Letras, continuaram as obras no “Colégio da Trindade”, destinado ao Colégio Europeu e com apoios financeiros do Parlamento Europeu e da Comissão das Comunidades, e foi lançado o concurso para o projecto do anfiteatro da Faculdade de Direito, prevendo-se que o início da obra tenha lugar no final de 1994, sendo o montante estimado para a obra de 165.000 contos, já atribuídos no PRODEP. Além disso, irá ser lançado, no início de 94, um concurso de ideias para o Plano de Reversão dos edifícios do antigo HUC e área envolvente, tendo em vista a elaboração posterior de projectos de recuperação para Faculdades ou Serviços.

#### 6. Ponto nevrálgico é, naturalmente, o *financiamento*.

Em 1992, a dotação inicial do orçamento da Universidade de Coimbra foi de 8.150.400 contos, atingindo, com as dotações adicionais, 9.353.691 contos. No mesmo ano, o PIDDAC, depois da retenção e da reserva de convergência que lhe foram aplicados, ficou reduzido a 569.071 contos.

Para o orçamento de 1993, as Faculdades e os Serviços pediram um pouco mais de 11 milhões de contos, mas o OE/93, segundo os dados do Ministério da Educação, é apenas de 9.629.592 contos. Tendo partido de uma dotação inicial de 9.033 mil contos, recebeu reforços, atribuídos pelo fundo do CRUP para novas contratações (143.605 contos) e pelo Ministério (89.507), para pessoal. Está ainda confirmado um reforço de cerca de 360.000 contos. Para o PIDDAC de 1993, as Faculdades e Serviços tinham solicitado valores que a Secção de Gestão e Planeamento do Senado reduziu

para 2.075.258 contos, dos quais nos foram atribuídos apenas 357 mil contos.

Para 1994 prevê-se o financiamento do OE através de um Contrato-Programa, esquema que parece promissor, sem embargo de uma filosofia “matematicista” em excesso. Aponta para um valor final, incluindo pessoal, funcionamento, promoções e PRODEP, de 9.916.753 contos. Tendo sido atendida a solicitação para uma correcção do número de alunos, deverá acrescentar-se o montante de 179.376 contos ao valor final, porventura algo mais. Cabe insistir no baixo custo por aluno na Universidade de Coimbra, em relação às demais Universidades. O aumento global, de 1993 para 1994 (menos de 300 mil contos), é muito pequeno (cerca de 3%). O PIDDAC para 1994 é, todavia, de 1.702.865 contos, embora inclua os investimentos em curso no Pólo II.

7. Costuma relacionar-se com o financiamento a questão das *propinas*. Mas a contribuição destas para o montante global das receitas das Universidades é tão diminuta, e terá de continuar a sê-lo, dado o princípio constitucional da gratuidade do ensino universitário, que a real questão das propinas tem, para o Governo, certamente um outro contorno, de índole política e não apenas económico-financeira.

Seja, porém, como for, o certo é que a Lei 20/92 gerou uma contestação generalizada, que vai dos estudantes aos reitores e aos Senados — recorde-se que em Coimbra o Senado Universitário há muito se pronunciou, unanimemente, pela “decidida contestação à lei das propinas, no quadro da legalidade democrática”. Foi mesmo levantada pelo Senhor Presidente da República a questão da inconstitucionalidade da lei. Enquanto se espera pela decisão do Tribunal Constitucional, aguarda-se também um Parecer da Procuradoria-Geral da República sobre outros aspectos da lei, mormente os relacionados com as respectivas sanções. Entretanto a aplicação da Lei conhece um efectivo bloqueamento, agora provavelmente confirmado ou reforçado, após a lamentável carga policial sobre os estudantes ocorrida há dias em Lisboa. E não se crê que as modificações à lei anunciadas pelo Governo, por via de decreto-lei, contribuam para resolver o problema.

Num contexto assim, não parece de bom aviso insistir, obsessivamente, no mérito da lei, afunilando e dificultando as soluções ainda possíveis.



Soluções que só podem encontrar-se num espírito e num ambiente de diálogo. Um diálogo autêntico, não um diálogo incompleto ou imperfeito, uma espécie de semi-diálogo. Às partes nesse diálogo – até porque importa, sem quebra de princípios e de convicções, reduzir ou atenuar a excessiva conflitualidade existente – deve pedir-se um esforço de lucidez, que impõe moderação e aconselha a *reequacionar* a questão das propinas.

**8.** Uma área de grande significado na vida universitária é a dos *Serviços de Acção Social*, instituídos pelo Decreto-Lei nº 129, de 22.4.93, como unidade orgânica da Universidade, e correspondendo aos antigos “Serviços Sociais”.

O referido diploma nada de verdadeiramente substancial acrescentou à prática que vinha sendo seguida e fora implementada pelo diploma de 1980 que criara os Serviços Sociais, e, ao invés, retrogradou ao restringir drasticamente a participação dos reitores e dos estudantes no órgão ao qual incumbe definir a política da acção social escolar a nível nacional.

No que concerne aos Serviços Sociais da Universidade de Coimbra, hoje Serviços de Acção Social Escolar, repete-se, há que realçar a política de gestão que desde há alguns anos a esta parte vem sendo seguida – incrementar a criação de espaços que visem um particular aumento da oferta de bens e serviços em qualidade, daí resultando também um significativo acréscimo de receitas próprias e da taxa geral de cobertura. No ano lectivo transacto três novos e importantes serviços foram inaugurados, esperando-se a entrada em funcionamento, em 94 e 95, de um novo restaurante e uma nova residência, respectivamente.

A verba dispendida em bolsas de estudo no ano lectivo de 1992-93 foi de 399.482 contos, sendo a bolsa máxima atribuída de 49.000\$00.

**9.** Por último, uma referência à questão da *avaliação das Universidades*, área na qual se deram, no ano transacto, passos significativos e que agora conhece uma nova dinâmica.

Domínio de grande importância para o desenvolvimento das Universidades, para a correcta evolução do processo autonómico e para a responsabilização das instituições universitárias em face da comunidade

e do poder político, é de salientar a contribuição que se espera da “*Fundação das Universidades Portuguesas*”, criada há meses, legalmente reconhecida há dias e de cuja Comissão Executiva fui designado Presidente. O Prof. Veiga Simão foi escolhido pelo CRUP e pela Fundação para coordenar, a nível geral, as actividades de avaliação. No tocante à Universidade de Coimbra este processo vai agora acelerar-se, sob a coordenação do Prof. Gouveia Monteiro, que aceitou o convite que, nesse sentido, lhe dirigi.

Por parte do Governo, estão a ser preparados diplomas legislativos sobre avaliação e acompanhamento das instituições de ensino superior.

**10.** Chego ao termo deste relato. Só gostaria de lembrar o que disse, em ocasião semelhante, nesta Sala, ao falar da construção do futuro da nossa Universidade. “Por mim, e seja qual for o meu posto, estarei nesse combate”.

2.12.93

EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES CIVIS, MILITARES, RELIGIOSAS  
E ACADÉMICAS  
SENHORES DOUTORES  
SENHORES ASSISTENTES E INVESTIGADORES  
SENHOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA  
CAROS ESTUDANTES  
PREZADOS FUNCIONÁRIOS  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

1. A *cerimónia* que hoje nos congrega deveria ter sido realizada no dia 19 de Outubro, foi adiada para 26, e seria precedida pela visita inaugural dos Pólos II e III, com a presença do Senhor Primeiro-Ministro e de membros do Governo. Nas circunstâncias que são conhecidas, decidi suspender esses actos e convocar uma reunião extraordinária do Senado, na qual, por unanimidade, foram ratificadas as posições do Reitor e se resolveu proceder “à abertura solene das aulas no prazo mais rápido possível, dentro da dignidade e festividade que devem rodeá-la e que nunca estiveram verdadeiramente em causa”, bem como “separar essa abertura da inauguração dos Pólos II e III da Universidade, inauguração que se adia para data oportuna, nos termos que as circunstâncias aconselharem”.

Deveria aquela data ter constituído um “dia fasto” para a Universidade de Coimbra. Na verdade, comemorar-se-iam anos de ideação, programação e execução de um projecto que muda a face da nossa Universidade, consubstanciado em cerca de 6,8 milhões de contos, despendidos desde a assinatura do despacho-conjunto dos Senhores Primeiro-Ministro e Ministros da Educação, Planeamento e Indústria, ocorrida em Janeiro de 1991. Muitos não acreditaram que as instalações se fizessem e equipassem, mas venceram-

-se as dúvidas, os bloqueamentos e as dificuldades de toda a índole, e as realizações aí estão, para orgulho nosso e proveito geral. Prestaria eu então ao Senhor Primeiro-Ministro e ao Governo, em nome da Universidade, contas da obra feita e render-lhes-ia o reconhecimento devido, pois é mister que se louve quando é caso de louvar, e não apenas se critique, quando há razão para criticar.

As circunstâncias, perdoe-se o eufemismo, não permitiram que as coisas se passassem como fora previsto. Quero expressar, porém, publicamente o desejo de que o Senhor Primeiro-Ministro, e membros do Governo, nos honrem com a sua presença, noutra altura, nessa visita inaugural que agora se frustrou. Por mim, envidarei esforços para que esse momento ocorra, se e quando for julgado conveniente, e constitua um tempo de satisfação e de congratulação para todos, dentro e fora da Universidade.

Se isto é assim quanto aos Pólos, já no tocante à abertura solene das aulas não pudemos, nem devíamos, esperar mais. Razão por que ela foi marcada para hoje. Aos ilustres convidados que muito nos sensibilizam com a sua vinda, e a todos os que quiseram partilhar connosco esta cerimónia, as nossas gratas *saudações*.

2. Os Pólos II e III constituem uma valência universitária, e cidadina, de primordial importância, mas são apenas o começo de um bem mais vasto plano de *desenvolvimento físico* da Universidade. É preciso continuar a obra encetada. Para 1995 prevê-se, no Pólo II, a construção da 2.<sup>a</sup> fase dos Departamentos de Engenharia Mecânica e Engenharia Electrotécnica, e o lançamento da construção dos edifícios destinados aos Departamentos de Engenharia Civil e Engenharia Química. Iniciar-se-á o projecto para a Unidade Pedagógica Central. Entrará em funcionamento o Centro de Inovação e Transferência Tecnológica (CITT), estrutura física do Instituto Pedro Nunes e, na vizinhança do Pólo, concluir-se-ão as obras do Laboratório de Aerodinâmica Industrial.

No que toca ao Pólo III, o edifício do “Instituto Biomédico de Investigação da Luz e Imagem” (IBILI/AIBILI) representa a primeira edificação de um conjunto que se espera virá a integrar, a seu tempo e com o apoio de vários Ministérios, um “Pólo de Saúde”, articulado especialmente

com os HUC e a Faculdade de Medicina e dispondo das valências de ensino, investigação e serviço à comunidade. Nesse mesmo espaço ficarão as futuras instalações da Faculdade de Medicina.

Por sua vez, no Pólo I, estão quase concluídas, depois de sucessivos atrasos, as obras da 2.<sup>a</sup> fase da Faculdade de Economia, prevendo-se para breve o início da remodelação da “Casa dos Limas”. Estão igualmente prontas as obras do Teatro Académico Gil Vicente, que deverá entrar em funcionamento ainda em 94 – Teatro, este, que prestou um decisivo apoio à realização de “Coimbra – Capital do Teatro”, promovida e subsidiada pela Secretaria de Estado da Cultura. Deu-se início também ao projecto de remodelação do Teatro Paulo Quintela, da Faculdade de Letras, continuaram as obras no “Colégio da Trindade”, destinado ao Colégio Europeu e com apoios comunitários que vão ser reforçados, e vai ser adjudicada a obra do anfiteatro da Faculdade de Direito. Prevê-se ainda a conclusão do Pavilhão Polidesportivo e a continuação da remodelação de áreas para a Faculdade de Farmácia.

Por outro lado, concluir-se-á o programa de reutilização de áreas do Pólo I, e elaborar-se-á o Plano de Reconversão dos edifícios do Colégio de São Jerónimo, Colégio das Artes, Colégio de Jesus e tratamento urbanístico da área envolvente. Prevê-se ainda a elaboração dos projectos de remodelação destes edifícios, onde se incluirá o Complexo Museológico da Universidade, de transcendente importância, com início das obras de remodelação.

Uma palavra de grande apreço é devida aos Profs. Teresa Mendes e Dinis de Freitas, na sua qualidade de Pró-Reitores, sendo que a Prof.<sup>a</sup> Teresa Mendes passou agora a coordenar a área de instalações e equipamentos, como Vice-Reitora.

**3.** Para além do desenvolvimento físico ou material da Universidade, há que curar do desenvolvimento educativo e científico, cultural e social. Relativamente à área da *educação e ciência*, e reportando-me ao ano lectivo de 1993-94, registarei alguns números mais significativos:

Docentes e investigadores

– *Doutoramentos*: 33 + 12 equivalências ao grau de doutor

- *Doutoramentos honoris causa*: 2
- *Mestrados*: 129, mais 4 equivalências

#### Estudantes

- Total: 19.177, sendo 8.303 do sexo masculino e 10.874 do feminino.
- *Naturais de países de expressão portuguesa*: 544
- *Estudantes estrangeiros participantes nos programas comunitários Erasmus, Língua e Tempus*: 235

Funcionários: 1.378, mais 650 dos Serviços de Acção Social.

Outros dados relevantes resultarão do que direi adiante, ao falar dos recursos humanos, e advirão sobretudo dos elementos que podem colher-se nos relatórios sectoriais das Faculdades e Estabelecimentos Anexos, do Curso de Ciências do Desporto e Educação Física, da Biblioteca Geral, do Arquivo, dos Serviços Centrais, dos Serviços e Estabelecimentos dependentes do Reitor e dos Serviços de Apoio ao Reitor, e bem assim dos Serviços de Acção Social. Relatórios que dão conta de inúmeros problemas e dificuldades e que muito interessam à Reitoria, para conhecimento das áreas a que respeitam e como fonte de propostas e sugestões, relatórios que serão entretanto objecto de publicação. De destacar aqui o relatório da Associação Académica referente a 93-94, esse já tornado público.

Neste contexto, uma nota final, de natureza prospectiva. Julgo que no presente ano lectivo poderão ocorrer acontecimentos significativos tanto em matéria de ensino como de pesquisa científica. Com efeito, para além do fluir normal da vida universitária nestes domínios, é de prever que aumente a pressão estudantil naquela primeira área, sobretudo quanto a questões pedagógicas, sendo igualmente de admitir um acréscimo de dinamismo por parte das infraestruturas de investigação e de organismos de interface, aos quais se espera poder dar melhor apoio a nível de órgãos centrais da Universidade. A dinâmica do processo de avaliação das Universidades não deixará de contribuir para tais acontecimentos.

Ao falar de avaliação, não posso deixar de recordar a figura eminente do Prof. José Gouveia Monteiro, antigo Reitor e Coordenador-Geral dessa

avaliação a nível da nossa Universidade, falecido subitamente, há meses. Quero, de resto, deixar aqui uma emocionada lembrança para os membros da comunidade universitária que a morte levou no decurso do passado ano.

Para as funções que o Prof. Gouveia Monteiro desempenhava como Coordenador-Geral do processo de avaliação vou designar um outro ilustre universitário, e homem público, o Prof. Vítor Crespo.

4. Do desenvolvimento *cultural* propriamente dito, de que se dá pormenorizada conta em vários dos relatórios sectoriais a que acabo de aludir, importa agora sobretudo sublinhar a acrescida importância que a esse desenvolvimento cultural foi dado no meu programa de recandidatura.

Na alocução de tomada de posse, em Julho passado, salientei que a cultura deve “constituir uma preocupação prioritária do Reitor e um objecto cada vez mais importante na vida da Universidade. Nesse sentido irei elaborar um projecto com as linhas gerais de uma política cultural, a propôr ao Senado e à Assembleia da Universidade, política essa que se baseará na noção de uma Universidade capaz de se pensar e pensar o mundo, ou seja, de uma Universidade produtora de ideias e projectos, consciente da sua inserção no mundo moderno e da alta relevância que nele deve assumir”.

Dei então especial relevo à “criação de um forum que, de uma maneira duradoira e sistemática, proceda a uma reflexão de carácter transdisciplinar sobre as correntes do pensamento contemporâneo, as mais recentes descobertas da ciência, os novos problemas no campo da cultura, as grandes questões sócio-políticas, o repensar a democracia como uma atitude ético-cultural e um estilo de vida, individual e colectivo, outras questões ainda”. E acrescentei: “Cuidar-se-á das intervenções que, nestas áreas, a Universidade pode e deve protagonizar, procurando contribuir assim, de forma activa e criativa, para a definição e construção dos destinos do País, no quadro de uma sociedade diferente, aberta e dialogante, uma autêntica sociedade de debate. É o objectivo de uma “Universidade de ideias”, como base para uma “Sociedade de cultura”.

Para a prossecução de uma tal política há que contar com todos, nomeadamente com as estruturas universitárias mais directamente vocacionadas para as políticas ditas culturais, sem esquecer a refundação da Imprensa da

Universidade, para a qual vai ser nomeada uma Comissão Instaladora presidida pelo Professor Romero Magalhães, e a constituição da “Fundação Cultural da Universidade de Coimbra”, cujos estatutos vão ser presentes ao plenário do Senado, em próxima sessão.

Para me coadjuvar na área cultural foi nomeado, como Pró-Reitor, o Prof. Abílio Hernandez Cardoso, com o qual estou a preparar o projecto de acção cultural que referi e que julgamos poder apresentar no próximo mês de Dezembro, acontecendo que algumas realizações já estão em curso.

5. Refiro-me agora ao que poderá chamar-se *desenvolvimento social* da Universidade, entendida a expressão num duplo sentido, interno e externo. Aquele reporta-se aos chamados “serviços de acção social”, este ao relacionamento da Universidade com a comunidade que a envolve.

No tocante aos “*Serviços de Acção Social*”, que movimentam cerca de 2 milhões de contos/ano, continuaram a revelar, a vários níveis, em 93-94, uma gestão dinâmica, com crescimento continuado de receitas próprias, e aberta aos problemas estudantis, não só nas áreas de alojamento, alimentação e bolsas de estudo, como em outras actividades de âmbito social, cultural e desportivo. Registe-se a diversificação da oferta de serviços, como a abertura de uma nova lavandaria, de um talho-charcutaria e de um novo restaurante resultante de um protocolo com a Câmara Municipal, devendo salientar-se que se estuda a implantação de restaurantes e residências no Pólo II e se negocia a construção de um complexo residencial para professores e estudantes. Note-se, porém, que, no sector de alojamento, a capacidade de oferta representa tão-só 2,9% da população estudantil (3,2% quando estiver concluída, dentro de poucas semanas, uma nova residência), e 26% dos alunos bolseiros. Para os responsáveis governamentais não podem estes números deixar de constituir uma grande, e mesmo prioritária, preocupação.

Relativamente ao relacionamento da Universidade com a *comunidade*, seja local, regional, nacional ou internacional, merece especial referência neste relatório o apoio aos organismos de interface que existem na Universidade de Coimbra ou estão com ela conexions, bem como a designação do Prof. Pinho de Brojo para presidir ao Conselho Social da Universidade, como importante passo para a sua efectiva constituição e o seu funcionamento.



No plano da *cooperação internacional*, pode asseverar-se ser ela uma das vertentes em que Coimbra mais se tem destacado nos últimos anos e em que tem sido decisiva a acção da Reitoria — em especial do Vice-Reitor, Prof. Jorge Veiga — e de estruturas dela dependentes. Acção que é necessário apoiar com novos meios humanos e logísticos, e para o prosseguimento da qual se deve continuar a apostar em acordos bi- e multilaterais e em redes e pólos universitários.

6. A prossecução dos objectivos e metas apontados não se faz sem vultosos recursos financeiros. Em matéria de *financiamento*, são conhecidas as insuficiências orçamentais e a luta que a Universidade tem travado para obter o reforço das dotações, em ordem especialmente à correcção das desigualdades relativamente a outras Universidades, traduzidas no baixo custo-médio por aluno na nossa Instituição.

Impõe-se, porém, uma correcção estrutural dos orçamentos e um adequado sistema de financiamento das universidades públicas, que há muito se vem, de todos os lados, reclamando. Espera-se que possam ser encontradas adequadas soluções no quadro dos contratos-programa ou contratos de desenvolvimento, a celebrar entre cada uma das Universidades e o Governo, cumprindo, porém, salvaguardar as especificidades da Universidade de Coimbra, nomeadamente no tocante à necessidade de obter um financiamento próprio para os chamados Estabelecimentos Anexos.

Para 94-95, o Orçamento de Estado cifra-se em cerca de 10 milhões e seiscentos mil contos, a que acresce um PIDDAC/PRODEP de cerca de 1 milhão de contos. Verbas que se mostram insuficientes e demandam reforço, o qual, pelas diligências em curso, se afigura previsível.

É de notar que se espera reduzir progressivamente a percentagem dos encargos com pessoal na despesa total do OE, que em 93 se situou em 86%, aproximadamente, e de referir que se tem registado um significativo, embora insuficiente, crescimento das receitas próprias.

Nesta alusão aos problemas financeiros, seria injusto não relevar a acção que tem sido desenvolvida pelos Serviços respectivos, sob a orientação do Vice-Reitor Prof. Fernando Rebelo e do Administrador da Universidade.

7. É desnecessário enaltecer, tendo em vista as rotas traçadas, a importância das questões relativas aos *recursos humanos*.

Deixo aqui alguns tópicos programáticos, relativamente a docentes e investigadores, estudantes e funcionários. Uma ideia-força comum encontra-se no pendor humanizante das reformas e soluções desejáveis, o que implica uma tendência para a desmassificação e a busca, no plano concreto, da valorização e do estímulo pessoal. Tudo isto passa, como é claro, pela necessidade de dar novos e mais largos passos na senda da descentralização, da partilha de decisões, da delegação de competências e da desburocratização. Na mesma linha de acção, a Reitoria propõe-se ampliar as visitas às diversas unidades orgânicas e serviços e adoptar outras formas de contacto directo.

Por outro lado, vai propor-se a criação, no âmbito do Senado, de uma nova secção, ou subsecção, exclusivamente dedicada a questões de pessoal docente e não docente, e, em geral, a recursos humanos. Outras alterações deverão, de resto, ocorrer no Senado, quanto à sua composição e ao seu funcionamento, no quadro de uma revisão dos Estatutos da Universidade.

Destaco, a respeito dos docentes e investigadores, o empenhamento na reivindicação de um melhor estatuto para a docência e a pesquisa científica, incluindo o sistema remuneratório, a par de uma maior transparência no que toca ao controlo do cumprimento dos deveres estatutários. Noutro plano, avulta a contratação de pessoal docente, nas Faculdades mais carenciadas. O número de docentes atribuído à Universidade de Coimbra foi aumentado para 1.435, cabendo distribuir 91 lugares.

Relevarei, no tocante aos estudantes, a colaboração com o Senado na definição dos direitos e deveres dos alunos. Igualmente destaco a definição do apoio, no âmbito da cultura e do desporto, às iniciativas dos discentes, em especial as da Direcção-Geral da Associação Académica e das Secções e Organismos Autónomos. E ainda a ajuda às Repúblicas e Solares, bem como o apoio aos alunos dos Países africanos de expressão oficial portuguesa.

No domínio dos funcionários, cabe salientar o apoio a acções de formação, estando previsto para 95 um projecto de formação de pessoal não docente extensível a toda a Universidade, a luta contra uma política de despedimentos, com especial atenção aos funcionários com vínculo precário, e o apoio às actividades da Casa do Pessoal.

8. Olhado, num relance, o ano lectivo que findou e perspectivado, em alguns aspectos fundamentais, aquele que ora se inicia, melhor nos consciencializamos da variedade e complexidade dos problemas com que a Universidade de Coimbra, e aliás a Universidade portuguesa em geral, se defronta.

A magnitude das questões reforça a ideia de que as Universidades, e todos os seus órgãos e agentes participativos, devem ter presente que não há autonomia que valha sem que se assumam as correspondentes responsabilidades. Autonomia — responsabilidade, eis um binómio não apenas natural, mas essencial, para se enfrentarem e resolverem as candentes questões da Universidade de hoje.

Questões que apelam, por outro lado, para um relacionamento franco das Universidades com o *Poder Político*, em que as posições se clarifiquem, as divergências se assumam, se abram as vias de discussão, o sentido da responsabilidade esteja presente, a boa fé também. Por “poder político” tem de entender-se primordialmente o Governo, como é óbvio, mas seria politicamente errado subestimar o papel da Assembleia da República — cujo relacionamento com as Universidades deverá ser ampliado e reforçado — e da Presidência da República, cujo actual titular aliás sempre valorizou a importância das Universidades no contexto político-social.

Se assim acontecer, teremos encontrado, na conturbada sociedade portuguesa, uma correcta metodologia para melhorar a grave situação nas Universidades e atenuar grandemente o “mal-estar universitário”.

#### 9. Excelentíssimas Autoridades, Senhoras e Senhores:

A terminar, ocorrem-me palavras que proferi nesta mesma Sala, faz hoje exactamente quatro meses, quando tomei posse, pela quarta vez, do cargo de Reitor. Palavras em que, mais precisamente, apelei para a humildade e para a solidariedade.

Disse então, e hoje repito, ser necessário agir “com humildade, que é seguramente uma das principais virtudes democráticas. E igualmente animado de um espírito de solidariedade, que hoje tanto se apregoa, nas mais diversas instâncias, mas vemos minguar a cada passo, na prática. E de solidariedade bem carecidos estamos, assim como da compreensão e do entendimento

que ela supõe, isto numa sociedade onde campeia a competitividade extrema, a agressividade sem freio, o hipercriticismo. E por aí não se vai a lado nenhum, a não ser à “bellum omnium contra omnes”, a guerra de todos contra todos, onde perversamente se confunde conflitual com conflituoso, se inviabiliza o justo progresso e se perde, quantas vezes, o gosto de viver”.

Faço votos, Senhoras e Senhores, de que o ano académico que hoje solenemente se inicia corresponda às esperanças de uma Universidade plurisecular, que sabe enlaçar a tradição e a modernidade, se honra do seu passado e quer orgulhar-se do seu futuro.

8.11.94

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
SENHOR PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
SENHOR PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA  
SENHORES REITORES E VICE-REITORES  
DEMAIS AUTORIDADES CIVIS, MILITARES, RELIGIOSAS E  
ACADÉMICAS  
SENHORES DOUTORES  
SENHORES ASSISTENTES E INVESTIGADORES  
SENHORA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA  
CAROS ESTUDANTES  
PREZADOS FUNCIONÁRIOS  
SENHORAS E SENHORES

1. O conhecimento das realidades universitárias, alcançado, de modo directo ou indirecto, e nomeadamente através dos relatórios das diversas Faculdades, da Biblioteca Geral, do Arquivo, dos Estabelecimentos e Serviços, permite-me formular um juízo *positivo* do ano lectivo findo.

É verdade que são inúmeros os problemas, deficiências e dificuldades da vida universitária, aliás enunciados naqueles relatórios, e é igualmente certo que, para muitos deles, não se antolham soluções prontas e cabais. Mas seria injusto e desmobilizador não realçar o saldo positivo da acção da Universidade de Coimbra no ano escolar que findou. Permito-me relevar aqui alguns aspectos de maior significado para esse saldo e do mesmo passo anunciar diversas medidas ou iniciativas para o ano lectivo que, com as solenidades habituais, hoje começa. As omissões quanto áqueles e quanto a estas encontram, de resto, suprimento nos aludidos *relatórios*, que serão em breve dados a conhecer publicamente.

2. Assim, em relação aos sectores da *educação* e da *ciência*, cumpre referir, antes de mais, que a nossa Universidade foi frequentada, em 94-95, por 19.294 *estudantes*, sendo 8.246 do sexo masculino e 11.048 do feminino, mais 2.802 mulheres que homens, o que corresponderá, em termos aproximados, a uma percentagem de 43% e 57%, respectivamente. Os *docentes* e *investigadores* perfizeram 1.471, sendo de 2.064 o total dos *funcionários*, dos quais 650 pertencem aos Serviços de Acção Social.

Interessante é notar que frequentaram a Universidade de Coimbra, no ano passado, 925 estudantes estrangeiros, cabendo aos países de expressão portuguesa 540. Houve 54 doutoramentos, a que acrescem 11 equivalências ao grau de doutor, além de 3 doutoramentos *honoris causa*, e concluíram mestrados 172 licenciados, tendo sido atribuídas 3 equivalências ao grau de mestre. O número de alunos que já se licenciaram no presente ano é de 1.227.

Na área agora considerada é de realçar a *investigação científica* realizada no âmbito das Faculdades, Estabelecimentos, Centros e outras infraestruturas ou organismos de interface, tanto no que respeita à investigação pura e aplicada, como no que concerne à investigação contratual. A componente internacional foi, na área da pesquisa, significativa. Registou-se igualmente um mais efectivo apoio a nível de órgãos centrais da Universidade. A aposta do Governo na investigação científica, com a criação de um Ministério próprio, parece de bom augúrio, desde que seja feita a devida articulação com o Ministério da Educação.

Grande preocupação continuam a causar as *questões pedagógicas*. Tenho inúmeras vezes chamado a atenção da comunidade universitária, em especial dos docentes, para a necessidade de melhorar sensivelmente a prestação pedagógica, necessidade agora tornada mais instantânea com a aceleração do processo de avaliação das Universidades, o qual conheceu em tempo recente apreciáveis progressos, como o da assinatura do protocolo entre o Governo, o Conselho de Reitores e a Fundação das Universidades. Mais uma vez, no início dos trabalhos escolares, apelo para que se afrente o problema pedagógico e o insucesso escolar com determinação e com presteza, sem o que se compromete a qualidade e/ou a eficiência do ensino e se podem perigosamente agravar tensões latentes.

**3.** Para além do *desenvolvimento* educativo e científico, ocorreram no ano transacto relevantes desenvolvimentos no aspecto *cultural*, área de acrescida importância, como tenho salientado em diversos encontros.

Não cabendo, nesta alocução, as pormenorizadas referências que se contêm nos mencionados relatórios, gostaria de salientar que, pela primeira vez, o Senado aprovou as linhas gerais da política cultural da Universidade de Coimbra, na base de um documento elaborado pelo Pró-Reitor para os Assuntos Culturais. O Prof. Abílio Hernandez Cardoso passou a ocupar-se também, transitoriamente, do pelouro desportivo, com especial incidência no Curso de Ciências do Desporto e Educação Física, cuja passagem a Faculdade vai ser solicitado à Tutela.

Por outro lado, merece destaque a criação, constituição e entrada em funcionamento da “Fundação Cultural da Universidade de Coimbra”, da qual muito se espera e cujo esquema de actuação e de relacionamento com infraestruturas culturais da Universidade será proximamente anunciado e apreciado.

O “Teatro Académico de Gil Vicente”, que no ano findo reabriu depois de uma profunda remodelação, vai ter uma nova orgânica e uma nova direcção, nos termos de uma proposta a ser apresentada na próxima reunião do Senado.

Espera-se, por outro lado, que passe este ano a figurar entre aquelas estruturas a “Imprensa da Universidade”, cujo projecto, neste momento, se ultima.

Dar-se-á este ano também consistência e visibilidade ao anunciado “Forum Cultural”, que tem como objectivo proceder, de maneira duradoira e sistemática, a reflexões de carácter transdisciplinar sobre a ciência e a cultura do nosso tempo.

Tudo em ordem a que a Universidade de Coimbra seja, quanto possa, uma autêntica “*Universidade de ideias*”.

**4.** Considerarei agora o *desenvolvimento social* da Universidade, tanto na sua vertente interna (acção social) como na externa (relacionamento com a comunidade).

Relativamente ao primeiro aspecto, cabe dizer que nos “*Serviços de Acção Social*” continuou a verificar-se, sob a direcção do Administrador dos

Serviços, um incremento de receitas próprias, se acentuou a diversidade da oferta e a melhoria de atendimento no sector da alimentação, se abriu uma nova residência, embora as residências universitárias representem uma percentagem ainda muito baixa, tendo em atenção as reais necessidades e os valores médios na União Europeia, se verificou um substancial aumento do número de bolseiros e se registaram assinaláveis progressos nos restantes sectores dos Serviços.

No tocante ao relacionamento com a comunidade nacional, cumpre destacar o prosseguimento das actividades dos *organismos de interface* que existem na Universidade ou estão com ela conexionados e bem assim a apresentação ao Senado, para discussão e aprovação, do regulamento do “*Conselho Social*”, que entrará em funcionamento nos próximos meses, sob a presidência do Prof. Pinho de Brojo.

No plano *internacional*, em que superintende o Vice-Reitor Jorge Veiga, continuam a desenvolver-se numerosas programas e acções, nomeadamente através da implementação de acordos plurilaterais e de redes e pólos universitários.

**5.** O desenvolvimento da Universidade, nos vários aspectos considerados, depende fulcralmente dos *recursos humanos*.

Tem a Reitoria procurado a valorização desses recursos, através da prática ou do incitamento à prática da descentralização, da co-decisão, da delegação de competências e da desburocratização. Na mesma linha, acaba de constituir-se no Senado, uma nova Secção, denominada dos “recursos humanos”. Outras alterações deverão, de resto, ocorrer no Senado, no contexto de uma revisão dos Estatutos da Universidade, que a Reitoria vai propor à Assembleia da Universidade.

Impõe-se também que a Universidade de Coimbra dê a sua quota parte na reivindicação de um melhor estatuto para os *docentes e investigadores*, incluindo o sistema remuneratório, o que aliás deve ser feito a par de um maior rigor e visibilidade quanto ao cumprimento dos seus deveres.

Quanto aos *funcionários não docentes*, afiguram-se prioritárias as acções de formação, projecto que não foi possível activar no ano transacto e que conta agora com a colaboração da ANFUP (“Associação Nacional dos



Funcionários das Universidades Portuguesas”), bem como a eliminação da precaridade de emprego em que se encontram muitos deles.

Por sua vez, a atenção prestada aos *estudantes*, nos mais diversos domínios, com natural destaque para as iniciativas da Associação Académica (Direcção-Geral, Secções e Organismos Autónomos), tem sido uma constante da actuação da Reitoria. Merece aqui destacar-se o empenhamento da Administração, tanto da Universidade (Administrador e Secretário-Geral) como dos Serviços Sociais (Administrador dos Serviços de Acção Social).

6. Referência agora a uma área de extrema importância — a das *instalações e equipamentos* —, por que é responsável a Vice-Reitora Teresa Mendes, coadjuvada, no tocante ao Pólo III, pelo Pró-Reitor Dinis de Freitas.

No *Pólo II*, encontram-se concluídos e equipados os edifícios dos Departamentos de Engenharia Mecânica e de Engenharia Informática. Está em curso a construção do edifício do Departamento de Engenharia Electrotécnica, que se prevê esteja concluído em Maio de 1996. Estão já prontos os projectos dos edifícios destinados aos departamentos de Engenharia Civil e Engenharia Química, aguardando-se a definição dos prazos de disponibilização das verbas necessárias.

Entrou já em funcionamento o Centro de Inovação e de Transferência de Tecnologia (CITT), estrutura física do “Instituto Pedro Nunes” e encontram-se em curso algumas obras para melhoramentos dos seus acessos.

Foi apresentada uma candidatura ao programa PRAXIS com vista à instalação no *Pólo III*, em estreita ligação com a Faculdade de Medicina, de um “Centro de Tecnologias Nucleares Aplicadas à Saúde”.

Após a aprovação em Senado de um “Estudo de Reutilização dos Edifícios do *Pólo I*”, foi lançado um concurso de ideias, tendo em vista a elaboração de um “Plano de Reconversão dos Espaços dos Antigos Edifícios dos Hospitais da Universidade e do Laboratório Químico”, bem como do tratamento urbanístico de toda a área envolvente. Prevê-se que a conclusão desse Plano tenha lugar em 1996 e que se possa de imediato iniciar a recuperação dos edifícios. Abrangido na área do Plano situa-se o edifício do Colégio de Jesus, destinado ao “Complexo Museológico”, cujo projecto foi apresentado superiormente.

No que se refere à Faculdade de Economia, foi já recuperada a “Casa dos Limas”.

O anfiteatro para a Faculdade de Direito tem já o projecto concluído e aguardam-se as necessárias autorizações para que se possa iniciar a obra.

Encontra-se em fase de conclusão, após assinalável demora, o projecto de recuperação do “Teatro Paulo Quintela”, na Faculdade de Letras. O mesmo se diga do projecto de reconversão do edifício do Colégio da Trindade, destinado à instalação do “Colégio Europeu”.

Atrasos na atribuição de financiamento protelaram as obras do Pavilhão Polidesportivo no Estádio Universitário, prevendo-se agora que a sua conclusão tenha lugar em 1996.

Estão também em curso, para além de trabalhos menores, algumas obras de remodelação de espaços para a instalação provisória de parte da Faculdade de Farmácia, bem como algumas obras de adaptação de espaços para a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

7. O *financiamento* constitui uma das variáveis estratégicas para o desenvolvimento que se pretende para a Universidade de Coimbra.

Há muito que vimos sublinhando a necessidade de uma correcção estrutural do orçamento e de um adequado sistema de financiamento das universidades públicas, apontando como solução desejável a celebração de contratos-programa ou contratos de desenvolvimento entre cada Universidade e o Governo.

Esta metodologia, proposta aliás pelo Governo desde há anos, não chegou a ser posta em prática. Julgamos, de todo o modo, que será possível retomá-la e clarificar as regras de funcionamento, através da definição de objectivos de médio prazo.

Nesses objectivos continuamos a inscrever o equilíbrio da estrutura orçamental pela redução do peso excessivo dos encargos com pessoal, o financiamento próprio dos Estabelecimentos Anexos e uma afectação de recursos às diversas Faculdades e Serviços progressivamente mais equitativa.

O plano de actividades e o orçamento para 1996 irá ser elaborado recorrendo a um maior diálogo e participação com todas as Faculdades e Serviços, sob a superintendência, por parte da Reitoria, do Vice-Reitor Fernando Rebelo e do Administrador da Universidade.

Lamenta-se que a actualização do quadro legislativo sobre a constituição de despesa pública regrida no processo de modernização administrativa, contribuindo para processos de decisão cada vez mais complexos, onerosos e burocratizantes. Isto, agravado por outras dificuldades de relacionamento institucional com as autoridades governamentais, que se espera mudem no futuro imediato.

Será também desejável a garantia de um financiamento público regular e adequado à continuidade do funcionamento da Universidade. Reconhece-se que o recurso, por exemplo, ao PRODEP/Qualidade poucas vezes tem dado satisfação a esta necessidade.

A generalização de um sistema universal das *ratios* aluno/docente, sem que tenha sido acautelada a especificidade de cada Universidade e privilegiando apenas o rigor do modelo matemático que o sustenta, agravou as desigualdades da nossa Universidade relativamente a outras.

#### **8. Excelentíssimas Autoridades, Minhas Senhoras e Meus Senhores:**

No termo desta alocução saúdo e agradeço a todos a vossa vinda. Grato estou, e a Universidade, em especial pela presença das Autoridades civis, militares e religiosas, que, mais uma vez, nos honram e nos trazem a solidariedade de quem está fora da Universidade mas a olha como um dos mais importantes agentes do progresso e da transformação da comunidade em que se integra.

Seja-me lícito realçar aqui a presença, que tanto nos penhora, dos Senhores Presidente da Assembleia da República, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e Procurador-Geral da República. Para Suas Excelências, as melhores e mais gratas saudações.

**9.** Há cerca de um ano, em cerimónia idêntica a esta, salientei que, para se enfrentarem e resolverem as candentes questões da Universidade de hoje, há que apelar “para um relacionamento franco das Universidades com o *poder político*, em que as posições se clarifiquem, as divergências se assumam, se abram as vias de discussão, o sentido da responsabilidade esteja presente, a boa fé também”. Por poder político tem de entender-se primordialmente o Governo, mas não pode descurar-se o papel da Assembleia

da República — cujo relacionamento com as Universidades, em meu entender, deve ser ampliado e reforçado — e do próprio Presidente da República.

Um ano volvido, essas palavras guardam a sua actualidade e adquirem até, em face das recentes alterações no quadro político, uma nova dimensão. As questões são tantas, e são tais, que se impõe enfrentá-las com uma nova *metodologia* e com um novo *estilo* político. Os quais passam, necessariamente, por um debate vivo, mas sereno e lúcido, pela ponderação, hierarquização e calendarização das soluções, e sempre pelo respeito indefectível pelas pessoas, caminheiros que são nas jornadas de *consensualização* das decisões político-sociais. A democracia, como alguém disse, tem a sua “razão de ser no reconhecimento do outro”.

Quer isto dizer, no fim de contas, que é imperioso *aprofundar e redimensionar a nossa democracia*. Em todo o lado, mas também na Escola e particularmente na Universidade. Só assim, através de novos *processos* democráticos, de uma renovada ética política que não esqueça a democracia como *valor* e como *cultura*, conseguiremos atingir as soluções de fundo necessárias para atenuar, e progressivamente eliminar, o “mal estar universitário”. E para ajudar a construir, com autonomia responsável e enlaçando a modernidade e a tradição, uma *melhor Universidade*.

18.10.95.

SENHOR PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL  
SENHOR PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA  
SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO  
SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR  
SENHOR DOUTOR MÁRIO SOARES  
SENHORES REITORES E VICE-REITORES  
DEMAIS AUTORIDADES CIVIS, MILITARES, RELIGIOSAS E  
ACADÉMICAS  
SENHORES DOUTORES  
SENHORES ASSISTENTES E INVESTIGADORES  
SENHORA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA  
CAROS ESTUDANTES  
PREZADOS FUNCIONÁRIOS  
SENHORAS E SENHORES

## **1. Preliminares**

**1.1. Saudação** – Neste acto de abertura solene das aulas, que os “Estatutos da Universidade de Coimbra” cumpridamente consagram como uma das “principais cerimónias académicas”, é-nos particularmente grato contar com a presença das Autoridades civis, militares, religiosas e académicas.

Trazem Vossas Excelências ao acto um acompanhamento e honra, que muito nos sensibiliza e sentidamente agradecemos.

Cumpre-me realçar aqui penhoradamente a presença dos Senhores Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, do Senhor Procurador-Geral da República, dos Senhores Ministro da Educação

e Secretário de Estado do Ensino Superior, bem como do Senhor Doutor Mário Soares, que dentro de dias inicia funções docentes como professor catedrático convidado da Faculdade de Economia e no próximo mês receberá as insígnias de doutor “honoris causa” pela Faculdade de Direito.

A Vossas Excelências, às demais Ex.<sup>mas</sup> Autoridades e outros convidados, exprimo as mais gratas saudações. De uma forma especial ao Senhor Ministro da Educação, que assiste pela primeira vez a esta sessão e a quem desejo exprimir o meu alto apreço e estima pessoal, que expresso também ao Senhor Secretário de Estado.

A todos os participantes na cerimónia agradeço e saúdo.

**1.2. Relato** — A relação dos factos ou acontecimentos mais importantes do ano findo, que a tradição impõe à alocução reitoral, sempre foi por mim entendida e praticada como referência a aspectos particularmente significantes da vida da Universidade no passado mais recente, sem excluir a indicação de perspectivas do futuro próximo.

Tal orientação, aconselhável até por razões de tempo, cada vez mais se justifica, dado o crescimento da Universidade e dos seus eventos. Por isso me vou cingir ao essencial, remetendo para a publicação dos relatórios sectoriais das Faculdades, da Biblioteca Geral, do Arquivo, de Estabelecimentos e Serviços, e da Associação Académica. Determinei, aliás, urgência nessa publicação, pelo que os respectivos relatórios, do maior interesse para o conhecimento e perspectivação da actividade universitária, estarão à disposição dos interessados no próximo mês.

---

180

Passo, por conseguinte, à enunciação de alguns factos e perspectivas mais relevantes para a vida da Universidade de Coimbra.

## **2. Factos e perspectivas**

**2.1. Ensino e investigação** — No ano escolar de 95-96, o número de *estudantes* ascendeu a 19.651, 11.256 do sexo feminino e 8.395 do masculino, correspondendo aproximadamente a 57% e 43%, respectivamente. Os *docentes*

e *investigadores* foram 1.539 e os *funcionários* 1.950, pertencendo 535 aos Serviços de Acção Social.

Dentre os estudantes houve 940 estrangeiros, e destes 507 provieram dos países de expressão oficial portuguesa. Licenciaram-se até ao momento 2.093 alunos. O número de doutoramentos foi de 52, mais 5 equivalências, não incluindo os doutoramentos “honoris causa”, em número de 4. Concluíram mestrados 237 licenciados.

As questões *pedagógicas* continuam no centro das atenções, especialmente dos estudantes, como é natural. Mas não é natural que uma boa parte da Universidade subestime tais questões, que são realmente de importância primordial para reduzir o insucesso escolar e para aumentar a qualidade e a eficiência do ensino. No ano findo, em meu entender, registou-se um maior interesse e compreensão do corpo docente e dos órgãos universitários pelas questões do ensino e pedagogia, para o que muito contribuiu a pressão estudantil, mormente através de um importante documento apresentado ao Senado pela Direcção-Geral da Associação Académica e intitulado “A Universidade que temos e a Universidade que queremos”. Esse documento, cujo conteúdo se não circunscreve, aliás, àqueles assuntos, teve um encaminhamento e gerou uma dinâmica que foi considerada promissora de necessárias e instantes mudanças. O futuro dirá.

No tocante à *investigação científica*, aliás indissociável do ensino e da docência, é matéria que as Faculdades, centros e demais estruturas de investigação ou organismos de interface não descuraram, apresentando, o ano findo, em geral, um balanço animador. Dá-se, porém, conta de sérias deficiências, conjunturais ou estruturais, a que a Universidade, por um lado, incluindo o próprio Senado Universitário, e as autoridades governamentais, por outro, devem prestar a melhor atenção.

Na abertura solene do ano passado disse eu, a propósito, que “a aposta do Governo na investigação científica, com a criação de um Ministério próprio, parece de bom augúrio, desde que seja feita a devida articulação com o Ministério da Educação”. Passado este tempo, que foi em parte um tempo organizativo ou de reestruturação, e sem embargo das medidas positivas tomadas no âmbito da ciência e tecnologia, esperam-se, com presteza, mais resultados.

**2.2. Cultura** – No plano cultural, e para além do coenvolvido no ensino e pesquisa científica, merecem destaque as acções da Pró-reitoria da Cultura, dirigida pelo Prof. Abílio Hernandez Cardoso.

No respectivo relatório assinalam-se, entre outras, acções em matéria de património, do Teatro Académico de Gil Vicente, agora dotado de uma nova orgânica e de uma nova direcção, do Estádio Universitário, igualmente com uma nova forma de gestão e um novo director, do Museu Académico, cujo director, Dr. Joaquim Teixeira Santos, entretanto falecido, aqui comovidamente se recorda, bem como em matéria de projectos culturais e desportivos, envolvendo verbas na ordem de dezenas de milhares de contos. Muitos desses projectos referem-se a organismos académicos, sobretudo à Associação Académica (Direcção-Geral, Secções Culturais e Desportivas, Organismos Autónomos), cuja contribuição cultural e desportiva deve ser justamente realçada.

No mesmo relatório mencionam-se várias iniciativas de apoio a Timor, nomeadamente o programa “TimorNet”. Lembro aqui o ingresso na Faculdade de Direito, como aluno extraordinário, de Xanana Gusmão, e a emoção e alegria com que foi acolhida na Universidade a recentíssima atribuição do Prémio Nobel da Paz a dois grandes vultos da causa timorense, o Bispo D. Ximenes Belo e o Dr. Ramos Horta.

No plano da cultura ainda, importa asseverar que vai desenvolver-se o anunciado “Forum Cultural” e bem assim a “Fundação Cultural da Universidade de Coimbra”, à qual será entregue a gestão do Auditório da Reitoria, do Palácio de S. Marcos e das visitas turísticas.

Também a “Imprensa da Universidade” deverá institucionalizar-se no presente ano escolar, sendo apresentada a Senado, no próximo mês, a respectiva proposta.

**2.3. Relacionamento com a Comunidade** – Focando agora o relacionamento com a comunidade, no âmbito *local, regional e nacional*, que continua a verificar-se de muito diversos modos, e envolve a Universidade como prestadora de relevantes serviços, relembro apenas a actuação dos organismos de interface que existem na nossa Universidade ou estão com ela estreitamente ligados, a assinatura de diversos protocolos e a entrada em



funções do Conselho Social, que se espera ocorra ainda em 1996, após um longo e complexo processo em que teve destacado papel o Prof. Pinho Brojo, presidente do mesmo Conselho por delegação reitoral.

No plano *internacional*, e sob a orientação do Prof. Jorge Veiga, desenvolveram-se frutuosamente numerosas, diversificadas e complexas acções, que colocam a Universidade de Coimbra num plano destacado de internacionalização, tanto a nível europeu como de outras regiões do Mundo. O “Grupo de Coimbra” (“Coimbra Group”) continua sendo uma das principais redes universitárias. Também neste contexto sobressaem as iniciativas em prol de Timor, a que já aludi.

**2.4. Serviços de Acção Social** – Na acção social, que se quer dinâmica e humanizante, e com intensa participação dos alunos, continua a buscar-se uma menor dependência em relação ao Orçamento do Estado, registando-se no ano findo uma receita própria de cerca de 700.000 contos, num orçamento global que ronda os 3 milhões. Acentuou-se a diversidade da oferta no sector da alimentação, reforçou-se a acção cultural, em matéria de instalações remete-se para o que se dirá adiante. A mais disso, está em fase final de estudo com a Banca a institucionalização de linhas de crédito para empréstimos a estudantes. Foi igualmente constituída, sob a orientação dos Serviços, uma Cooperativa de habitação estudantil.

**2.5. Recursos humanos** – O desenvolvimento da Universidade, nos aspectos focados – educativo, científico, cultural e social – depende fundamentalmente dos recursos humanos, de instalações e equipamentos e do financiamento. Consideremos cada um deles.

Os recursos humanos e a sua valorização, correspondendo a um eixo estrutural de qualquer organização, têm sido uma vertente a que a Universidade está particularmente atenta.

Deve salientar-se, a este propósito, o importante contributo da Secção de Recursos Humanos, criada por deliberação do Senado e a funcionar desde Outubro de 1995, designadamente ao nível da alteração de quadros de pessoal docente e não docente.

Para além de três propostas, em estudo no Ministério da Educação, enviadas pela Universidade de Coimbra no último ano, estão em curso

estudos para a reorganização global dos quadros de pessoal, a fim de os adequar aos novos desafios e exigências da instituição universitária. Continua a merecer cuidada atenção a precaridade do emprego de muitos servidores da função pública na nossa Universidade.

A importância e a necessidade de acções de formação tendentes à valorização humana, social e profissional dos funcionários não docentes tem sido uma preocupação constante ao longo dos últimos anos. É fundamental a existência de um plano de formação que, de forma sistematizada, permita um maior abrangimento nas acções consideradas prioritárias. Neste domínio releve-se a colaboração da ANFUP (“Associação Nacional dos Funcionários das Universidades Portuguesas”), formalizada através do protocolo que, dentro de dias, será assinado entre a Universidade de Coimbra e aquela Associação. Tem sido também uma constante de actuação da nossa Universidade a atenção dispensada aos estudantes, especialmente através da Associação Académica, no sentido de apresentar melhorias e novas formas de prestação de serviços e outros apoios, quer em termos de Serviços Académicos, quer em termos de Serviços Sociais, ou de outra natureza, sobretudo cultural.

Não quero, nem devo, fechar este “item” da minha intervenção sem uma referência ao Prof. Doutor Fernando Rebelo e ao Dr. Armando Pereira, que, a seu pedido, cessaram recentemente funções como Vice-Reitor e Administrador da Universidade, respectivamente. Já tive ocasião de lhes prestar pública homenagem. Aqui a reitero, com admiração e amizade. Foram substituídos nas suas funções pelo Prof. João Roque e pela Dr.<sup>a</sup> Margarida Mano, que saúdo e de quem muito se espera.

**2.6. Instalações e equipamentos** — No que se refere a instalações — área em que superintende a Vice-Reitora Prof.<sup>a</sup> Teresa Mendes, coadjuvada pelo Prof. Dinis de Freitas — o último ano foi determinante. Concluiu-se o edifício do Departamento de Engenharia Electrotécnica que, depois dos Departamentos de Engenharia Mecânica e Engenharia Informática, é o terceiro a entrar em funcionamento no Pólo II. Ainda no Pólo II, foram lançados os concursos para a obra de fundações e estrutura dos Departamentos de Engenharia Civil e Engenharia Química. Foi igualmente lançado, através

dos Serviços de Acção Social, o concurso para a construção de um restaurante nesse Pólo universitário. Também no âmbito da Acção Social, encontra-se em elaboração o projecto para uma residência de estudantes de 110 camas, a construir junto do restaurante do Pólo II. Foi também já iniciado o concurso para a selecção da equipa que elaborará o projecto para a Unidade Pedagógica Central.

No Pólo I, após a realização de um concurso de ideias em ordem à elaboração de um Plano de Reconversão dos edifícios onde estiveram instalados os Hospitais da Universidade, está esse Plano em fase de conclusão. Após a realização de estudos preliminares geotécnicos e topográficos, estar-se-á em condições de iniciar os projectos de infraestruturas e arranjos exteriores, e de lançar os concursos para os projectos de remodelação dos edifícios desta área.

A construção do auditório da Faculdade de Direito vai finalmente iniciar-se, devendo a conclusão ocorrer durante o ano de 1997.

Na Faculdade de Letras foram remodeladas e equipadas diversas áreas do Colégio de S. Jerónimo, destinadas à licenciatura em Jornalismo, e a Faculdade de Farmácia tem já concluída, e parcialmente mobilada, a 1.ª fase do edifício antes ocupado pela Farmácia dos Hospitais da Universidade, e que acolherá temporariamente alguns serviços da Faculdade. Foi também concluído o projecto de remodelação do Teatro Paulo Quintela, aguardando-se a oportunidade de cativar a verba necessária para dar início à obra.

A Faculdade de Economia tem agora recuperada e mobilada a “Casa dos Limas”, edifício que albergará os serviços de Gestão e Administrativos. Na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, enquanto se aguarda a instalação no Pólo II, foram efectuadas obras de adaptação de espaços

ao crescente número de alunos.

Aguarda-se com expectativa uma definição, por parte do Governo, acerca da instalação no Pólo III, em estreita colaboração com a Faculdade de Medicina, de um “Centro de Tecnologias Nucleares Aplicadas à Saúde”, na sequência da candidatura apresentada ao programa PRAXIS XXI. No que se refere à construção da futura Faculdade de Medicina, no mesmo Pólo III, igualmente se espera, por parte do Ministério, que seja definida a respectiva calendarização.

No que se refere ao Colégio da Trindade, foram apenas efectuados alguns trabalhos de consolidação, enquanto se ultima a versão definitiva do projecto de execução.

Relativamente ao Estádio Universitário, efectuaram-se algumas obras de conservação e pequenos melhoramentos, estando a reiniciar-se a empreitada para conclusão do Pavilhão Polidesportivo nº 3. Estes empreendimentos têm um particular interesse para o Curso de Ciências do Desporto e de Educação Física, curso que se espera venha a constituir uma Faculdade em 1997.

Foi recentemente concluído o estudo de sinalética da zona monumental da Universidade, estando em curso o processo de concretização. Está igualmente terminado o projecto de remodelação da Sala dos Capelos.

Em fase avançada encontram-se as diligências com o Ministério da Cultura, através do Instituto Português de Museus, com vista à criação de um Complexo Museológico na Universidade.

No que concerne aos meios informáticos, foi recentemente melhorado o acesso à Rede da Comunidade Científica Nacional. Está a ser actualizada a rede informática da Universidade, que irá melhorar significativamente os serviços informáticos em rede. A nova estrutura em estrela garantirá uma maior equidade no acesso aos meios informáticos e de comunicações das Faculdades e Serviços. Aumentou-se também a capacidade da linha de ligação entre os Pólos I e II.

**2.7. Financiamento** — O financiamento da Universidade é uma variável em relação de causa/efeito com o ritmo de crescimento e o seu desenvolvimento. O plafond orçamental atribuído à Universidade para o ano de 1997, que ultrapassa os 13 milhões de contos, evidencia um crescimento positivo, embora aquém das necessidades e expectativas da Universidade. Nomeadamente, e mais uma vez, não se encontra previsto no O.E. para o próximo ano um financiamento autónomo das estruturas dos chamados “*Anexos*”, o que representa um acréscimo de custo para as diferentes Faculdades e uma injustiça relativa em confronto com outras Universidades.

São conhecidas também as dificuldades resultantes do desfasamento na disponibilização dos investimentos efectuados no âmbito do PRODEP/Qualidade e as consequentes restrições orçamentais.

Na Secção de Planeamento, Gestão e Património do Senado, está em curso uma reflexão tendo em vista definir critérios estruturais de afectação orçamental interna que consensualizem as diversas posturas e sensibilidades e garantam, com equidade, o acautelamento das especificidades de cada unidade orgânica.

No plano financeiro há ainda que destacar a preocupação de aumentar as receitas próprias da Universidade. É um objectivo prioritário que confina com a necessidade de maior valorização da Universidade de Coimbra e do seu património.

A Universidade de Coimbra manifesta também globalmente o seu apoio às posições que o Conselho de Reitores das Universidades Públicas vem tomando em matéria orçamental e de gestão. Considera igualmente desejável que se trilhe a via da celebração de contratos de desenvolvimento ou de contratos-programa.

**2.8. Avaliação** – Prossegue o processo de avaliação da Universidade, agora com a valiosa colaboração da Prof.<sup>a</sup> Teresa Mendes como Coordenadora-Geral, estando já concluídos ou em fase de conclusão 20 relatórios de Auto-Avaliação. Foram também efectuadas as visitas das Comissões Externas de Avaliação de três licenciaturas: Física (ramo científico), Português/Francês e Engenharia Electrotécnica.

### **3. Responsabilidade pelo futuro**

Os factos enunciados e as perspectivas apontadas na presente alocução, são uma pequena parte de um extenso rol, mas bastam para que se tenha uma ideia da situação da Universidade de Coimbra, em que a tradição não exclui a modernidade e a vontade de honrar o passado, investindo fortemente no futuro.

Numa sociedade acelerada e por vezes vertiginosa, em que o avanço fulgurante da ciência associada à tecnologia não anda a par com o progresso moral, numa sociedade conflitual e amiúde conflituosa, que exhibe, por todo o lado, inimagináveis contrastes, só se acede muitas vezes ao futuro por caminhos de alto risco e que reclamam uma *ética de responsabilidade*.

A responsabilidade das Universidades como um dos mais importantes agentes da transformação, numa sociedade democrática, da comunidade em que se inserem, não pode ser subestimada pelo Poder político, mas, ao invés, não deve ser sobrevalorizada pela Instituição universitária. Os perigos daquele déficit e deste excesso são escolhos que dificultam a navegação social, para mais em águas tão agitadas como as da educação.

Tenho para mim que a chegada a bom porto, “in rebus Universitatis”, passa por uma *metodologia de consensualização* que, se é recomendável em política geral, não o será menos na política educativa e científica, particularmente na universitária. Mas é de ver que isso pressupõe a *ponderação, a hierarquização e a calendarização* das questões.

Na verdade, não devemos perder de vista a sabedoria que alguém tão lapidarmente expressou na fórmula “o tempo não respeita o que se faz sem ele”. Mas se isso é certo, e proscree a precipitação e o frenesim, não é menos certo que se devem evitar delongas e adiamentos, e que o Governo, em especial o Ministério da Educação, deve ter disso clara consciência e agir em conformidade.

Parece, assim, sensato e recomendável, que após a adequada ponderação, que está feita, ou quase, para muitos dos assuntos que preocupam a Universidade, se hierarquizem as questões e se proponha um calendário para as resolver. É este um caminho que se impõe para dissipar ou atenuar o “mal-estar universitário”, um bom procedimento para a aceitabilidade das soluções e mais uma prova de que, na sociedade dos nossos dias, uma “*democracia consensual*” passa por uma “*democracia processual*”.

Seja, porém, como for, não podem as Universidades furtar-se a contribuir para repensar e conformar a Sociedade — uma Sociedade aberta, dialogante, diferenciada, autenticamente democrática. A Instituição universitária, sem quebra da fidelidade ao seu passado multiseular, deve abalançar-se a novos caminhos, seguir novos métodos, envolver-se em novos modelos. Assim o requer a responsabilidade universitária na ideação e na concretização do futuro.

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
SENHORES PRESIDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO  
TRIBUNAL CONSTITUCIONAL  
SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO  
SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR  
SENHORES REITORES E VICE-REITORES  
SENHOR GOVERNADOR CIVIL, SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA  
MUNICIPAL E DENAIS EXMAS. AUTORIDADES CIVIS, MILITARES,  
RELIGIOSAS E ACADÉMICAS  
SENHORES DOUTORES E ILUSTRES COLEGAS, SENHORES  
ASSISTENTES E INVESTIGADORES  
SENHOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA E  
CAROS ESTUDANTES  
ESTIMADOS FUNCIONÁRIOS  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

## **I. Saudação**

**1. Agradecimento** — As minhas primeiras palavras são para saudar os que vieram hoje a esta Sala Grande dos Actos assistir à abertura solene do ano académico.

Antes de todos o Senhor Presidente da Assembleia da República, Dr. Almeida Santos, que nessa alta qualidade e com o seu prestígio tanto nos honra e que, homem de Coimbra por formação e por devoção, bem sente os problemas da nossa Universidade, e da Universidade em geral, sendo que sempre achei nele a compreensão para o reforço, que advogo, da parlamentarização das questões do ensino superior.

Os Senhores Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Conselheiros Pedro Macedo e Cardoso da Costa, figuras cimeiras da nossa Jurisprudência, são presenças frequentes dos nossos actos académicos, o que profundamente nos penhora.

Ao Senhor Ministro Prof. Marçal Grilo, conhecedor como poucos das questões educativas e responsável por uma obra governativa já marcante, expresso gratos cumprimentos, extensivos ao Senhor Prof. Jorge Silva, que destacadamente é titular da Secretaria de Estado do Ensino Superior. A ambos expremo votos, os melhores, para o exercício das suas complexas funções.

Para as demais Dig.<sup>mas</sup> Autoridades civis, militares, religiosas e académicas o nosso vivo agradecimento, também.

A todos os outros participantes expresso as minhas saudações e as da Universidade.

**2. *Simbolismo*** – Se a presença de tão destacadas figuras da vida pública exprime, para com a Universidade, uma cortesia institucional, simboliza também a alta conta em que a Sociedade tem a Universidade.

O que constitui para nós um forte estímulo. Para mim, que estou prestes a comemorar 15 anos de exercício reitoral e a pouco mais de meio ano de cessar essas funções, tal presença é particularmente honrosa e gratificante. A mais disso anima-me, e a todos quantos trabalham nesta Casa, a prosseguir no caminho do desenvolvimento educativo, científico e cultural da Universidade, e bem assim do seu desenvolvimento social e físico.

Desse crescimento e progresso da Universidade de Coimbra, bem como de algumas das suas carências e insucessos, farei agora um breve relato, conforme o uso. O estado pormenorizado da Universidade pode colher-se dos relatórios das Faculdades, Estabelecimentos e Serviços, e da Associação Académica, que foram em devido tempo remetidos à Reitoria e serão objecto de próxima publicação.

## II. Relato

**3. *Desenvolvimento educativo, científico e cultural*** – Alguns dados, em matéria de *ensino*, referentes ao ano lectivo de 96-97, revelam o aumento



de alunos, que se fixou em 20.610, sendo 11.889 do sexo feminino e 8.721 do masculino, o que dá uma percentagem de 58% e 42%, respectiva e aproximadamente. Os docentes e investigadores perfizeram 1.540, e os funcionários 2.040, cabendo 650 aos serviços de Acção Social.

Foram 915 os estudantes estrangeiros, 518 oriundos dos países lusófonos. Licenciaram-se 3.006 alunos. Quanto aos professores, anote-se que houve 51 doutoramentos, mais 13 equivalências, sem contar com os doutoramentos “honoris causa”, que foram 4, entre os quais o do Senhor Doutor Mário Soares, que continua este ano como catedrático convidado da Faculdade de Economia.

Importa destacar, neste contexto, a transformação em Faculdade do Curso de Ciências do Desporto e Educação Física, facto jubilosamente acolhido, embora não se desconheçam as graves dificuldades com que a nova unidade orgânica se defronta, em pessoal e em instalações.

Os problemas *pedagógicos* continuam a concitar as atenções, sendo de relevar o contributo positivo que advém do processo de avaliação da Universidade e a circunstância de estar em marcha o aprofundado estudo desta e doutras questões suscitadas pelo importante documento no ano transacto apresentado pela Associação Académica, sob o título “A Universidade que temos e a Universidade que queremos”. Relacionado com esta área está a da formação de professores, este ano largamente discutida, como é sabido.

Relativamente à *investigação científica*, cabe referir que o processo de avaliação nacional das unidades de investigação financiadas através do Ministério da Ciência e Tecnologia, processo da iniciativa desse Ministério, veio confirmar o alto nível da investigação científica na Universidade de Coimbra, desenvolvido nas diversificadas estruturas existentes dentro da própria Universidade ou por ela participadas. É de louvar que a atribuição de verbas para investigação no âmbito dos programas plurianuais seja agora feita em função dos resultados dessa avaliação. Persistem, porém, problemas estruturais que a Universidade, através das suas unidades de investigação, procura com esforço ultrapassar.

No plano propriamente da *cultura*, e não especificando relevantes acções das Faculdades, Biblioteca Geral, Arquivo e outros estabelecimentos da Universidade, bem assim da Associação Académica, constantes dos

respectivos relatórios, salientarei, a nível central, a acção da Pró-Reitoria da Cultura. Acções na área do Património, como a nova sinalética e o novo esquema de estacionamento no Pátio da universidade, o restauro das salas do Paço das Escolas, o apoio financeiro a centenas de iniciativas culturais (designadamente da Direcção-Geral, Organismos Autónomos e Secções Culturais e Desportivas da A.A.C.), a patente dinamização cultural do TAGV, o protocolo com a Biblioteca Nacional, as actividades do Estádio Universitário, constituem, entre outras, acções que importa realçar. Destaque também para os apoios à causa timorense. Aos Senhores D. Ximenes Belo e Dr. Ramos Horta foi aliás merecidamente atribuída uma rara distinção, a medalha de ouro da Universidade.

Nesta área cumpre reconhecer a demora, que se lamenta, na operacionalização da “Fundação Cultural da Universidade de Coimbra”, bem como na da Imprensa da Universidade. Espera-se que a decisão final sob estas matérias possa ser tomada ainda no presente ano civil.

**4. Desenvolvimento social** – Pretendo aqui referir-me seja à acção social no seio da comunidade universitária – ou, mais rigorosamente aos Serviços de Acção Social –, seja à interacção da Universidade com a comunidade exterior em que se insere, quer nacional quer internacional.

Quanto aos *Serviços de Acção Social*, continua a promover-se uma “acção social construtiva, dinâmica e humanizante, de modo a possibilitar uma activa e intensa participação do estudante”, desde o sistema de alimentação, amplamente diversificado, onde cabe mais falar em restaurantes do que em cantinas, até à humanização dos cuidados de saúde ou à melhoria das condições de habitação. A este propósito recorda-se a recém-criada cooperativa de habitação, passo significativo, embora débil, tendo em atenção a magnitude da carência habitacional dos estudantes. Prevê-se a inauguração, ainda em 97, de duas residências, num total de 120 camas, iniciando-se em breve, no Pólo II, a construção de uma residência para 110 alunos e estando em construção, no mesmo local, um complexo polivalente alimentar. Estão em estudo soluções inovadoras em matéria de linhas de crédito e de grupos de apoio e acolhimento. Mantém-se a ajuda a uma política de realizações culturais e desportivas.

No tocante ao relacionamento com a comunidade — *local, regional e nacional* —, continua ele a desenvolver-se através de numerosas e variadas iniciativas em que a Universidade presta relevantes serviços, nomeadamente através dos organismos de interface que existem na Universidade ou em conexão com ela, e de protocolos em que a Universidade é parte. A entrada em funcionamento do Conselho Social vai finalmente concretizar-se, embora com assinalável atraso.

No plano *internacional*, o forte empenhamento da Universidade de Coimbra teve como corolário a aprovação do seu Contrato Institucional no âmbito do Programa Socrates/Erasmus. O financiamento atribuído à Universidade de Coimbra foi o mais elevado de todas as instituições de ensino superior portuguesas e comparável ao das Universidades europeias com maior prestígio.

Para além da celebração de protocolos e acordos de cooperação bilateral, a nossa Universidade continuou envolvida em variadíssimas actividades no âmbito de Grupos e Redes Internacionais constituídos por prestigiadas Universidades europeias. A sua integração nestes grupos permitiu-lhe o envolvimento em acções que englobam instituições de diversas áreas geográficas: África, Países do Mediterrâneo, América Latina, Japão e Estados Unidos da América.

Neste contexto, é urgente a criação do Serviço de Relações Internacionais, na Reitoria, processo que está em tramitação adiantada no Senado.

**5. Desenvolvimento físico** — No Pólo II, encontram-se concluídos e equipados os edifícios dos departamentos de Engenharia Mecânica, Engenharia Informática e Engenharia Electrotécnica. Está em curso a construção dos edifícios para os departamentos de Engenharia Química e Engenharia Civil, prevendo-se a sua conclusão para finais de 1998 e início de 1999, respectivamente. Encontra-se em fase de conclusão o projecto da Unidade Pedagógica Central.

Foi aprovado pelo Ministério da Educação o plano de reconversão dos edifícios onde estiveram instalados os Hospitais da Universidade. Realizaram-se já os estudos preliminares geotécnicos e topográficos, bem como se iniciaram já os estudos de infraestruturas e arranjos exteriores. Enquanto se

aguardam as aprovações das entidades competentes, estão em preparação os concursos para os projectos de remodelação dos edifícios.

Articuladamente com este plano de reconversão de áreas do Pólo I foram igualmente aprovadas pelo Ministério da Educação as áreas para a futura Faculdade de Medicina, a instalar no Pólo III. Tendo em vista o breve início da construção, irá ser actualizado o plano desse Pólo universitário, equacionando-se a possibilidade de ele acolher igualmente a Faculdade de Farmácia.

Apesar do já longo processo com vista à instalação de um Centro de Tecnologias Nucleares Aplicadas à Saúde no Pólo III, em estreita ligação com a Faculdade de Medicina, aguarda-se ainda, com fundada esperança, a aprovação e a calendarização do projecto, na sequência da candidatura apresentada ao programa PRAXIS XXI.

Também após um moroso percurso, se prevê que a Faculdade de Direito possa iniciar em breve a construção do seu auditório.

Com as escassas verbas atribuídas para obras de conservação foi possível este ano contemplar a instalação de gabinetes para a Faculdade de Letras e para a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Concluído já o projecto de recuperação do Teatro Paulo Quintela, na Faculdade de Letras, irá a obra ser concretizada, garantida que está a respectiva verba.

Encontra-se em fase de conclusão o pavilhão polidesportivo nº 3 do Estádio Universitário, que irá permitir um melhoramento significativo das condições da prática desportiva na Universidade. O benefício que seguramente traz para a Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física não deve fazer esquecer a necessidade da construção de edifícios para esta Faculdade, no Pólo II. É um estudo que está a ser realizado e que se pretende apresentar ao Ministério da Educação com uma proposta de calendarização, articulado com o projecto de remodelação do Pólo I, com a construção do Pólo III e com a possibilidade de expansão da Faculdade de Economia.

No Colégio da Trindade prossegue o realojamento das famílias aí ainda residentes, em ordem a viabilizar a recuperação do imóvel.

Foram efectuadas diligências várias com o Ministério da Cultura, através do Instituto Português de Museus, para concretizar a criação de um Complexo Museológico na Universidade.

No que respeita a meios informáticos, foi actualizada a rede informática da Universidade, que apresenta já uma melhoria dos serviços informáticos em rede.

**6. Pessoal** – Uma área de importância vital é a dos recursos humanos, e tem merecido particular atenção, interligando condições e objectivos de progresso técnico, científico, cultural, humanístico e social.

Na linha das preocupações da Reitoria e das Faculdades, está em curso o processo de elaboração de propostas tendente à reestruturação de quadros de pessoal, numa perspectiva globalizante e de planeamento a médio prazo, em sintonia com as necessidades e desafios do desenvolvimento universitário.

Relativamente a propostas de alteração dos quadros de pessoal docente, aguarda-se a publicação da portaria relativa à Faculdade de Ciências e Tecnologia e continua em análise, por parte do Ministério, a proposta da Faculdade de Economia.

Um factor extremamente positivo de estabilidade e responsabilidade é, sem dúvida, a fase final do processo de integração dos cerca de duzentos trabalhadores da Universidade, que ao longo dos últimos anos têm vindo a assegurar necessidades permanentes nos diferentes Serviços.

Saliente-se a permanente preocupação quanto à valorização sócio-profissional e cultural dos funcionários, designadamente através da frequência de acções de formação externas e das iniciativas internas no âmbito do Protocolo que a Universidade de Coimbra estabeleceu com a ANFUP.

A preocupação da mobilidade, através da promoção e da rotatividade dos funcionários a nível dos Serviços, potenciou novas valências e maior flexibilização e aumentou as possibilidades de intervenção ao nível da gestão de pessoal.

Procurou-se, na medida do possível, contribuir para um ambiente de trabalho pautado pelos valores da responsabilidade e da solidariedade.

**7. Financiamento** – O financiamento é cada vez mais uma variável determinante para um crescimento qualitativo sustentado e para a modernização da Universidade de Coimbra.

A dotação orçamental para o ano de 1998 é claramente limitativa a este nível, na medida em que cristaliza a utilização, de alguns anos a esta parte,

de um sistema geral de ratios custo/aluno que não reflecte as especificidades da nossa Universidade. O caso insistente e legitimamente reivindicado do financiamento autónomo dos “Anexos”, estruturas que prestam relevantes e insubstituíveis serviços à vida universitária e à comunidade, foi objecto de um dossier elucidativo. Em 1996 as despesas efectuadas do Orçamento de Estado com estas estruturas cifraram-se em 750.000 cts, comprometendo seriamente as actividades pedagógicas e científicas desenvolvidas pelas Faculdades. Trata-se de uma grave e insustentável situação que precisa de ser a curto prazo resolvida.

Ainda no que respeita ao Orçamento de Estado para 1998 teve a Universidade de Coimbra uma taxa de crescimento relativamente ao Orçamento inicial em 1997 de 1,7% (216.000 cts). Este aumento é claramente penalizador da nossa Universidade, “ceteris paribus”, face ao acréscimo de 706 alunos no ano lectivo de 1997-98, de acordo com a fórmula de cálculo ratio custo/aluno utilizada pelo Ministério para a afectação orçamental, que corresponderia a um aumento mínimo de 3% (400.000 cts).

A tardia disponibilização das verbas do PRODEP (temos neste momento a receber cerca de meio milhão de contos de saldo) gera graves problemas e desajustamentos orçamentais em áreas importantes e sensíveis como é o caso, por excelência, da Formação Avançada no Ensino Superior.

O processo de modernização administrativa em curso nos diferentes Serviços, onde se enquadram exemplos particularmente significativos, como o caso dos três Protocolos assinados entre a Universidade de Coimbra e a Secretaria de Estado da Modernização Administrativa, é um vector importante, mas claramente insuficiente, para obtenção dos ganhos de eficácia desejados. A este propósito registe-se a recente actualização do quadro legislativo ao nível da adopção de medidas de desenvolvimento e aprofundamento da lei da autonomia das Universidades no plano da gestão de pessoal, orçamental e patrimonial (D.L. nº 252/97, de 26 de Setembro), que merece todo o aplauso, e se espera que seja cumpridamente aplicado.

Em matéria de financiamento, não quero deixar de aludir à nova lei do financiamento do ensino superior, que poderá melhorar sensivelmente no futuro a situação financeira das Universidades. Seria também cabido aludir aqui à questão das propinas. Limitar-me-ei, porém, a dizer que a

posição do Senado da Universidade, e a minha própria, são conhecidas. A legislação entretanto entrada em vigor será obviamente aplicada, no quadro da legalidade democrática. Os termos e os prazos de pagamento cabem, porém, na autonomia de cada Universidade, devendo os órgãos estatutariamente competentes pronunciar-se oportunamente sobre a matéria.

**8. Avaliação** – Foram apresentados já pela Universidade 25 relatórios de Auto-Avaliação, cobrindo a totalidade dos cursos a avaliar nas quatro primeiras fases do processo nacional de avaliação. Foram realizadas avaliações externas de cinco cursos, estando já calendarizada a visita da Comissão de Avaliação Externa da licenciatura em Engenharia Mecânica para o final de 1997.

### III. Prospectiva

**9. Autonomia e responsabilidade** – A avaliação das Universidades a que acabei de fazer referência é um elemento de primordial importância para a evolução do sistema do ensino superior. Ela permite, na verdade, colocar o sistema sob uma “*ética de responsabilidade*”, sem a qual a autonomia universitária não funciona capazmente. E tal autonomia é condição essencial para o crescimento sustentado do sistema universitário, nomeadamente para a criação de novos perfis na Universidade e para a resolução, quanto possível, do crucial problema do emprego e da empregabilidade.

O binómio autonomia-responsabilidade – ou, se preferirmos, a *autonomia responsável* – contextualiza-se na *legalidade democrática*, que se impõe, em todas as circunstâncias, observar.

**10. Democracia e Universidade** – Mas a democracia a que hoje se aspira é uma democracia *participativa*, de cariz *consensual* e não puramente maioritário, bem como de incidência metodológica ou *processual*. A democracia, se é consenso, é também processo, além de ser naturalmente valor e cultura. O que significa que se impõe um *aprofundamento* ou redimensionamento da democracia, uma reinvenção democrática, aquilo a que já sugestivamente se chamou a “*democratização da democracia*”.

A contribuição das Universidades e do pensamento universitário para dilucidar e operacionalizar estas ideias é de primeira importância, na linha, aliás, do papel conformador da Sociedade a que a instituição universitária não pode furtar-se enquanto agente de transformação social. Mas se é assim – e é –, requer-se o repensar das relações entre as Universidades e o Poder – dito de outro modo, impõe-se encontrar ou prosseguir novos rumos de um relacionamento entre o *poder académico* e o *poder político*.

Este me parece ser um problema fulcral da política universitária relativamente à política “tout court”, uma questão que está aí, confessada ou inconfessadamente, de uma forma patente ou latente. Questão indispensável para ajudar a definir novos equilíbrios e novos modelos numa Universidade e numa Sociedade em acelerada mutação.

A Universidade de Coimbra, instituição plurisecular, que busca harmonizar a tradição e a modernidade, não deixará, como de resto tem mostrado, de estar atenta a esta problemática, que se afigura ser uma das portas para o porvir. E nós, em Coimbra, se nos orgulhamos do passado, curamos sobretudo do futuro.

15.10.97



## Índice

	<i>Pág.</i>	
<b><i>Preâmbulo</i></b>		
Fernando Rebelo	5	
Fernando J. Regateiro	7	
Rui de Alarcão	9	
<b><i>Discursos de posse</i></b>		
9.11.82	15	
27.11.86	23	
16.03.90	33	
8.07.94	43	
<b><i>Discursos na abertura solene das aulas</i></b>		
14.12.82	55	
23.11.83	63	
21.11.84	71	
4.12.85	79	
11.11.86	91	
11.11.87	101	
9.11.88	111	
29.11.89	123	
25.01.91	133	
11.12.91	145	
2.12.93	153	
8.11.94	161	
18.10.95	171	
16.10.96	179	
15.10.97	189	

(Página deixada propositadamente em branco)

Série

Documentos e História  
da  
Universidade de Coimbra

•

Coimbra  
Imprensa da Universidade

1999